



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA –
UESB
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE – PPGREC
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS,
GÊNERO E SOCIEDADE**



GILVÂNIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS

**EDUCAÇÃO, ANTIRRACISMO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL NO NÚCLEO DE
ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DE ITIRUÇU-BA**

Linha de Pesquisa 1- Etnicidade, Memória e Educação

**JEQUIÉ - BA
2023**

GILVÂNIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS

**EDUCAÇÃO, ANTIRRACISMO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL NO NÚCLEO DE
ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DE ITIRUÇU-BA**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como requisito parcial para o obtenção do título de mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana

Co-orientadora: Dr^a Marise de Santana

**JEQUIÉ - BA
2023**

S237e Santos, Gilvânia Oliveira da Pureza.
Educação, antirracismo e insurgência decolonial no núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas de Itiruçu-Ba / Gilvânia Oliveira da Pureza Santos.- Jequié, 2023.
179f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, sob orientação do Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana e coorientação da Profa. Dra. Marise de Santana)

1.Decolonialidade 2.Educação antirracista 3.Educação básica 4.NEABI
I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 796.8142

Rafaella Cância Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

GILVÂNIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS

EDUCAÇÃO, ANTIRRACISMO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL NO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DE ITIRUÇU-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

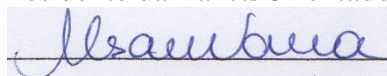
Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

Aprovado em: 06 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



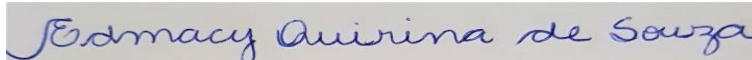
Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana (UESB)
Presidente da Banca/Orientador



Profa. PhD. Marise de Santana (UESB)
Coorientadora



Profª. Drª Maria de Fátima de Andrade Ferreira
Examinadora Interna



Profª. Drª Edmacy Quirina de Souza
Examinadora Externa



Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto (UESB)
Coordenador do PPGREC

**JEQUIÉ-BA
2023**

Dedico essa produção acadêmica, que também é uma produção das experiências de vida e de luta, aos meus pais, Benedito Bispo da Pureza (In memorian) e Maria de Lourdes Oliveira. Uma homenagem a todas as famílias pretas e periféricas do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Parafraseando Sued Nunes¹, inicio dizendo que “somos Terra Povoada, mas que também povoamos, somos únicas, mas não somos sozinhas”. Acolho o sentimento africano de humanidade, solidariedade e compartilhamento para com os outros, através da filosofia UBUNTU, que é da coletividade e nos ensina que somos pessoas, através de outras pessoas. Sendo assim, eu teria que escrever uma seção apenas para citar nomes de seres iluminados, que pincelaram um colorido lindo de arco-íris, ao passarem e/ou permanecerem em minha vida. Agradeço a Deus, a todos os elementos divinos que compõem esse Universo e conspiram a meu favor, sem eles eu não seria movimento.

Infinitamente grata a meus pais, Maria de Lourdes Oliveira e Benedito Bispo da Pureza (in memórian), minhas irmãs e irmãos, por compartilharam comigo uma história de vida, que é minha fortuna. Glenda Maria e Lara Kezia, minhas filhas, vocês me alimentam de amor, são as maiores motivações e fontes de inspiração para eu permanecer à postos, na luta por um mundo mais justo para todas nós.

A todos os meus professores e professoras que em recortes temporais, de modo diverso e especial, cumpriram seu papel docente em minha trajetória escolar. Alguns brilharam mais, porque mantiveram a esperança em um mundo mais equânime. Agradeço ao coletivo que compõe o ODEERE, esse lugar encantado, nas pessoas da Ilustríssima PhD. Marise de Santana e dos ilustríssimos Dr. Marcos Lopes e Dr. Natalino Perovane Filho, pelo colhimento afetuoso desde o início de minhas andanças por esse quilombo.

Às professoras Maria de Fátima de Andrade Ferreira e Edmacy Quirina de Souza que aceitaram participar de minha banca de qualificação, tecendo sugestões que me possibilitaram finalizar essa pesquisa.

Ao professor Dr. José Valdir de Jesus Santana, um ser humano iluminado, cuidadoso, de uma inteligência e humildade imensas, que nessa etapa da vida, agarra

¹ . Sued Nunes é uma cantora natural de Sapeaçu, no Recôncavo Baiano, 22 anos, começou a sua história na música aos 7 anos de idade, quando ganhou de presente um violão, dado pelo pai, que também é músico, e partir daí, não parou mais. O instrumento despertou o interesse que levou a cantora e compositora para experiências como apresentações em barzinho, igreja e eventos. Mulher, preta, do axé e nordestina, Sued, cujo nome significa “Deus” ao contrário, aborda em suas músicas ancestralidade, representatividade e pertencimento, com composições contam a sua história e do seu povo, com influências na musicalidade de artistas e grupos baianos como Margareth Menezes, Lazzo Matumbi, Cortejo Afro, Márcia Short, Olodum e Baiana System.

as minhas mãos, me encoraja, valoriza o que eu produzo como docente do NEABI, aponta o caminho para que eu dê passos seguros e me arrasta pelo exemplo de um intelectual que é exímio pesquisador, importante ativista das questões étnico-raciais e decoloniais.

À Professora PhD. Marise de Santana que é uma intelectual negra, zeladora de legados africanos, rainha, mãe, amiga, aquela que não me deixa sucumbir, não permite que eu seja ou faça menos, que motiva para darmos o máximo, porque acredita em nosso potencial.

Nessa nota de agradecimento enfatizo que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018.

Concluo com as palavras de Maria Bethânia “não mexe comigo porque eu não ando só [...], Vivo de cara pra o vento na chuva, e quero me molhar, o terço de Fátima e o cordão de Gandhi cruzam o meu peito, sou como a haste fina, que qualquer brisa verga, mas nenhma espada corta [...] não mexe não!”.

Você me diz para ficar quieta porque minhas opiniões me deixam menos bonita, mas não fui feita com um incêndio na barriga para que pudessem me apagar. Não fui feita com leveza na língua para que fosse fácil de engolir. Fui feita pesada, metade lâmina, metade seda. Difícil de esquecer e não tão fácil de entender. (Rupi Kaur)

RESUMO

Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, em nosso país, têm desempenhando um papel importante no enfrentamento do racismo em nossa sociedade, em especial no campo da Educação. A promulgação da lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana, ao longo da educação básica, tem sido um vetor para construção de uma perspectiva de educação antirracista, intercultural e decolonial. Esta pesquisa, portanto, tem como objeto de estudo o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena de Itiruçu-BA e com ela buscou-se responder à seguinte questão: De que forma o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, pertencente à rede municipal de ensino de Itiruçu-BA, tem (ou não) construído experiências educativas de enfrentamento ao racismo e possibilitado (ou não) a construção de uma educação antirracista e decolonial em conformidade com a lei 10.639/2003? Tem-se como objetivo geral recuperar a história e a memória do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e indígena – NEABI, de Itiruçu, BA, na perspectiva de seus fundadores e coordenador, além de analisar a percepção dos estudantes sobre a sua formação socioeducacional, observando que forma esse Núcleo de Estudos tem (ou não) construído experiências educativas de enfrentamento ao racismo e possibilitado (ou não) a construção de uma educação antirracista e decolonial em conformidade com a Lei 10.639/2003, desde sua criação em 2015. O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na teoria decolonial, em diálogo com os estudos sobre educação para as relações étnico-raciais a partir de autores como Grosfoguel (2010), Quijano (2005, 2010), Maldonado-Torres (2007, 2010, 2019) sobretudo no que concerne à discussão sobre decolonialidade, colonialidade do saber, do poder e do ser. Para a discussão sobre educação para as relações étnico-raciais e pedagogias decoloniais, utilizou-se de autores como Gomes (2010a, 2010b, 2011, 2012, 2017, 2019), Santana (2014, 2019), Oliveira (2012, 2018, 2021a, 2021b, 2021c), Oliveira e Lins (2018) e Catherine Walsh (2009). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva, que utilizou como técnicas para a produção dos dados a entrevista semiestruturada, questionário fechado, análise documental e narrativa autobiográfica. Para o tratamento e análise dos dados, utilizou-se da técnica da análise de conteúdo de Bardin (2016). Constituíram sujeitos desta pesquisa 01 professora que esteve na docência no início da constituição do NEABI; 08 estudantes participantes das ações e projetos desenvolvidos pelo Núcleo e 02 Secretários de Educação. Nos achados desta pesquisa podemos destacar que a partir da realização de fóruns, seminários, projetos estruturantes, desfiles afro, montagens artísticas e culturais em variados espaços, se institui uma educação antirracista que promove, além da formação de professores, o protagonismo dos estudantes, nos revelando que o NEABI produz um movimento de combate à ideologia do branqueamento, ao eurocentrismo, às dimensões da colonialidade, de modo a confrontar o racismo epistêmico. Em suas narrativas, os estudantes descortinam a face cruel das colonialidades e suas consequências, como a negação do seu pertencimento e de suas identidades étnico-raciais, que serão reelaboradas, de forma positiva, a partir da participação no Núcleo e do envolvimento nas ações e projetos por ele executados, como o Movimento Fio a Fio e o Projeto Nobre Afro. O Núcleo tem possibilitado tanto o enegrecimento da educação, do currículo e das práticas pedagógicas, como também um enegrecimento das identidades e do pertencimento étnico-racial dos sujeitos que dele fazem parte.

Palavras-chaves: Decolonialidade. Educação Antirracista. Educação Básica. NEABI.

ABSTRACT

The Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies, in our country, have played an important role in the confrontation of racism in our society, especially in the field of education. The promulgation of Law 10.639/2003, which made compulsory the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture, throughout basic education, has been a vector for building an anti-racist, intercultural and decolonial education perspective. This research, therefore, has as its object of study the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies of Itiruçu-BA and with it we sought to answer the following question: How does the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies, belonging to the network municipal education district of Itiruçu-BA, has (or not) built educational experiences to confront racism and enabled (or not) the construction of an anti-racist and decolonial education in accordance with law 10.639/2003? The general objective is to recover the history and memory of the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies – NEABI, in Itiruçu, BA, from the perspective of its founders and coordinator, in addition to analyzing the students' perception of their socio-educational training, observing how this Study Center has (or not) built educational experiences to confront racism and enabled (or not) the construction of an anti-racist and decolonial education in accordance with Law 10,639/2003, since its creation in 2015. The reference The theoretical approach of this research is based on decolonial theory, in dialogue with studies on education for ethnic-racial relations from authors such as Grosfoguel (2010), Quijano (2005, 2010), Maldonado-Torres (2007, 2010, 2019) especially with regard to the discussion about decoloniality, coloniality of knowledge, power and being. For the discussion on education for ethnic-racial relations and decolonial pedagogies, authors such as Gomes (2010a, 2010b, 2011, 2012, 2017, 2019), Santana (2014, 2019), Oliveira (2012, 2018, 2021a) were used. , 2021b, 2021c), Oliveira and Lins (2018) and Catherine Walsh (2009). This is a qualitative, descriptive type of research, which used semi-structured interviews, closed questionnaires, analysis as techniques for data production. documentary and autobiographical narrative. To process and analyze the data, we used the content analysis technique of Bardin (2016). The subjects of this research were 01 teacher who was teaching at the beginning of the creation of NEABI; 08 students participating in the actions and projects developed by the Center and 02 Education Secretaries. In the findings of this research we can highlight that through the holding of forums, seminars, structuring projects, Afro parades, artistic and cultural montages in various spaces, an anti-racist education is established that promotes, in addition to teacher training, the protagonism of students, in revealing that NEABI produces a movement to combat the ideology of whitening, Eurocentrism, the dimensions of coloniality, in order to confront epistemic racism. In their narratives, students uncover the cruel face of coloniality and its consequences, such as the denial of their belonging and their ethnic-racial identities, which will be reworked, in a positive way, through participation in the Center and involvement in actions and projects he carried out, such as Movimento Fio a Fio and Projeto Nobre Afro. The Center has enabled both the blackening of education, the curriculum and pedagogical practices, as well as a blackening of the identities and ethnic-racial belonging of the subjects who are part of it.

Keywords: Decoloniality. Anti-Racist Education. Basic education. NEABI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1 - Mapa do território de Identidade do Vale do Jiquiriçá/BA	33
Figura 2- Imagem aérea da cidade de Itiruçu/BA	34
Figura 3 - NEABI no São Pedro de Itiruçu.....	35
Figura 4 - Quantitativo de Alunos por Unidades Escolares	37
Figura 5 - Quadro das Modalidades de Ensino e Atividades Complementares.....	38
Figura 6 - Número de Docentes e de Turmas por Unidade Escolar	39
Figura 7 - Organograma do NEABI	41
Figura 8 - Postagem no Facebook de atividades do NEABI em 2015.....	75
Figura 9 - Seminário com alunos/Movimento Fio a Fio	82
Figura 10 - Seminário com professores/Movimento Fio a Fio	83
Figura 11- Formação Continuada de Professores/Movimento Fio a Fio	84
Figura 12 - Formação Continuada de Professores/Movimento Fio a Fio.....	84
Figura 13- Alunos na UESB, Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileir	85
Figura 14- Ação Itinerante em Combate ao Racismo.....	86
Figura 15- Ação Itinerante em Combate ao Racismo.....	87
Figura 16- Estudantes do NEABI em atividade Cultural e Educativa sobre a Diversidade Brasileira.....	89
Figura 17- Conversas Negras nas Escolas	90
Figura 18 - Conversas Negras nas Escolas	91
Figura 19 - Conversas Negras nas Escolas	91
Figura 20- Cartaz de divulgação do Movimento Fio a Fio	94
Figura 21- Página NEABI no YouTube.....	96
Figura 22- Seminário remoto - IV Movimento Fio a Fio	98
Figura 23 - Matéria Jornal CultVale sobre NEABI e Filhos da Luz	101
Figura 24 - NEABI no eventoTrês Menestréis em Planaltino	102
Figura 25 - NEABI na XVII Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira.....	103
Figura 26 - NOBRE AFRO e Fórum da Negritude 2021.....	104
Figura 27 - VI NOBRE AFRO, II Desfile Afro.....	105
Figura 28 - Participação do NEABI nos desfiles cívicos.....	126
Figura 29 - Participação do NEABI nos desfiles cívicos.....	127
Quadro 1 - Estudantes participantes da pesquisa.....	45

Quadro 2 - Professores participantes da pesquisa.....	45
Quadro 3 - Secretários de Educação participantes da pesquisa.....	46
Quadro 4 - Dissertações identificadas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	61

LISTADE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CONSUNI – Conselho Universitário
CONNEABS – Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
EAD – Educação a distância
ERER - Educação das Relações Étnico-Raciais
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ERER – Educação para as Relações Étnico-Raciais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LEAFRO - Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros - UFRRJ
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAEE – Núcleo de Atendimento à Educação Especializada
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena de Itiruçu – BA
ODEERE – Órgão de Educação e Relações Étnicas
PENESB - Programa de Educação sobre o Negro
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPGREC – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Contemporaneidade
PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itiruçu-BA
SIPAC – Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. PERSPECTIVA METODOLÓGICA	28
2.1. Caracterização quanto à natureza do estudo e ao tipo de pesquisa	29
2.2. Caracterização das técnicas utilizadas para a produção dos dados	29
2.3. Campo e sujeitos da pesquisa	32
2.3.1. Caracterização do campo da pesquisa	32
2.3.2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa	42
2.4. Técnica utilizada para a organização e tratamento dos “dados”	48
3. OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS E A DECOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	51
3.1. Por uma educação antirracista e decolonial.....	51
3.2. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas na produção acadêmica	60
4. O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DE ITIRUÇU- BA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL 	71
4.1. Sobre a história e a constituição do NEABI de Itiruçu-BA	72
4.2. Movimento Fio A Fio e Nobre Afro: tecendo caminhos para a construção de uma Educação Antirracista e Decolonial	80
4.2.1. MOVIMENTO FIO A FIO	94
4.2.2. Projeto NOBRE AFRO	99
4.3. A perspectiva dos estudantes atendidos pelo NEABI sobre sua formação socioeducacional e construção do pertencimento étnico-racial	106
4.4. Limites impostos ao NEABI na realização de suas atividades	110
4.5. O NEABI e a construção de uma educação antirracista em Itiruçu-BA	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICE A - Questionário para os estudantes	146
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com estudante do NEABI	147
APÊNDICE C- Roteiro de entrevista com ex-professoras do NEABI	148
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com secretária atual e ex-secretário/a de educação do Município de Itiruçu	149
ANEXO I - Resultados das entrevistas com estudantes	150
ANEXO II - Resultados das entrevistas com professora	166
ANEXO III - Resultado das entrevistas com secretárias de educação	168
ANEXO IV Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	175

1 INTRODUÇÃO

Não é que eu Seja racista...
 Mas existem certas Coisas
 Que só os NEGROS Entendem.
 Existe um tipo de amor que só os NEGROS possuem
 Existe uma marca no peito que só nos NEGROS se vê,
 Existe um sol Cansativo
 Que só os NEGROS Resistem.
 Não é que eu seja racista...
 Mas existe uma História
 Que só os NEGROS sabem contar
 ... Que poucos podem entender.

Éle Semog, Ponto Histórico, 2018.

Para iniciar a conversa, um relato das minhas experiências e encruzilhadas pessoais

Assumir ser uma professora preta é quase uma raridade no contexto educacional em que vivo, tanto que assuntos e discussões sobre a temática das relações étnico-raciais, no campo prático e teórico, no município de Itiruçu-BA, quando pautados pelo público docente, costumam ser atribuídas a pouquíssimas colegas e a mim, por sermos negras. É como se “coisas de negros” dissessem respeito somente a essa população.

O fato de muitos docentes pretos e pretas não se reconhecerem como tal e por não assumirem os valores civilizatórios afrodescendentes no município de Itiruçu-BA, tem se constituído como um empecilho para que também não enxergem e não valorizem o legado africano brasileiro, fazendo com que aumente minha responsabilidade de atuação no NEABI e conseqüentemente fomente o ativismo negro que exalo por toda a minha trajetória como cidadã, mãe, mulher preta e professora, sabedora da necessidade do enfrentamento diante de ações de segregações que tentam ocultar a nossa existência e o nosso potencial.

Não tem sido fácil desconstruir a branquitude impregnada no imaginário da população dessa cidade, instaurado a partir da invasão portuguesa e imigração dos italianos, que fortemente imprimiram a colonização e dominação de culturas, terras e corpos, não tão diferente do resto do país. Luto pelo encorajamento dos alunos, alunas e da comunidade, utilizando o lugar de fala que conquisto através dos processos da educação, no que diz respeito à formação continuada, para que estes ocupem o

espaço de protagonismo, estimulando o resgate das memórias e histórias dos seus ancestrais, fazendo jus ao que nos foi negado por muito tempo e por isso inicio a escrita citando minha origem, como forma de valorizar meu povo.

Essa é uma breve apresentação de quem eu me considero ser hoje, haja vista que nossas identidades são fluidas e ao decorrer do tempo, nos descobrimos e optamos por realçar marcadores, abrimos mão de alguns e agregamos outros, como forma de autoafirmação. Sou Gilvania Pureza, mulher preta interiorana, povoada no Vale do Jiquiriçá, meu Território de Identidade, desde 1976, ano em que nasci, mãe de Glenda Maria e Lara Kezia. Sou 8ª filha de Maria de Lourdes Oliveira (Dona Lurde) e Benedito Bispo da Pureza (Seu Bené) dos 9 filhos que eles tiveram, neta de Maria e Almerindo, avós maternos que eu conheci e convivi, haja vista que meu pai ficou orfão aos 9 anos de idade, sou nascida por mãos da parteira mãe Ricardina, em Upabuçu, Distrito de Itiruçu.

Em Upabuçu, tive o primeiro contato com a educação formal, entretanto, vale salientar que iniciei o processo de alfabetização em casa, pois minha irmã Iranildes, que estava na quarta série no ano de 1982, já dominava a escrita e leitura, brincava de ser minha professora e nesse processo não tínhamos materiais escolares, exceto o único caderno e lápis que deveria durar o ano inteiro, comprado com muito esforço por meus pais e irmãos mais velhos (Ivonete, Ivan, Ivalton e Idailton – os dois últimos in memoriam), fruto de trabalho como diaristas em lavouras da região. Com o carvão, rabiscava o chão com as letras do ABC, pequenas palavras e frases que minha irmã repetia par mim. Ali, eu já associava sons à escrita do alfabeto e de fato, inicio no ano seguinte o primeiro contato com matricula, em uma escola que se chamava Escola Municipal Augusto Ribeiro de Novaes, cursando o “Primeiro Ano Fraco”, assim era comumente chamado o processo de alfabetização, porque na época não existia para nós a etapa da educação infantil, só ingressávamos aos 07 (sete) anos de idade.

Nesse Distrito, ficou impregnado em mim o sentimento de coletividade, muito pelo movimento de devoção que arrastava pelo afeto e fé da comunidade, manifestado nos cortejos à padroeira Nossa Senhora, procissões até o cruzeiro, como clamor por chuvas em épocas de estiagem prolongadas, bem como os festejos juninos, onde os alimentos, a exemplo de canjicas, biscoitos “largatinhas”, avoadores, licores e enfeites coloridos de tecido chitão e de papel seda, eram confeccionados por grupos compostos por membro das famílias da vizinhança ou grupos de comadres e parentes.

Existia em minha casa imagens de santas e santos católicos da devoção de

meus pais e que eram associados a promessas e conquistas de graça pela saúde de meus irmãos como o de Santa Luzia, protetora dos olhos, São José, São Roque, Santa Bárbara, que por sinal, maíinha e paíinho celebravam por muitos anos esta última, com reza e caruru para a comunidade, que coincidia com o dia de nascimento de meu irmão Ivan, o mais velho, no dia quatro de dezembro. Mas o que encantava mesmo era a imagem de São Cosme e São Damião, que sem ninguém me ensinar, e com apenas 05 anos, arrancava em mesma quantidade, flores iguais, do quintal da casa e colocava todos os dias para eles.

Nesse espaço geográfico eu também admirava a sabedoria popular e dos mais velhos, ao lidar com os processos de cura através da benzeção e do manuseio das plantas e animais, para fabricação de remédios.

Encantava-me o cuidado com os partos caseiros e técnicas de plantio baseados na fase da lua, das chuvas, associados a alguns santos. Retomando o contexto de atividade religiosa, quero aqui registrar que realmente acreditava que os anjos eram brancos, cabelos loiros e olhos verdes e azuis, pois as imagens imprimidas na igreja católica e as crianças escolhidas para fazer parte do cortejo e das celebrações, atendiam a esse perfil construído como o ideal pela colonização do imaginário brasileiro. Esses elementos de meu passado me aproximaram mais da compreensão das relações étnico-raciais, das trocas de saberes que eram vivos, visíveis, palpáveis, e de como as contribuições culturais se entrelaçavam.

Passei parte de minha infância em Upabuçu, até os 7 anos e, em 1983, mudamos para zona urbana, onde conclui o primeiro ano escolar numa instituição pública chamada José Lourenço, localizada na região periférica. Foi uma fase difícil e encantadora ao mesmo tempo. Difícil, pois deixamos para trás a forma de viver daquela comunidade, onde a partilha e os cuidados eram mútuos, para a vida na cidade onde parecia ser cada um por si. Encantadora por descobertas de pessoas, lugares e coloridos novos, impressões de uma certa modernidade. Ao fim do ano escolar, fiz um teste que marcou a minha vida, por isso faço questão de relatar esse percurso até aqui.

Nesse teste, eram selecionadas crianças que a professora julgava ter a condição de avançar para o “Primeiro Ano Forte” (modo de chamar a primeira série do ensino fundamental, no recorte temporal). Fomos levados até a direção do Grupo Escolar Francisco Mangabeira, no centro da cidade, e lá teríamos que ler para poder garantir a vaga. Não era um processo acolhedor, muito pelo contrário, foi

traumatizante, porque a sensação diante da figura hostil daquela diretora, mulher branca, diga-se de passagem, era de estar num tribunal, e eu não sabia se lia ou se chorava, então li chorando, com a professora ao meu lado dizendo que eu sabia, que eu conseguia, e isso foi definitivo para eu concluir e me livrar da etapa de tortura, onde a diretora dizia para eu acabar logo porque ela teria outras ocupações.

Passei no teste de leitura para ingressar na escola supracitada, entretanto fui estudar à tarde, pois na metodologia aplicada pela escola, às turmas fracas eram à tarde, e mesmo que eu não tenha sido tão elegante no teste ou eficiente ao ler, durante àquele ano tirei notas excelentes, me entrosei com colegas, muitos deles com narrativas parecidas com a minha histórias de vida, e isso me deixava mais confortável, feliz e produtiva.

No ano de 1984 fui promovida para a segunda série, e conseqüentemente para o turno matutino por conta de minhas boas notas, já que a turma da manhã era reservada para os “melhores”, e esses melhores eram em sua maioria brancos, filhos de pessoas intituladas de família tradicional de Itiruçu, vistas como ricas, e que de fato apresentavam um elevado padrão econômico em relação ao meu. Faço esse recorte, pois aí tem um marcador da hegemonia branca nessa turma, que eu só compreendi na idade adulta.

Sempre fui muito ativa, sapeca, mas nesse ano adoeci ao ponto de faltar, tirar péssimas notas e retornar para o turno dos inferiores, a tarde. Só não fui reprovada porque minha “maíinha” estava sempre atenta, participativa, atuando em defesa de meu bem estar, procurava justificar para a professora as minhas ausências. Nesse período, por inúmeras vezes, minha se deslocou para outras cidades para atendimento médico, já que em Itiruçu não dispúnhamos de tal serviço. Não obtendo sucesso nas consultas hospitalares, ela me levou para uma rezadeira e mãe de santo que se intitulava uma mulher “cientista das folhas”, que guardo em minha lembrança e em meu coração. Foi esse o primeiro contato que eu tive com o sagrado de religião de Matriz Africana, e foi bem sucedido, porque tomei os remédios que ela passou, e estou aqui para contar a história.

Nessa fase eu não compreendia nenhum aspecto do racismo e inclusive reproduzia dizeres que depreciavam a mim mesma, sem a mínima noção de que aquela construção fazia parte de um longo processo de colonização de nossas formas de existir. Eram rimas como: “Negro três vez negro, badoque de matar morcego, se nego fosse gente, urubu era tenente”, e música: “Ô Benedito bacural, está no ôco do

pau, ô lê bambu, fi de nêgo é urubu, O lê chapéu, fi de nêgo é tabaréu”.

Muito da inferiorização identitária e racial imprimida em minha infância, como verdade incontestável e socialmente aceitável, posso associar ao fato de que Itiruçu acolheu imigrantes Italianos nos anos de 1950, e estes receberam lotes de terras, maquinários e insumos para fomentar o desenvolvimento econômico da cidade, formando a colônia italiana, que se destacaram no quesito de acesso a educação formal, ascensão agrícola e predominância econômica. A partir desse fato, as narrativas colonizadoras da escola iam ganhando sentido, sendo reforçadas, fixada como únicas verdadeiras, para exaltar a cultura e os saberes apenas dos imigrantes, que lideravam o capital, e assim cresci ouvindo que tudo de importante que a cidade produzia era fruto dessa cultura européia, que emprestou para nós um pouco de seus saberes, já que nossas histórias não eram reproduzidas nesse mesmo lugar de exaltação, que era dedicada aos estrangeiros.

Passei minha adolescência e juventude vivenciando racismo sem saber que era racismo, estudando em um Centro Educacional Cenecista de Itiruçu (CECI), onde eu era bolsista, e aprendi a me defender sendo exímia estudante com notas excelentes, que faziam os professores que não me acolhiam, terem que me “engolir”. Eu não era a elogiada, mesmo sendo uma das mais atuantes, e o mais bizarro é que os estágios para nós, pessoas mais pobres da turma, eram nas escolas periféricas e minha supervisora nunca me visitou, mas me atribuiu nota ruim por sinal, era de praxis, como que quisessem imprimir para nós periféricos, que estávamos alí no magstério, por emprésimo ou por acidente, pois não era o nosso lugar. Desse tempo, tenho amigos e amigas até a atualidade, mas também devo ter feito inimigos, porque quem desdenhava de meu cabelo, de minha cor, eu amedrontava, aterrorizava e até batia se conseguisse, isso também não posso negar.

Conclui os Ensinos Fundamental e Médio em Itiruçu, sem ter o contato com conteúdos que levassem às reflexões sobre os processos racistas e a violação de direitos da população negra e indígena, muito pelo contrário, tudo foi conduzido para a romantização e naturalização do lugar da escravidão e da ausência de memórias e histórias dessa população, que muito contribuiu para a constituição do nosso país.

Início minha carreira na docência em 1994, aos 18 anos, trabalhando com adolescentes numa escola particular que se chamava Expansão Santa Rita, a convite de uma ex-professora de língua portuguesa. No ano seguinte convocada, através de concurso público, para vaga efetiva, passo a lecionar nas séries finais do Ensino

Fundamental. Em 2001, assumo a docência no ensino médio, na cidade de Lagêdo do Tabocal e continuo lecionando nas duas cidades supracitadas até os dias atuais

Em 2007, 13 anos após concluí o Ensino Médio, consigo ingressar, através do Programa Universidade para Todos (ProUni), na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), com bolsa integral para o curso de licenciatura em Letras, área que eu já atuava. Nessa formação, mesmo já tendo sido promulgadas as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, não houve qualquer discussão sobre a educação para as relações étnico-raciais, conforme proposto pelas referidas leis.

Em 2015, ao ingressar no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), através do Programa de Formação de Professores (PARFOR), é que de fato desperta um olhar mais apurado para as teorias que dialogam sobre as relações étnico-raciais.

Logo no início do curso, na aula do componente Antropologia I, sou atravessada por uma forte experiência, quando o professor da disciplina exibiu um vídeo sobre os quilombos da Bahia. As imagens exibidas pelo documentário rememoravam a figura de meu pai, através daqueles homens de mãos calejadas e pés castigados pela luta diária.

As falas de alguns colegas afirmando que aqueles homens não tinham desenvolvimento financeiro e intelectual “porque não se esforçavam”, geraram incômodo e logo uma reação. Ali foram acionadas as memórias que me atravessavam, inquietavam, trazendo à tona questões de minha infância, dando sentido para reflexões e perguntas não respondidas, como por exemplo: Por que os meus ancestrais não eram considerados um modelo de família tradicional, se seus antepassados construíram legados e contribuíram para o povoamento e formação da cidade? Por que o fato de ter sido convidada a assumir a Secretaria de Administração de meu município, no ano de 2009, causou tanto espanto, escândalo, inconformismo e questionamento sobre minha capacidade, como nunca houve na história da cidade?

Nesse período, como Secretária de Administração, pude participar ativamente da implantação de vários grupos culturais e no regate de outras atividades da cultura popular que deram lugar de destaque às comunidades mais pobres financeiramente e um lugar de fala aos invisíveis, através das conferências que foram realizadas e de movimentos de escuta, e talvez esse também seja um incômodo para os detentores do poder.

Retornando a minha experiência como estudante da UESB, tive o privilégio de

conhecer a professora PhD Marise de Santana, que ministrou o componente Antropologia II. A professora nos fez buscar no território local, elementos e valores culturais que formavam as nossas identidades, elementos esses, considerados subalternos pelo discurso hegemônico, portanto, com pouco valor e representatividade. No caso de minha cidade, como já afirmado, as histórias locais e a cultura são contadas a partir dos elementos constituídos pela elite dominante, que remetem aos desbravadores fazendeiros e à Colônia Italiana.

Entrevistamos artesãos que produziam vassouras e peneiras de palha de coqueiros, cestos de cipó, objetos de barro, Raizeiras, Benzedeadas e Mãe de Santo, líder de quadrilha junina, trovadores e reizeiros, etc. Esse exercício de redescobrir, olhar atentamente, fez com que muitos de nós repensássemos sobre os legados africanos e indígenas impregnados em nossas identidades e o quanto são valiosos e indispensáveis.

Em 2017, recebo o convite para assumir a coordenação e reestruturar as ações do Núcleo de estudos Afro-Brasileiro e Indígena de Itiruçu (NEABI) e aceitar foi um desafio, pois era preciso honrar o espaço conquistado, e para isso busquei formação nos cursos de Extensão do Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE), por dois anos consecutivos, sempre na perspectiva de poder devolver à comunidade e a mim mesma, ações efetivas que possibilitassem a reescrita de nossa história através de uma perspectiva decolonizante e antirracista. Era preciso restituir os excluídos da história, em especial a população negra, o seu protagonismo.

Participei como aluna especial da disciplina de mestrado Escolarização e Desigualdade de Raça e Gênero, ministrada pelo Dr. Benedito Eugênio, em 2019, e nesse mesmo ano ingressei no ACUENDAÇÕES - Grupo de Estudos e Pesquisa em Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais, liderado pelo Dr. Marcos Lopes de Souza e, em 2021, no Grupo de Pesquisa Etnicidades, Relações Raciais e Educação, que tem como responsável o prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana.

O ODEERE me trouxe a sensação do reencontro ancestral, espaço que me fortaleço para além da formação acadêmica. Histórias e vidas se entrecruzaram e se completaram como se formassem um quilombo, e assim, constituímos um elo com o NEABI, uma grande comunidade que sabe que precisamos ser atentos e atuantes para demarcar nossa existência, um lugar de afetos, de curas, de partilha de saberes, sejam eles griôs ou científicos.

Precisava fazer mais e melhor, por isso, me dedico ao ingresso no Programa

de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais e Contemporaneidade (PPGEC), onde meu maior objetivo é justamente evidenciar o trabalho do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas de Itiruçu-BA na perspectiva decolonial e antirracista. Iniciei o meu primeiro trabalho no NEABI com a música de Maria Betânia, Carta de Amor, que me empresta alguns versos para que eu descreva o sentimento de não andar só, pois no ODEERE encontrei as mãos acolhedoras e incentivadas das Professoras Marise de Santana e Fátima Di Gregória e dos professores Marcos Lopes e Natalino Perovani.

Ingresso no PPGREC e tenho satisfação de ter um encontro ancestral e ser conduzida pelo generoso e amoroso professor Dr. José Valdir Jesus de Santana, meu orientador, que me acolheu, iluminando caminhos que eu ainda não havia desbravado, me conduzindo cuidadosamente para que na pesquisa, eu pudesse observar detalhes importantíssimos, com o olhar acadêmico científico, mas sobretudo humano.

Meu interesse pelo tema foi sendo construído quando comecei a compreender a importância das relações raciais para a construção e mobilização da sociedade e como se articulam nos espaços de poder. Sendo assim, o NEABI se tornou um lugar potente, posto que impulsiona a pesquisa cotidiana, por parte de docentes e discentes, produz novos conhecimentos, a partir de outras vozes que, historicamente, foram colocadas numa posição de subalternidade.

Dentre tantos dispositivos legais criados na tentativa de erradicar o racismo no Brasil e reconhecer a diversidade étnico-racial que o país detém, é possível destacar a contribuição da Lei nº 10.639, promulgada em 2003², que deu maior visibilidade à questão étnico-racial no contexto educacional, instituindo processos de “descolonização dos currículos escolares” (GOMES, 2012) e construção de práticas pedagógicas antirracistas, que resultaram das lutas travadas pelo Movimento Negro Brasileiro, sobretudo a partir da década de 1970. A referida lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tratando da temática étnico-racial no Art. 26 A.

Após um ano de sancionamento da Lei 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução Nº 01 de 17 de março de 2004 que instituiu as

²Em 2008, diante das demandas trazidas pelos povos originários, a lei 10.639/2003 foi alterada, incluindo a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas indígenas, tornando-se a Lei 11.645/2008.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), um importante instrumento orientador para todas as etapas da educação comprometido com um projeto de educação antirracista.

Oliveira e Candau (2010, p. 22) reconhecem que “nos debates em torno da Lei 10.639/2003, podemos observar algumas semelhanças com as reflexões sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser e a possibilidade de novas construções teóricas para a emergência “[...] de uma proposta de interculturalidade crítica e de uma pedagogia decolonial”, uma vez que os conteúdos propostos pela referida Lei e a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, africanos, indígenas e demais grupos que compõem a nação brasileira podem conduzir a sociedade a uma reeducação das relações étnico-raciais, culminando na formação da identidade dos sujeitos negros e não negros, ou no processo que Silva (2010) tem denominado de “enegracimento da educação”.

A instituição escolar, que foi afetada diretamente pelos processos de colonização e utilizada como território de dominação, invisibilidade e exclusão, pode, através da apropriação de novas epistemologias, contribuir para promover uma educação que vise ao rompimento de ideologias colonialistas e eurocêntricas e atribuir o devido valor à diversidade/diferença existente na sociedade brasileira, de forma a contemplar os diferentes grupos étnicos-raciais que a compõe.

Sendo assim, a Lei 10.639/2003 ao objetivar reparar, reconhecer e valorizar a identidade, a cultura e a história da população negra nas propostas curriculares de toda a educação básica brasileira pode ainda promover transformações éticas, culturais, pedagógicas e políticas, capazes de questionar a ideologia colonialista tão impregnada na sociedade, demandará e colocará em diálogo perspectivas epistêmicas plurais, tendo por fundamento uma educação antirracista

Foi nesse contexto de discussão sobre a necessidade de construção de uma perspectiva de educação antirracista que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itiruçu-BA – SEMEC, tendo em vista atender às Leis supracitadas e efetivar políticas públicas afirmativas para as relações étnico-raciais, criou o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, por meio de decreto nº 012/2015, contendo em sua atribuições "planejar, coordenar, fiscalizar e conduzir todas as ações relacionadas ao estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena".

No entanto, as atividades do que seria o Núcleo tiveram início em 2014, mesmo

antes de sua criação pelo referido decreto, tendo como objetivo a orientação pedagógica dos professores da rede municipal de ensino.

Quando assumi a coordenação desse Núcleo, no ano de 2017, foi criado um grupo de recitadores de poesias, denominado Filhos da Luz, inicialmente composto por estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, tanto da rede pública quanto da rede privada de ensino. Atualmente, o Núcleo atende também alunos do Ensino Médio e estudantes universitários, onde são desenvolvidas propostas pedagógicas com música, dança, teatro, canto, montagens culturais, artísticas e literárias, com declamações de poesias marginais e estudos de temáticas que perpassam o campo das relações étnico-raciais.

Para além de asserverar o que os NEABIs apresentam para a robustez das ações afirmativas, suas ações procuram também evidenciar e fomentar o trabalho pedagógico pautado em discussões teóricas e práticas sobre identidades, etnicidades, ancestralidade, memória, legado, educação e suas relações com os ambientes sócioeducacionais onde esses estudantes povoam, tendo foco no empoderamento da diversidade étnica, valorização e potencialização de cada ser em sua particularidade e diversidade.

Minha afetividade se relaciona à pesquisa, por ser professora ativista, mulher negra, numa cidade que recebe imigrantes italianos na década de 1950, que exalta a branquitude, negando os saberes e valores dos povos nativos e afrodescendentes no esboço de sua história oficial. Depois que a primeira equipe de docentes desistiu de dar continuidade às atividades do NEABI, em 2016, fui convidada pela prefeita para atuar no NEABI em 2017, como professora/coordenadora, passando a atender alunos em salas de aulas improvisadas nas terças e quintas no contraturno da escola regular, e aos sábados num único turno, para possibilitar as trocas entre os integrantes e desenvolvimento do sentimento de coletividade e pertença.

Isso requereu um posicionamento mais dinâmico, estratégico e enérgico de enfrentamento às segregações, às resistências da rede de ensino diante da pauta NEABI. Acredito que a grande sacada para ganhar espaço, dar perceptividade e projetar conteúdos antirracistas, foi a aproximação direta com esse grupo de alunos que passaram a ser multiplicadores em variados espaços, legitimando as ações intimamente ligadas aos debates antirracistas, lutas e proposições que atravessam as africanidades.

Essas resistências já eram de meu conhecimento por também ser professora

da Rede Municipal de Ensino, e ouvir muitas negativas acerca da abordagem do NEABI, que de certa forma me fez traçar estratégias outras, como a criação do grupo de recitadores, que potencializou uma docência pautada na ancestralidade negra, reconhecimento de legados, da territorialidade, valorização da cidadania e a inquietação em compreender ainda mais a educação como movimento construtor da diversidade, de saberes, de forma heterogênea e na prática

Um aspecto relevante desta pesquisa é o fato de que este é o único NEABI da rede de ensino público municipal no Território do Vale do Jiquiriçá, no contexto da educação básica. Esse NEABI tem se tornando referência no Território pelo trabalho que mobiliza e pelo estímulo às discussões sobre as relações étnico-raciais nos espaços socioeducativos.

Nesse sentido esta pesquisa buscou responder o seguinte *problema da pesquisa*: De que forma o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, pertencente à rede municipal de ensino de Itiruçu-BA, tem (ou não) construído experiências educativas de enfrentamento ao racismo e possibilitado (ou não) a construção de uma educação antirracista e decolonial em conformidade com a lei 10.639/2003?

Tem-se como *objetivo geral* recuperar a história e a memória do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e indígena – NEABI, de Itiruçu, BA, na perspectiva de seus fundadores e coordenador, além de analisar a percepção dos estudantes sobre a sua formação socioeducacional, observando de que forma este Núcleo de Estudos tem (ou não) construído experiências educativas de enfrentamento ao racismo e possibilitado (ou não) a construção de uma educação antirracista e decolonial em conformidade com a Lei 10.639/2003, desde sua criação em 2015.

Com os *objetivos específicos* buscou-se: recuperar a história e a memória do NEABI de Itiruçu a partir da perspectiva dos membros fundadores e da atual coordenação deste Núcleo; identificar e mapear as ações e projetos desenvolvidos pelo NEABI de Itiruçu-BA, desde a sua criação, em 2015, até o presente momento; analisar de que modo as ações e projetos têm contribuído para a construção de práticas educativas antirracistas e decoloniais; identificar avanços e limites que o NEABI de Itiruçu tem enfrentado para a construção de uma educação antirracista no município de Itiruçu-BA; analisar a percepção dos estudantes atendidos pelo NEABI quanto à importância desse Núcleo na sua formação socioeducacional e para a construção de seus pertencimentos étnico-raciais.

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na teoria decolonial, em

diálogo com os estudos sobre educação para as relações étnico-raciais a partir de autores como Grosfoguel (2010), Quijano (2005, 2010), Dussel (2005), Maldonado-Torres (2007, 2010, 2019) sobretudo no que concerne à discussõesobre decolonialidade, colonialidade do saber, do poder e do ser. Para a discussão sobre educação para as relações étnico-raciais e pedagogias decoloniais, utilizamos de autores como Gomes (2010a, 2010b, 2011, 2012, 2017, 2019), Santana (2014, 2019), Oliveira (2012, 2018, 2021a, 2021b, 2021c), Oliveira e Lins (2018) e Catherine Walsh (2009).

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: Na introdução, apresento um relato sobre as minhas experiências pessoais e profissionais, demonstrando como elas se articulam com a construção da pesquisa; apresenta-se, ademais, o problema de pesquisa e os objetivos.

No capítulo intitulado “*Perspectiva metodológica*” é explicitado o tipo e abordagem de pesquisa, as técnicas utilizadas para a produção dos dados, o campo e os sujeitos da pesquisa, além da técnica utilizada para a organização e análise dos dados.

No capítulo “*Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e a descolonização da educação*”, apresenta-se, além do referencial teórico que fundamenta a pesquisa, um levantamento de pesquisas, realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e que tiveram como objeto de estudo os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

No capítulo “*O Movimento Fio a Fio e Nobre Afro: tecendo caminhos para a construção de uma educação antirracista e decolonial*” é apresentada perspectivas sobre a criação e efetivação de dois projetos que ocorrem semestralmente sob a responsabilidade no NEABI de Itiruçu. O capítulo descreve de quais formas são desenvolvidas as ações e atividades do referido Núcleo e como estas estão empenhadas na construção de uma educação antirracista e decolonial.

Nos achados desta pesquisa podemos destacar que a partir da realização de fóruns, seminários, projetos estruturantes, desfiles afro, montagens artísticas e culturais em variados espaços, se institui uma educação antirracista que promove, além da formação de professores, o protagonismo dos estudantes, nos revelando que o NEABI produz um movimento de combate à ideologia do branqueamento, ao eurocentrismo, às dimensões da colonialidade, de modo a confrontar o racismo epistêmico. Em suas narrativas, os estudantes descortinam a face cruel das

colonialidades e suas consequências, como a negação do seu pertencimento e de suas identidades étnico-raciais, que serão reelaboradas, de forma positiva, a partir da participação no Núcleo e do envolvimento nas ações e projetos por ele executados, como o Movimento Fio a Fio e o Projeto Nobre Afro. O Núcleo tem possibilitado tanto o enegrecimento da educação, do currículo e das práticas pedagógicas, como também um enegrecimento das identidades e do pertencimento étnico-racial dos sujeitos que dele fazem parte.

2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Neste capítulo, apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados para a construção da presente pesquisa. Especificamente, situa-se a abordagem e o tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas para a produção dos dados, a caracterização dos sujeitos e do campo da pesquisa e a técnica utilizada para a organização e análise dos dados.

2.1 Caracterização quanto à natureza do estudo e ao tipo de pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa (TRIVIÑOS, 2011; FLICK, 2009; MINAYO, 2010), uma vez lida com o universo de significados que os sujeitos elaboram e com suas subjetividades no tocante à educação para as relações étnico-raciais. Minayo (2010) afirma que o método qualitativo

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (2010, p. 57).

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa busca abordar o mundo “lá fora” e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais de “dentro”. Para Triviños (2011), a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características³:

1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2ª) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 2011, p. 128-130).

Chizzotti (2008, p. 26) afirma que as pesquisas qualitativas não apresentam um único padrão “porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – suas concepções, seus valores, seus objetivos”, de modo que a ideia de objetividade pretendida pelo positivismo é, no limite, impossível de ser atingida.

A pesquisa qualitativa é interpretativa e utiliza-se de múltiplas fontes, além de

³ Triviños recupera as características da pesquisa qualitativa, conforme apresentada por Bogdan.

diferentes estratégias e procedimentos, sendo os mais utilizados a observação, as entrevistas e a análise documental. Por isso, segundo Chizzotti (2008, p. 28), “a análise, a discussão e interpretação dos resultados envolvem a identificação de padrões recorrentes e sua comparação com a literatura e o referencial teórico”. No mesmo sentido, conforme Mattar e Ramos (2021, p. 132), a pesquisa qualitativa “procura gerar uma compreensão holística dos fenômenos estudados” e, com essa finalidade, adota “[...] multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, [...] procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles” (CHIZZOTTI, 2008, p. 28).

A pesquisa em questão assume a dimensão *descritiva*, posto que o foco essencial reside em conhecer determinada comunidade, suas características, valores partilhados e percepções acerca de um fenômeno (GIL, 2012; TRIVIÑOS, 2011). Conforme Mattar e Ramos (2021, p. 119), “as pesquisas descritivas propõem-se em descrever situações e eventos”, de forma a privilegiar a perspectiva dos sujeitos da pesquisa sobre uma diversidade de questões, ou seja, para o nosso estudo, permitiu termos a percepção de professoras da educação infantil sobre suas práticas pedagógicas e a experiência no campo do trabalho antirracista.

2.2 Caracterização das técnicas utilizadas para a produção dos dados

Para a produção dos dados utilizou-se como técnica a *entrevista semiestruturada*, visando “coletar” as opiniões e perspectivas dos sujeitos da pesquisa (professora, estudantes e secretárias de educação) sobre o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena de Itiruçu-BA; *questionário fechado*, com o objetivo de obter informações sobre tempo de atuação e participação no NEABI, autodeclaração (cor/raça/etnia) dos sujeitos da pesquisa, entre outros aspectos. *Análise documental* (Decreto de criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI de Itiruçu-BA), objetivando recuperar a história da criação do referido Núcleo e a *narrativa autobiográfica*, posto que, além de pesquisadora, estou implicada na construção das muitas ações e projetos desenvolvidos pelo Núcleo, sobretudo a partir do ano de 2017.

A entrevista, constituída com roteiro de 15 perguntas, foi composta por 03 roteiros distintos, sendo um para estudantes, um para professoras e o terceiro para

ex-secretários e secretária atual de educação do município de Itiruçu-BA. Utilizou-se, também, a pesquisa *in lócus* para busca documental, como forma de melhor explorar o campo da pesquisa.

A entrevista é uma técnica largamente utilizada em pesquisas qualitativas e permite compreender aspectos subjetivos por meio da fala do(a) entrevistado(a), comparar pontos de vista de diferentes participantes e, através da fala de diferentes sujeitos, construir interpretações sobre o contexto e sobre determinados fenômenos.

Como forma de melhor explorar o tema optamos por uma entrevista semiestruturada. “Nesse tipo de técnica o entrevistador dispõe de um roteiro/guia (ou uma pauta), no entanto, não necessariamente segue a ordem determinada no roteiro, se oportuno, inclui novos questionamentos durante o encontro, mas nunca perdendo os objetivos da investigação” (ZANELLA, 2009, p. 121). Ademais, para Triviños (2011), a entrevista semiestruturada

É aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2011, p. 146).

A análise documental, segundo Gil (2012), assemelha-se à pesquisa bibliográfica. Contudo, segundo esse autor, a única diferença entre ambas encontra-se na natureza das fontes. Ademais,

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse contexto. Uma vantagem adicional dos documentos é o seu custo, em geral baixo. Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 45).

O questionário, conforme Gil (2012), pode ser definido como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores e interesses. As perguntas podem ser classificadas em perguntas abertas e

em perguntas fechadas. As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas, trazendo a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador e a liberdade de escrita. Já as perguntas fechadas trarão alternativas específicas para que o sujeito escolha uma delas, tendo uma limitação das possibilidades de respostas.

Nesse sentido, singularmente é importante o momento de formulação das questões para garantir uma padronização dos dados e uniformidade na organização das respostas obtidas. Gil (2012) destaca o seguinte:

- a) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;
- b) deve-se levar em consideração o sistema de preferência do interrogado, bem como o seu nível de informação;
- c) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação;

Nesta pesquisa, o questionário trouxe questões abertas e fechadas e foi utilizado para obter informações acerca dos sujeitos da pesquisa sobre os seguintes aspectos: Idade, Cor/raça/etnia, tempo de vinculação ao NEABI e escolaridade, para fins de sondagem inicial e melhor caracterização desses sujeitos, no que diz respeito a dados mais concretos através de autodeclaração, que refletiram acerca de aspectos sócio-culturais e identitários.

A narrativa autobiográfica (SOUZA; CRUZ, 2017) nesta pesquisa, constitui o núcleo central, posto que a pesquisadora é sujeito desse processo, especialmente por estar à frente, desde 2017, da coordenação do NEABI e por estar envolvida nas ações e projetos que o referido Núcleo tem realizado. Nesse sentido, conforme Souza e Cruz (2017, p. 174), as narrativas autobiográficas consideram “[...] as experiências do sujeito como lugar central da produção de sentido e de conhecimento”, de forma que

[...] Esse exercício reflexivo, de tomada de consciência das situações e acontecimentos que os constituíram em quem são hoje, é extremamente significativo para ajudá-los a refazer trajetórias com a força que cada experiência e aprendizagem extraída lhe confere (2017, p. 175).

2. 3 Campo e sujeitos da pesquisa

2.3.1. Caracterização do campo da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Itiruçu-Bahia, tendo como objeto de estudo o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, criado por meio de

decreto nº 012/2015, contendo em suas atribuições "planejar, coordenar, fiscalizar e conduzir todas as ações relacionadas ao estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena".

O interesse em inquirir esse território se deu por perceber que os estudantes do NEABI ocupam um espaço de referência e protagonismo na cidade de Itiruçu-BA, bem como no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, no que diz respeito à efetivação de atividades que valorizem o legado africano, a cultura afro-brasileira e que possibilitem a construção das identidades étnico-raciais desses estudantes.

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá está localizado majoritariamente no Centro Sul Baiano, em uma área de 10.467,49 km², com densidade demográfica de 29 hab/km² segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), o que corresponde a aproximadamente 1,8% do território estadual. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, (IBGE), a população do Território totalizava 303.589 habitantes, o que corresponde a 2,16% da população estadual. De acordo com o Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia (SIPAC), limita-se com o Território Médio Rio de Contas, Piemonte do Paraguaçu, Chapada Diamantina, Recôncavo e Baixo Sul.

Figura 1 - Mapa do território de Identidade do Vale do Jiquiriçá/BA



Fonte: SIPAC (2023)⁴

⁴ Mapa do Território de Identidade vale do jiquiriçá acessada em 05 de janeiro de 2022, disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/vale-do-jequirica/>

As primeiras incursões na região do Vale do Jiquiriçá iniciaram-se a partir da metade do século XVIII, com a exploração do pau-brasil e a povoação de sesmarias. Por volta do século XIX, boa parte das sesmarias virou povoado, que se tornou cidade nas primeiras décadas do século XX. O Vale do Jiquiriçá é cortado por cachoeiras e rios como Jiquiriçá e Boqueirão, tem relevância no cenário estadual graças ao potencial do ecoturismo, que em sua composição abrange 20 municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lagedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.

Figura 2- Imagem aérea da cidade de Itiruçu/BA



Fonte: Reprodução bolg Itirucunoticias (2021)⁵

Itiruçu tem sua população estimada em 12.693 habitantes de acordo dados do censo do IBGE(2010). Tem como ponto turístico famoso o "Morro Grande", além de ser conhecida pela tradicional festa de São Pedro, considerada a melhor da região e a maior festa de São Pedro da Bahia, que reúne pessoas dos quatro cantos do Brasil.

Sendo assim esse movimento de territorialidade faz parte da vida cotidiana e identitária da população e logicamente que o NEABI se articula e povoa espaços de visibilidade, através dos alunos que, amparados por propostas pedagógicas, sempre

⁵Imagem aérea da cidade de Itiruçu/BA, acessada em 05de março de 2021, disponíveis em: https://www.itirucunoticias.com/2011_05_30_archive.html

estão incluídos nos processos interculturais.

A figura 3, por exemplo, representa o movimento de trocas culturais onde a participação dos alunos, na abertura do São Pedro, versa sobre a manutenção das tradições perpassando gerações e de certa forma sendo modificada, mas que alimenta o imaginário e revitaliza os sentimentos de pertença, além de possibilitar um espaço de igualdade na realização dessas atividades populares.

Figura 3 - NEABI no São Pedro de Itiruçu



Fonte: Reprodução wikipedia (2021)⁶

A dimensão territorial do município corresponde a 313.707 km² e cuja densidade demográfica é de 40,46 habitantes por km², distante 329 km de Salvador, a capital do estado. Os municípios vizinhos são: Lagedo do Tabocal ao Norte, Jequié ao Sul, a Leste com Jaguaquara e a Oeste Lafaiete Coutinho.

Itiruçu-BA faz parte do conjunto de municípios que integram o Território de Identidade Vale do Jiquiriça e tem na agricultura sua principal atividade econômica, produzindo olerícolas, café arábica e caqui, cultivo e plantações de maracujá. Ademais, a Prefeitura é responsável por grande parte da renda da população.

A primeira penetração do território do município data de aproximadamente de

⁶Imagem de alunos do NEABI no São Pedro em 2018, onde alunos fizeram abertura da festa homenagiando diversidade, saberes e cultura popular. Acesso em 10 de janeiro de 2021, disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Festa_de_S%C3%A3o_Pedro_de_Itiru%C3%A7u.jpg

1823 quando, perseguido pela guerra de “Mata Marotos”⁷, José Antônio Braga, de nacionalidade portuguesa, ocupou grande área no Sudoeste baiano, ficando conhecido como Morro Grande, tornando-se de seu domínio particular, e assim foi registrado na forma de Lei de Terra de 1853.

Ao Sul de Morro Grande, e a uma distância aproximada de uma légua, está a Lagoa de Tiririca, onde se localizou “Salustiano de Barros, fez roças, rasgou picadas à guisa de entradas e construiu sua casa de residência” e nesse mesmo documento ressalta ainda que “a ação colonizadora proporcionou ao povoado e às suas imediações grande surto de progresso, que muito concorreu para a sua elevação à categoria de arraial”.

Foi o arraial elevado a sede da Sub-prefeitura de Itiruçu e, após luta por emancipação, obtem-se a completa independência em 18 de julho de 1935, passando a denominar-se Itiruçu, por sugestão de Teodoro Sampaio.

Muito do que há escrito no site oficial da cidade de Itiruçu, no tocante ao histórico da cidade, eleva os colonizadores portugueses e italianos no desbravamento, desenvolvimento e em sua constituição como cidade e, apesar de haver referência aos povos indígenas, esta fica apenas nas narrativas populares e oficialmente associa-se o nome Itiruçu às línguas indígenas Tupi e Guarani, que supõe significar “pedra alta e vento forte”, supostamente referindo-se ao marco geográfico imprimido por uma montanha de pedras, chamada de Morro Grande e pelo clima que é predominantemente frio durante todo o ano.

Quanto a remanescentes quilombolas e pessoas afrodescendentes envolvidas no processo de povoamento e emancipação política, não há nenhum registro oficial, como se só houvesse europeus na região, demarcando mais uma vez como o eurocentrismo e a colonização operaram.

A rede pública de ensino do município de Itiruçu, no ano de 2022, segundo dados do censo escolar (INEP, 2022), contava com 1.472 alunos. Esses alunos estão distribuídos em 10 instituições que atendem a alunos da educação infantil aos anos finais do ensino fundamental. Dessas instituições, 03 encontram-se localizadas no campo e atendem turmas multiseriadas, da educação infantil I ao 5^a ano do ensino

⁷As lutas entre separatista e conservadores, antilusitanismo, ficaram conhecidos como Mata-Maroto, conflitos que se sucederam entre brasileiros e portugueses, em Salvador e em algumas vilas do Recôncavo e do sertão da então Província da Bahia, no contexto do Período Regencial, entre 1831 e 1840. Maroto era adjetivo de conotação bastante pejorativa, que foi dado por brasileiros a lusitanos como forma de xingamento. Ser reconhecido como “maroto”, poderia significar morte.

fundamental. As outras 07 estão localizadas na zona urbana, sendo 01 Creche, 01 escola que atende exclusivamente à educação infantil, 01 designada para o ciclo escolar até o 3º ano, 01 atende do 1ª ao 5º ano, 01 unidade funciona com turmas do 4º e 5º anos, 02 colégios que atendem do 6º ao 9º anos e a modalidade e de Educação de Jovens e Adultos- EJA. Compõem também a Rede Municipal 02 núcleos para atender especificidades requeridas pelas modalidades de ensino: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) e o Núcleo de atendimento à Educação Especializada (NAEE).

Figura 4 - Quantitativo de Alunos por Unidades Escolares



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
itirucsec@hotmail.com**

QUANTIDADE DE ALUNOS NO CENSO ESCOLAR 2022

Nº	UNIDADES ESCOLARES	Integral/ Parcial	CENSO ESCOLAR ESCOLARIZAÇÃO	AEE	ATIVIDADE COMPLEMENTAR		CENSO ESCOLAR 2022
					Reforço Escolar	NEABI	
01	Centro Educ. Adalicio Silva de Novaes	Parcial	279	29	51	75	434
02	Colégio Mun. Prof. Cid Alves Santos	Parcial	341	-	62	-	403
03	Escola Mun. Maria Rita de Novaes	Parcial	110	-	30	-	140
04	Escola Rita Pimentel Ribeiro	Parcial	200	-	-	-	200
05	Creche Mun. Edésia Novaes da Silva	Integral	169	-	-	-	169
06	Escola Mun. Maria Isabel Pimenta	Integral	107	-	-	-	107
07	Escola Mun. Manoel Pires da Silva	Integral	82	-	-	-	82
08	Grupo Escolar Menandro Minahim	Integral	77	-	-	-	77
09	Prédio Esc. Jose Bonfim dos Santos	Integral	68	-	-	-	68
10	Escola Mun. Geraldo Cerqueira	Integral	39	-	-	-	39
TOTAL GERAL 2022			1472	29	143	75	1719

Fonte: Acervo SEMEC (2023)

A Rede Municipal de ensino, no que concerne à adesão de políticas públicas de inclusão, equidade e recomposição de aprendizagens, e em cumprimento ao Plano Municipal de Educação (PME), possui, do total de unidades escolares já referido, 06 Unidades que oferecem educação em Tempo Integral, com indicativo para a crescente implantação em todas as outras 04 unidades que funcionam de forma parcial. A educação integral em Itirucu teve início no ano de 2009, com 01 escola de

alfabetização e vem ampliando paulatinamente de acordo com recursos adquiridos, quadro de pessoal e estrutura física.

Em se tratando do ensino fundamental, a Rede Municipal oferece a Educação do Campo situada em 03 povoados: Vila Geraldo Cerqueira, Distrito de Upabuçu e no Povoado das Várzeas, todas comunidades rurais e onde a modalidade está em processo de regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação (CME). Quanto à Educação Especial, o atendimento ocorre em duas escolas e no NAAE. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ofertada no turno noturno, conforme apresentado na figura 05. No contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), além de ofertada pelo NEABI, foi instituída a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como componente curricular obrigatório, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, através da Resolução CME de nº 06/2022, do Conselho Municipal de Educação, e está em processo de implantação por conta da revisão do Documento Referencial Curricular e da construção da Matriz Curricular.

Figura 5 - Quadro das Modalidades de Ensino e Atividades Complementares

ITIRUÇU		SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUÇU SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA							
Escolas	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA					TOTAL	
	Nº de turma	Eixo I, II, III	EIXO IV	EIXO V			
COLÉGIO MUNICIPAL CID ALVES SANTOS	05	55	45	70	171		
QUANTIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AEE							
Escolas	EDUCAÇÃO ESPECIAL AEE						
	Nº de turma	TOTAL					
CENTRO EDUCACIONAL ADALICIO SILVA DE NOVAES	02	29					
ATIVIDADE COMPLEMENTAR – REFORÇO ESCOLAR – NEABI							
ESCOLA	ATIVIDADE COMPLEMENTAR						
	REFORÇO	NEABI					
CENTRO EDUCACIONAL ADALICIO SILVA DE NOVAES	51	75					
COLÉGIO MUNICIPAL CID ALVES SANTOS	62	-					
ESCOLA MUN. MARIA RITA DE NOVAES	30	-					
TOTAL GERAL	143	75					
	218						

Fonte: Acervo SEMEC (2023)

Os professores que compõem o quadro efetivo do magistério público municipal somam 116 profissionais do magistério e, desse total, apenas 03 não possuem nenhuma graduação em licenciatura. É importante pontuar que a SEMEC oferece,

mensalmente, formação continuada para esse professores e com essa finalidade foi criado um Programa de Formação Continuada para Professores (PROFOCO), para atender às necessidades da categoria, abordando as transversalidades e as diversidades de temas que atravessam os currículos e as práticas pedagógicas.

Figura 6 - Número de Docentes e de Turmas por Unidade Escolar



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUÇU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
mcvset@hotmail.com



NUMERO DE TURMAS - DOCENTES –TRANSPORTE ESCOLAR

Nº	UNIDADES ESCOLARES	NÚMERO DOCENTES	NÚMERO AUXILIARES	PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR PARA ALUNOS COM DEFICIENTE	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	NÚMERO DE TURMAS	TRANSPORTE ESCOLAR
01	Creche Mun. Edésia Novaes da Silva	16	09	01	-	09	-
02	Escola Mun. Maria Isabel Pimenta	10	05	01	-	05	04
03	Escola Mun. Manoel Pires da Silva	08	-	0	02	05	02
04	Grupo Escolar Menandro Minahim	04	-	01	03	04	18
05	Prédio Esc. Jose Bonfim dos Santos	03	01	01	03	03	64
06	Escola Mun. Geraldo Cenqueira	02	01	01	02	-	03
07	Escola Rita Pimentel Ribeiro	08	-	05	-	08	11
08	Escola Mun. Maria Rita de Novaes	08	-	03	05	08	03
09	Centro Educ. Adalicio silva de Novaes	28	-	02	02	19	53
10	Colégio Mun. Cid Alves Santos	21	01	02	05	17	93
Total Geral		108	17	17	22	81	248

Fonte: Acervo da SEMEC (2023)

O município também utiliza de serviços por contrato temporário de professoras e professores, cuidadoras e assistentes de classe, como está disposto na figura 6, o que justifica um quantitativo maior de professores do que o supracitado, sendo que essas contratações visam a garantia da continuidade de projetos pedagógicos e em caso de afastamento do quadro efetivo, bem como para dar suporte e qualidade na educação infantil, atendimento na educação especial e oficinas no tempo integral de

ensino.

O NAAE foi criado em 2021 e implementado no ano de 2022, através da Lei Complementar 007/2022, publicada no diário oficial do município. Com sede em prédio próprio, tem em seu quadro de funcionários 01 diretora, 04 professoras e 01 psicopedagoga do quadro efetivo, 03 atendentes de classe, 01 psicóloga, 01 assistente social e 01 fonoaudióloga do quadro temporário.

O NEABI, implantado em 2014 e oficializado através do decreto 012 de 2015, ainda não funcionou com espaço próprio, utilizando espaços como a casa da cultura, sala de infocento, sala do CRAS e, por fim, o salão de um colégio que até 2022 ofertava esse espaço.

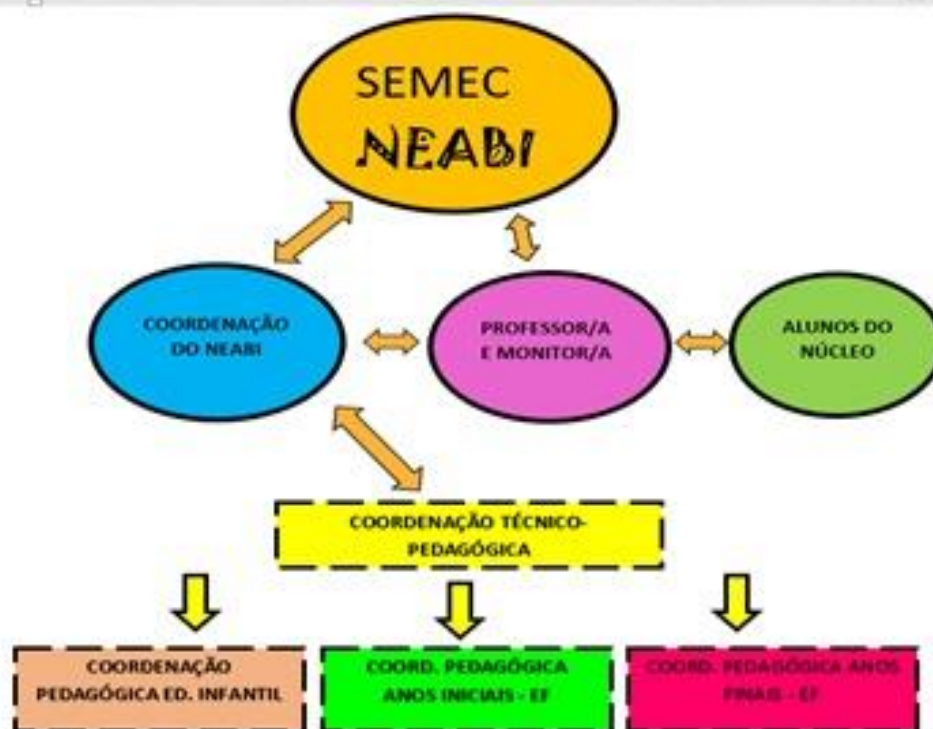
Nesse ano de 2023 o NEABI ganhou em setembro, um espaço próprio, numa escola que estava desativada, que no momento passa por reformas, localizada em um bairro periférico, ideal para o resgate de muitas histórias e memórias de pessoas que foram invisibilizadas ao longo da vida, mas deram grande contribuição para a sociedade, como as parteiras, rezadeiras, grupos de ternos de reis, sambadores entre outros.

O Núcleo contou comigo como única professora, ininterruptamente desde 2017 até os dias atuais, com carga horária de 40h, sendo que atualmente, além de mim, o quadro docente é constituído de mais 02 professoras, a partir de 2022, sendo 01 efetiva e 01 por contrato temporário de prestação de serviço.

Fazendo um recorte temporal para pensarmos como as estruturas administrativas são configuradas para o funcionamento do núcleo, na perspectiva de atedimento às reais necessidades do cumprimento das legislações que garantem a Educação das Relações Étnico-Raciais, vale lembrar que em 2014, quando foram iniciadas as atividades do NEABI, estava situado em uma sala da casa da Cultura e eram três professoras com carga horária de 40h semanais, que levavam sugestões de atividades nas escolas para que a coordenação das mesmas pudessem desenvolver ações alinhadas com as propostas da SEMEC.

A figura 7 retrata o organograma de como atuamos integrados com outros segmentos da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, para a produção de conhecimento através de desenvolvimento de ações, planejamentos e execução de projetos que evidenciam a temática das relações étnico-raciais em toda Rede de ensino.

Figura 7 - Organograma do NEABI



Fonte: Acervo da SEMEC (2022)

Em 2017 a equipe do NEABI era constituída apenas por mim, na incubência de reestruturar metodologias ativas para reconfigurar o Núcleo. Em 2019 a SEMEC disponibilizou um professor, com 20 horas semanais, que foi remanejado no ano seguinte. Em 2021, a SEMEC concedeu uma bolsa de estágio remunerado por um período de seis meses, para alunos maiores de 16 anos, que participavam do próprio Núcleo e, por fim, em 2022, ocorreu uma contratação temporária de 02 professores e 01 estagiário. No de 2023 contamos com uma coordenação e duas professoras.

Como já referido, o NEABI ainda não possui prédio próprio para funcionamento de suas atividades, e exemplo das oficinas e estudos por ele realizados, fato que causa entraves para fluidez das metodologias de ensino e das aprendizagens, como afirma umas das alunas entrevistadas, quando perguntada sobre pontos negativos relacionados ao NEABI:

O ponto negativo é que, como é um Núcleo de estudo da cidade de Itiruçu, acho que deveria ter um apoio da parte autoritária da cidade para termos um lugar específico para a gente, para a gente fazer as nossas oficinas, nossos encontros, não só para a gente ter um nome, ah, o NEAB tem um lugar em Itiruçu,, mas sim por ser confortável para a gente também, a gente ter o nosso cantinho onde a gente pode dividir as nossas opiniões, nossos ensaios, ajudar os outros e é isso. (Larissa Luz, entrevista realizada em agosto de 2022.)

A referência aos dois núcleos é importante, na medida em que possibilita refletir sobre o que faz um Núcleo ser visto como essencial e outro como secundário no que diz respeito à estrutura de funcionamento, já que atendemos a demandas tão importantes nas etapas e modalidades de ensino, que atravessam o campo da educação para as relações étnico-raciais (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008), Educação Especial, Educação Escolar Quilombola, Educação para o Campo, tendo em vista que uma não se sobressai à outra em nível de prioridade e obrigatoriedade de oferta e qualidade.

2.3.2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Constituíram sujeitos, interlocutores desta pesquisa, uma (01) professora, duas (02) secretárias de educação, sendo uma atual e uma ex-secretária e oito (08) estudantes que frequentam o NEABI, desde o ano de 2017, momento em que assumo a coordenação do referido Núcleo. Inicialmente três professoras foram selecionadas para fazerem parte da pesquisa, tendo por critério o fato de que elas tiveram atuação direta no NEABI, desde a sua constituição, o que possibilitaria recuperar a história e a memória e colocar em perspectiva diferentes sentidos acerca da constituição do referido Núcleo e do que mobilizou cada uma dessas professoras. A escolha do secretário e dos ex-secretários de educação deveu-se ao fato de que eles compuseram e estiveram envolvidos no processo de implantação e implementação do NEABI, de forma que é possível, a partir de suas perspectivas, recuperar a história e a memória, além de identificar os motivos que levaram a sua implantação.

A partir das vozes dos oito (08) estudantes pretendeu-se compreender questões como o que os levou a ingressarem e a permanecerem no NEABI, como as ações e participação desses estudantes têm possibilitado a construção de suas identidades étnico-raciais. Utilizou-se, como critério de inclusão, estudantes maiores de 18 anos, que ingressaram no Núcleo em 2017, ano de criação do grupo de estudos e do grupo de recitadores de poesias denominado “Filhos da Luz”, e que permanecem renovando suas matrículas ininterruptamente até os dias atuais, excluído os demais estudantes que tiveram o fluxo fracionado, não participando de forma contínua e seja menor de idade. Vale salientar que utilizo da categoria “estudantes” para denominar todos que frequentam e participam das atividades propostas pelo NEABI, tanto os que

estão na etapa da educação básica, bem como para os que já estão em outros níveis, como o ensino superior.

Nesta pesquisa, por questão ética, não revelamos os nomes verdadeiros dos participantes. No entanto, como forma de homenagear e dá reconhecimento a personalidades negras de nosso país, do passado e do presente, a esses participantes foram atribuídos as seguintes nomeações: Mateus Aleluia⁸, Carlinhos Brown⁹, Elza Soares¹⁰

⁸ Mateus Aleluia Lima é natural de Cachoeira – BA. Nasceu em 25 de setembro de 1943 e é conhecido como seu Mateus ou Mateus Aleluia. É um músico, cantor, compositor e pesquisador brasileiro, remanescente da formação original do conjunto musical Os Tingoãs. Iniciou sua carreira em sua cidade natal no Recôncavo Baiano, foi um dos responsáveis pelo perfil artístico ideológico dos Tingoãs, considerado o primeiro grupo vocal a expressar, na história da Música Popular Brasileira, a herança cultural – musical e linguística – de diferentes povos africanos que aqui aportaram. A ligação estreita que estabeleciam com a África tornou-se uma realidade concreta na vida de Mateus. Mudou-se para Angola em 1983, onde passou a desenvolver um trabalho de pesquisa cultural. Contratado pela Secretaria de Cultura de Estado de Angola, viajou o país ao encontro de mestres e mestras dos mais diversos saberes. Sua pesquisa é focada na ancestralidade musical pan-africana. Tem uma rica contribuição para a cultura afro-brasileira em nosso país.

⁹ Antônio Carlos Santos de Freitas, é natural da comunidade do Candeal Pequeno de Brotas, um quilombo de resistência africana cravado no coração da cidade de Salvador, na Bahia. Carlinhos Brown promoveu, ao longo de sua carreira, diversas revitalizações rítmicas, desenvolvendo ricas e significativas conexões com suas raízes ancestrais. Conhecido pelo nome artístico Carlinhos Brown, é um cantor, compositor, produtor musical, arranjador, percussionista, multi-instrumentista e artista visual brasileiro. Internacionalmente reconhecido por sua contribuição à música popular brasileira, foi o primeiro brasileiro a fazer parte da Academia do Oscar e a receber os títulos de Embaixador Ibero-Americano para a Cultura e Embaixador da Justiça Restaurativa da Bahia. Ao longo de sua trajetória, promoveu diversas revitalizações rítmicas, desenvolvendo ricas e significativas conexões com suas raízes ancestrais. Participou diretamente dos primeiros arranjos que originaram o axé music (O axé, ou axé music, é um gênero musical que surgiu no estado da Bahia na década de 1980 durante as manifestações populares do Carnaval de Salvador, misturando o ijexá, samba reggae, frevo, reggae, merengue, forró, samba duro, ritmos do candomblé, pop rock bem como outros ritmos afro-brasileiros e afro-latinos. O samba-reggae é um gênero musical nascido no estado da Bahia criado e difundido pelo maestro Neguinho do Samba. Como o próprio nome sugere, é uma fusão entre o samba brasileiro e o reggae jamaicano, representado fortemente na figura do negro.), compondo a partir daí centenas de sucessos, e criando conteúdos artísticos revigorantes para a cena da música pop brasileira que reverberam mundo afora, a exemplo da Timbalada, movimento percussivo vivo nascido nos anos 90. Formou mais de 15 mil músicos espalhados pelo mundo

¹⁰ Elza Soares é o nome artístico de Elza Gomes da Conceição, carioca, nascida em 23 de junho de 1930. 20 de janeiro de 2022 é a data de sua partida do plano terreno. Foi uma cantora, compositora musical e puxadora de samba-enredo brasileira, que flertou com vários gêneros musicais como samba, jazz, samba-jazz, sambalongo. Nasceu em uma família muito humilde, composta por dez irmãos, na favela da Moça Bonita, atualmente Vila Vintém, no bairro de Padre Miguel, e ainda pequena mudou-se para um cortiço no bairro da Água Santa, onde foi criada com infância e juventude muito pobres, ajudava a mãe nos serviços domésticos, levando latas d'água na cabeça. Elza é uma espécie de representação real, materialização das recém alforriada, das mulheres negras faveladas brasileiras. Aquela que não desiste, luta e brilha. Ela foi umas das maiores artistas que atravessou décadas sempre no topo do sucesso. Em suas obras musicais transgredia a normalidade e denunciava o movimento do machismo e do racismo, como na música "A carne". Foi tema do longa "My Name is Now, Elza Soares" e lançou inúmeros álbuns musicais ao longo de sua carreira recheada de prêmios e marcas de superação e resistência. Em dezembro de 2021, tornou-se imortal da Academia Brasileira de Cultura, instituição instalada naquela oportunidade

Larissa Luz¹¹, Margarete Menezes¹², Sued Nunes¹³, Virgínia Rodrigues¹⁴ e Mariene de Castro¹⁵, nomes sugeridos pelos próprios estudantes, por serem fãs dos referidos cantores. As estudantes sugeriram nomes de mulheres e cantoras pretas da música

¹¹ Larissa Luz é uma cantora e compositora brasileira. Foi vocalista da banda de axé Ara Ketu entre 2007 e 2012. Larissa se identifica como parte dos movimentos afrofuturismo e afro-punk. A cantora, atualmente, apresenta o "Saia Justa", e o tema da maioria de suas abordagens está voltado para discutir questões raciais nas músicas, nas postagens que faz nas redes sociais e no programa da GNT. Em sua música "Bonecas Pretas", ela denuncia a ausência de nossas identidades negras na produção e reprodução de bonecos e bonecas, além de motivar meninos e meninas a ocuparem esse lugar da beleza e da aceitação de suas negritudes.

¹² Margareth Menezes da Purificação Costa nasceu em Salvador- BA, em 13 de outubro de 1962. É uma cantora, compositora e atriz brasileira. Em 2023, tornou-se ministra da Cultura do Brasil, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. É ganhadora de dois troféus Caymmi, dois troféus Imprensa, quatro troféus Dodô e Osmar, além de ter sido indicada para o GRAMMY Awards e GRAMMY Latino. Contabiliza 21 turnês mundiais, e foi considerada pelo jornal Los Angeles Times, como a "Aretha Franklin brasileira". Em 1987, gravou o seu primeiro single, lançado como LP, ao lado de Djalma de Oliveira, "Faraó (Divindade do Egito)", vendendo mais de 100 000 cópias. Após isso, Menezes deu início a sua carreira bem-sucedida, lançando 14 álbuns, sendo que dois desses, Ellegibô e Kindala, alcançaram o topo da Billboard World Albums, enquanto Pra Você e Brasileira Ao Vivo: Uma Homenagem Ao Samba-Reggae, receberam indicações ao Grammy Latino e Grammy Awards, respectivamente. Lançou Naturalmente Acústico em 2010. Ela ainda lidera o movimento "Afropop Brasileiro", que visa preservar e promover a cultura afro-brasileira e criou a "Fábrica Cultural", uma organização não-governamental que ajuda crianças e adolescentes carentes. Todos os anos a cantora leva seu trio elétrico, um dos mais tradicionais, às ruas de Salvador, exaltando as simbologias da africanidade e do povo negro.

¹³ Sued Nunes é uma cantora da nova geração, em início de carreira. Nasceu no Recôncavo Baiano e suas composições destacam essas vivências. Mulher, preta, do axé e nordestina, Sued, cujo nome significa "Deus" ao contrário, aborda em suas músicas ancestralidade, religiosidade, representatividade e pertencimento negro.

¹⁴ Virgínia Rodrigues é uma cantora brasileira, descoberta por Caetano Veloso durante um ensaio do Bando de Teatro Olodum, em Salvador, em 1997. Sua música tem influência de música clássica, samba e jazz, ao mesmo tempo que suas letras têm referências a entes do candomblé e umbanda. O seu primeiro álbum, "Sol Negro", foi bem recebido nos Estados Unidos e na Europa, rendendo à cantora raras críticas. O The Times de Londres escreveu: "A nova Diva da música brasileira, a cantora baiana de 33 anos, comoveu todo o Brasil com seu álbum de estreia "Sol Negro", uma rica mistura de influências africanas e portuguesas e de samba de raiz", sendo elogiado também pelo jornal Le Monde e pela revista Rolling Stone. A história da cantora baiana Virgínia Rodrigues ficou tão conhecida internacionalmente que os jornalistas americanos a apelidaram de Cinderela brasileira. Ex-manicure saída de uma favela de Salvador realizou, em um ano, duas turnês pelos Estados Unidos, shows na Europa e foi entrevistada por David Byrne, ao vivo, na televisão americana. Em seu segundo álbum, "Nós", Virgínia homenageia os blocos afro de Salvador. Seu canto primoroso e sofisticado entoa músicas do Ilê Aiyê, Olodum, Timbalada, Ara Ketu e Afreketê. O The New York Times já a definiu como "uma das mais impressionantes cantoras que surgiu do Brasil nos últimos anos

¹⁵ Mariene Bezerra de Castro, natural de Salvador – BA, nascida em 12 de maio de 1978, é uma mulher preta que carrega as fortes influências afro-brasileira que está no DNA da cidade de Salvador, imprimida pelos africanos e suas etnias. Ela é uma cantora, compositora e atriz brasileira, notória por exaltar a religiosidade, saberes e culturas afro-brasileira em sua obra musical. Mariene de Castro despontou no cenário musical brasileiro identificada como uma força da natureza. Roque Ferreira - seu conterrâneo e um dos compositores preferidos da cantora - intuiu certa vez que Mariene nunca subia ao palco sozinha: alguma força superior entrava com ela em cena e impregnava sua música. Cantou na festa de encerramento das Olimpíadas de 2016, enquanto era apagada a chama olímpica. Foi indicada ao Grammy Latino 2020, na categoria "Melhor Álbum de Músicas de Raízes Em Língua Portuguesa", pelo álbum "Acaso Casa Ao Vivo", em parceria com o cantor pernambucano Almério. Mariene tem uma importância por preservar as culturas ancestrais e identidades negras e a difusão das mesmas.

brasileir.

Para afirmar a valorização da intelectualidade negra no contexto acadêmico, a professora participante da pesquisa recebeu o nome da professora PhD Marise de Santana, no intuito de homenagear essa mulher que é uma gigante para nós, “filhos do ODEERE”. Os nomes das secretárias homenageiam as atrizes do teatro e da televisão e foram denominadas Chica Xavier e Taís Araújo, por representarem a mulher preta nas grandes mídias.

Quadro 1 - Estudantes participantes da pesquisa

Estudante/Nome	Idade	Cor/raça/etnia	Tempo de vinculação ao NEABI	Escolaridade
Mateus Aleluia	18	Preto	06 anos	2º grau
Carlinhos Brown	18	Preto	06 anos	2º grau
Elza Soares	18	Parda	07 anos	graduanda
Larissa Luz	18	Preta	06 anos	graduanda
Sued Nunes	19	Preta	06 anos	2º grau
Margareth Menezes	19	Preta	06 anos	graduanda
Virgínia Rodrigues	19	Preta	06 anos	2º grau
Mariene de Castro	18	Preta	06 anos	2º grau

As entrevistas com os estudantes ocorreram sem nenhum contratempo e foram realizadas do mês de agosto, do ano de 2022, até o mês março do ano de 2023. Das oito entrevistas, três foram realizadas no Colégio Adalício Silva Novais, espaço onde o NEABI funciona provisoriamente. As outras cinco foram realizadas nas residências de cada um dos estudantes, por sugestão deles.

Quadro 2 - Professor participante da pesquisa

Nome	Cor/raça/etnia	Formação	Tempo de atuação na educação básica
Marise de Santana ¹⁶	Preta	Pedagogia	31 anos

¹⁶Professora PhD Marise de Santana, é uma ativista das questões dos legados africanos e afro-brasileiros, antirracista, mulher negra, religiosamente é uma zeladora de legados africanos. Graduação em Pedagogia, mestra pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em que defendeu a Dissertação intitulada Educação Multicultural Novos e Velhos Desafios orientada pela Profª. Drª. Josildeth Gomes Consorte. Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2004 defendeu a Tese "O Legado Africano na Diáspora e o Trabalho Docente", orientada pela profª. Dra. Josildeth Gomes Consorte. Pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas. É professora aposentada, nível Pleno, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Foi a fundadora e Coordenadora do Órgão de Educação para as Relações Étnicas - ODEERE até o momento de sua aposentadoria. É professora do quadro permanente do Programa Stricto Sensu em Relações Étnicas e Contemporaneidade e do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Com Ênfase em Culturas Afro-brasileiras do ODEERE/UESB. Na Universidade Estadual de Feira de Santana é Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em "Desenho, Cultura e Interatividade". A professora e pesquisadora Marise de Santana tem vasta experiência em Educação e Antropologia, evidenciando as temáticas do Legado Africano; Cultura e Identidade; Cultura negra; Trabalho e Formação Docente; Processo Ensino/ Aprendizagem, Antropologia das Populações Afro-brasileiras, Educação das

Inicialmente, foram contatadas três professoras para colaborarem com a pesquisa. Das três, conseguimos realizar as entrevistas com duas professoras, entre fevereiro e março de 2023. As professoras me receberam em sua residência para a realização da entrevista e se disponibilizaram, caso fosse necessário, para acrescentarem mais informações à pesquisa. Uma professora não pode colaborar com a entrevista porque estava afastada de suas atribuições docente, para cuidados com a saúde e pelo mesmo motivo estava residindo em outro município que facilitava o tratamento, no momento não dispondo de tempo para atender essa solicitação. Devo acrescentar que uma dessas duas professoras, após conceder a entrevista, que constou inclusive no texto da qualificação, desautorizou o uso da mesma, alegando está em processo de especialização, e diante de abordagens que constam em sua pesquisa não poderia autorizar, seguindo conselho de sua orientadora. Ou seja, ao final, contamos somente com a colaboração de uma professora.

Quadro 3 – Secretária e ex secretária de educação participantes da pesquisa

Nome	Cor/raça	Formação	Tempo de atuação na educação básica
Chica Xavier ¹⁷	Preta	Licenciatura em História	21 anos
Taís Araújo ¹⁸	Branca	Licenciatura em Geografia	21 anos

Relações Étnicas. Sua atuação tem inspirado e fortalecido o movimento intelectual negro com sua vasta produção acadêmica, como o livro “Narrativas ancestrais: histórias e trajetórias de mulheres negras na Bahia”, organizado pelos professores Luzi Borges, Marise de Santana e Washington Nascimento e “Mulher negra e ancestralidade”, organizado por Josildeth Gomes Consorte, Marise de Santana.

¹⁷Chica Xavier, nome artístico de Francisca Xavier Queiroz de Jesus, (baiana de Salvador, nascida em 22 de janeiro de 1932, faleceu no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 2020). Foi uma ialorixá, produtora teatral e atriz de teatro, cinema e televisão brasileira. Mesmo sendo mais conhecida pelo grande público por seus trabalhos nas telenovelas da TV Globo, onde eternizou personagens emblemáticas, atuou no teatro nacional por mais de 60 anos, destacando-se como grande personalidade da representatividade negra na arte do Brasil. Em 1999, ela lançou o livro “Chica Xavier canta sua prosa. Cantigas, louvações e rezas para os orixás”, prefaciado pelo grande amigo Miguel Falabella e ilustrado por sua filha, Izabela d’Oxóssi. Chica foi homenageada por algumas escolas de samba, sendo a última a Acadêmicos do Cubango, no carnaval de 2020, com o enredo “O Amor Preto Cura: Chica Xavier, a Mãe Baiana do Brasil. Ganhou o Centro Cultural Atriz Chica Xavier no Projeto Social No Palco da Vida, coordenado pelo ator Wal Schneider, onde guarda o acervo contando sua carreira no Teatro, TV e Cinema. Em 2013, a escritora Teresa Montero (biógrafa da Clarice Lispector) escreveu sua biografia “Chica Xavier: Mãe do Brasil”. Nas 178 páginas do livro, Teresa registrou a trajetória da atriz na TV, no cinema e no teatro. Recebeu o Troféu Palmares, concedido pela Fundação Palmares e o então Ministério da Cultura, por sua contribuição às artes e à cultura afro-brasileira.

¹⁸Taís Bianca Gama de Araújo Ramos, uma mulher negra, carioca, de 45 anos, é uma atriz e apresentadora brasileira. Considerada uma das grandes atrizes brasileiras por sua versatilidade em interpretar personagens cômicos e dramáticos. Destacou-se como a terceira atriz negra a protagonizar uma telenovela brasileira em Xica da Silva em 1996, sendo também a primeira a protagonizar uma trama contemporânea da Rede Globo em Da Cor do Pecado (2004), que tratava

A entrevista com a secretária de educação foi realizada no mês de outubro do ano de 2022, na SEMEC, e com a ex-secretária, em fevereiro de 2023, no Cólégio Adalício Silva Novaes. A primeira entrevista com a ex-secretária de educação teve que ser interrompida no mês de novembro de 2022, diante de um imprevisto ocorrido em seu trabalho, tendo que ser remarcada e posteriormente foi realizada em seu local de trabalho, no colégio supracitado. Um dos secretários aceitou conceder entrevista, mas ao acessar o local combinado, o mesmo disse que não estava em condições de atender. Retornei em outros dois momentos em dias diferentes, mas foi alegado não dispor de tempo para tal, ficando concluída apenas duas entrevistas com essa categoria, que ocorreu no espaço de trabalho, por opção das participantes.

Em relação à realização das entrevistas, cabe destacar uma diferença marcante em dois grupos de sujeitos: os estudantes e secretários de educação. O primeiro grupo se prontificou e apresentava uma certa urgência em falar, já que foi anunciado no coletivo e explicado que haveriam entrevistas com os alunos maiores de idade que compunham o grupo desde 2017. Entretanto, no segundo grupo, gerou um clima de desconfiança, um certo desconforto, posto que queriam saber antecipadamente o teor das questões, talvez em decorrência da posição que ocupavam.

O material coletado nas entrevistas, de forma gravada, foi devidamente e eticamente transcrito na íntegra e arquivado de forma segura em um pendrive para evitar acesso de terceiros em aparelho celular ou notebook. Uma vez transcrito, foram feitas leituras cuidadosas para identificação de respostas e materiais que contemplassem os objetivos desta pesquisa.

sobre o romance interracial da jovem feirante pobre com o bilionário, bem como no horário nobre da mesma emissora em *Viver a Vida* (2009). Depois da novela de Manoel Carlos, protagonizou os folhetins *Cheias de Charme* (2012), *Geração Brasil* (2014), *Amor de Mãe* (2019) e *Cara e Coragem* (2022). Foi nomeada Defensora dos Direitos das Mulheres Negras pela ONU Mulheres Brasil, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Foi eleita uma das 100 personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo com menos de 40 anos pelo *Most Influential People of African Descent* (MIPAD), e por esta razão participou de um debate na Universidade de Columbia, em Nova York, onde recebeu o prêmio. Em 2016, uma pesquisa de opinião (Pesquisa Qualibest) também apontou Taís Araújo como a mulher mais admirada por jovens na faixa etária entre 13 e 20 anos, a quinta artista mais influente da televisão e internet no país, segundo o jornal *Meio & Mensagem* em parceria com o Instituto Datafolha em 2016, e a quarta mais influente em 2017. Também foi eleita uma das mulheres mais guerreiras e estilosas pela revista americana *Vogue América*. Taís tem um papel importante na contemporaneidade no ativismo contra o racismo e no empoderamento preto.

2. 4 Técnica utilizada para a organização e tratamento dos “dados”

Para a organização e análise dos dados utilizamos da análise de conteúdo (BARDIN, 2016; AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2017; FRANCO, 2018). Conforme Amado, Costa e Crusoé (2017, p. 304), “a história da análise do conteúdo, como técnica científica, remonta já aos tempos da 1ª Grande Guerra, como instrumento para o estudo da propaganda política nos diversos países, tendo como principal referência a obra de Harold Lasswell”. No decorrer do século XX aos dias atuais, o entendimento acerca do que é análise de conteúdo passou por transformações, “caminhando de um sentido mais descritivo e quantitativo, numa primeira fase, para um sentido mais interpretativo, inferencial, em fases posteriores (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2017, p. 304).

[...] o aspecto mais importante da análise de conteúdo é o facto de ela permitir, além de uma rigorosa e objetiva representação dos conteúdos ou elementos das mensagens (discurso, entrevista, texto, artigo, etc.) através da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias, o avanço (fecundo, sistemático, verificável e até certo ponto replicável) no sentido da captação do seu sentido pleno (à custa de inferências interpretativas derivadas ou inspiradas nos quadros de referência teóricos do investigador), por zonas menos evidentes constituídas pelo referido ‘contexto’ ou ‘condições’ de produção (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2017, p. 306-307).

A análise de conteúdo (BARDIN, 2016) é um conjunto de técnicas que pretende encontrar nas comunicações (no nosso caso, entrevistas) os significados subjacentes, abaixo da superfície. Ela permite superar as incertezas, ao certificar o pesquisador de que as falas dão sustentação às suas interpretações e enriquece a leitura, pois permite perceber os conteúdos não visíveis em uma leitura apressada. Fazer análise de conteúdo vai além de descrever os conteúdos das comunicações. Envolve fazer inferências a partir desses conteúdos e em seguida interpretá-los.

A análise de conteúdo envolve diferentes etapas que, segundo Amado, Costa e Crusoé (2017, p. 311) corresponde às seguintes fases: “definição do problema e dos objetivos do trabalho; explicitação de um quadro de referência teórico; constituição de um corpus documental; leitura atenta e ativa; formulação de hipóteses e categorização”. Ademais, segundo eles,

O primeiro grande objetivo da análise de conteúdo é o de organizar os conteúdos de um conjunto de mensagem num sistema de categorias que traduzem as ideias-chave veiculadas pela documentação em

análise. Para isso, há que começar por espartilhar os textos nas unidades de sentido que se considerarem pertinentes em função das características do material a estudar, dos objetivos do estudo, e das hipóteses formuladas (caso haja) (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2017, p. 315).

Nessa pesquisa, utilizamo-nos da análise de conteúdo temática¹⁹. Segundo Minayo (2010, p. 316), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação [no nosso caso, as entrevistas que realizamos com os sujeitos da pesquisa], cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado”. A análise temática desdobra-se, segundo Minayo (2010), em três fases: a primeira etapa, corresponde à *pré-análise*, que pode ser decomposta nas seguintes etapas: leitura flutuante, constituição do corpus e formulação e reformulação de hipóteses e objetivos.

A *leitua flutuante* é a primeira atividade da *pré-análise* e consiste em “estabelecer contato com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidos, deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (FRANCO, 2018, p. 54). Essa etapa, segundo Minayo (2010, p. 316), “requer que o pesquisador tome contato direto e intenso com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo”. A constituição do corpus “[...] diz respeito ao universo estudado em sua totalidade, devendo responder a algumas normas de validade qualitativa: *exaustividade*²⁰, *representatividade*²¹ e *homogeneidade*²²” (MINAYO, 2010, p. 316). O *corpus* é, segundo Bardin (2016, p.126), “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes,

¹⁹Segundo Franco (2018, p. 45), “o tema é considerado como a mais útil unidade de registro, em análise de conteúdo”.

²⁰“Uma vez definido o campo do corpus (entrevistas, respostas a um questionário, notícias da imprensa, emissões de televisão, etc.) sobre determinado assunto, é preciso considerar todos os elementos desse corpus” (FRANCO, 2018, p. 55).

²¹ “A análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados” (BARDIN, 2016, p. 127). Ademais, segundo Franco (2018, p. 56-57), “é preciso lembrar que nem todo o material a ser analisado é susceptível à obtenção de uma amostragem. E, neste caso, é preferível reduzir o próprio universo (e, portanto o alcance da análise) para garantir maior relevância, maior significado e maior consistência daquilo que é realmente importante destacar e aprofundar no estudo em questão”.

²² “Os documentos a serem analisados devem ser homogêneos. Isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade que extrapolem os critérios e os objetivos definidos. Ou seja, por exemplo, as entrevistas realizadas para captar mensagens sobre um determinado tema, devem: (todas elas) conter questões que se referem ao tema escolhido; as respostas dadas às questões formuladas devem ser obtidas mediante a utilização de técnicas semelhantes em situações semelhantes; e, devem, também, ser realizadas por indivíduos semelhantes” (FRANCO, 2018, p. 57).

escolhas, seleções e regras”.

Nesta fase pré-analítica, determina-se a *unidade de registro* (palavra-chave ou frase), a *unidade de contexto* (a delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro), os *recortes*, a forma de *categorização*, a modalidade de *codificação* e dos *conceitos teóricos* mais gerais que orientarão a análise (MINAYO, 2010, p. 317).

A segunda fase, a *exploração do material*, consiste essencialmente numa operação “classificatória que visa a alcançar o núcleo de compreensão do texto. Para isso, o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala é organizado” (MINAYO, 2010, p. 317). Na terceira etapa, *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, o analista “propõe inferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material” (2010, p. 318).

Seguindo as etapas da análise de conteúdo (BARDIN, 2016; FRANCO, 2021) após a transcrição das entrevistas, fizemos a pré-análise desse material, através da leitura flutuante, estabelecendo o primeiro contato com o material produzido. Esse material foi exaustivamente explorado, de forma que foi possível organizá-lo em categorias temáticas, conforme apresentado no capítulo quatro, dedicado à análise dos dados.

3. OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS E A DECOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico, os conceitos e categorias analíticas mobilizados na pesquisa.

3.1 Por uma educação antirracista e decolonial

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na teoria decolonial, em diálogo com os estudos sobre educação para as relações étnico-raciais a partir de autores como Ramón Grosfoguel (2010), Quijano (2005, 2007, 2010), Enrique Dussel (2005), Nelson Maldonado-Torres (2007, 2010, 2019) que nos auxiliaram na compreensão de conceitos como decolonialidade, colonialidade do saber, do poder e do ser; e Nilma Lino Gomes (2010a, 2010b, 2011, 2012, 2017, 2019), Santana, Sanatana, Moreira (2013), Santana (2014, 2019), Oliveira (2012, 2018, 2021a, 2021b, 2021c), Oliveira e Lins (2018) e Catherine Walsh (2009) para a discussão sobre educação para as relações étnico-raciais e pedagogias decoloniais.

Ainda vigora no Brasil um modelo de educação colonizador que tem como referência o que Maldonado-Torres (2019) denomina de “colonialidade do saber”, em que prevalece a epistemologia eurocêntrica, que subalterniza todo conhecimento que não se origina na Europa. A instituição escolar, nesse sentido, continua marcada pelo paradigma eurocêntrico que coloca o branco como padrão de humano e subalterniza o outro, seja ele indígena ou negro. Com essas marcas, a educação torna-se um lugar de reprodução de exclusão, de preconceitos e estereótipos.

A colonialidade do saber operou a inferioridade de grupos humanos não europeus do ponto de vista da produção da divisão racial do trabalho, do salário, da produção cultural e dos conhecimentos. Por isso, Quijano fala da colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não europeias que nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos, por exemplo, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a uma “outra raça” (OLIVEIRA, 2018, p. 71).

As colonialidades do poder, do saber e do ser (MALDONADO-TORRES, 2019) imprimem estratégias de dominação, em diferentes níveis, mesmo após os processos de independência política das nações latino-americanas, no decorrer do século XIX, de

forma que, mesmo diante do fim do colonialismo clássico, se estabelece regimes de dominação que se entendem até os dias atuais. Por isso, segundo Quijano (2007, p. 93) “[...] o colonialismo é, obviamente mais antigo, no entanto, a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo”. Ademais, segundo esse intelectual,

a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos da existência social, quotidiana e da escala societal, origina-se e mundializa-se a partir da América (2007, p. 84).

A colonialidade, nesses termos, mesmo tendo emergido “[...] como resultado do colonialismo moderno”, estende-se para além dele, referindo-se “[...] à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

A colonialidade do saber operava e opera, a partir do campo educacional, através diferentes dispositivos pedagógicos, produzindo várias lacunas e um lapso temporal em relação à história povos indígenas, das populações afro-americanas e afro-brasileiras. A estas ausências de referenciais epistemológicos, culturais, históricos e sociais Grosfoguel (2007, p. 32) chama de racismo epistêmico que, dentre outros aspectos, “[...] considera os conhecimentos não ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais”.

Pensar de forma radical sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser, no campo da educação, implica em desconstruir práticas pedagógicas e proposições curriculares eurocentradas, ou ao menos tornar perceptível suas fragilidades, objetivando combater e superar os racismos, discriminação e a segregação racial. Advém daí a necessidade dos espaços educacionais, a exemplo dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, construírem propostas e currículos outros em que as populações negras e indígenas sejam contempladas em suas dimensões históricas, culturais, políticas, sociais e afetivas, profissional, intelectual (OLIVEIRA, 2018).

A colonialidade do saber nos faz pensar que o único tempo, histórias e culturas possíveis são as derivadas do mundo europeu, não aceita a possibilidade de existir

conhecimentos e saberes em outros grupos étnicos a exemplo dos africanos, conduzindo o mundo a uma racionalidade europeia. Oliveira (2012, p. 50) afirma que

o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõem novos. Opera-se então a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não europeu e a própria negação e esquecimento de processos históricos não europeus. Essa operação pode se realizar sob várias formas como pela sedução, pela cultura colonialista e o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura realizando uma verdadeira aspiração pela cultura europeia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva somente do europeu, mas também daqueles do conjunto dos educados sob sua hegemonia.

Segundo Gomes (2017), considerando que o fenômeno do racismo presente na sociedade brasileira é uma forte expressão da colonialidade²³, contra o qual o Movimento Negro²⁴ tem lutado há décadas, no campo da educação, a aprovação da Lei 10.639/03 é fruto da luta desse ator político para a construção de uma educação antirracista e descolonizadora dos currículos escolares e universitários.

A prática social dos movimentos negros no final do século XX interferiu decisivamente no sentido de ressignificar o conhecimento hegemônico sobre as relações raciais no Brasil, colocando em questão aquelas teorizações que moldavam “cientificamente” o sistema de classificação racial fundamentado em conceitos e teorias legitimadas academicamente. O que fez esse cenário mudar foi a militância política dos negros e negras ao longo do século XX e, agora, no século XXI (OLIVEIRA, 2018, p. 93).

A Educação para as relações étnico-raciais (ERER) é uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, sistematizada principalmente pela ação do Movimento Negro Unificado, que se constituiu em fins da década de 1970 como precursor dessa discussão, tendo como objetivo a superação do racismo e a reeducação da sociedade brasileira para construção de uma nova sociabilidade (GOMES, 2017).

Para tal tarefa, intelectuais negros e negras produzem a politização e o

²³ Colonialidade é a consequência do processo histórico colonial que se estruturou sobre a violência, hierarquização de povos e, nesse sentido, naturalizou a opressão de determinados grupos e a dominação de outros; opressão e dominação que se manifestam especialmente através do eurocentrismo, epistemicídio e do racismo (MALDONADO-TORRES, 2019).

²⁴ Movimento Negro entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignifica a questão étnico-racial em nossa história (GOMES, 2017, p. 28).

deslocamento do conceito “raça”, de matriz colonizada, para uma perspectiva decolonial e antirracista, ou seja, a “raça” é ressignificada, tornando-se uma categoria analítica para a compreensão das desigualdades que estruturam as relações sociais em nosso país, ao mesmo tempo em que se torna um vetor para a luta política e para a afirmação das identidades dos coletivos negros (GOMES, 2017).

Gomes (2019, p. 227) afirma que é “nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade”, posto que ela nos “remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais”, de forma que é possível afirmar que as práticas político-epistêmicas do Movimento Negro se constituíram como projetos decoloniais mesmo antes da decolonialidade se constituir enquanto “campo acadêmico”.

Contudo, como pondera Gomes (2019, p. 233), “falta-nos reconhecer o quanto já temos um pensamento decolonial na educação, em particular, e nas Ciências Humanas e Sociais, em geral, construído sobre uma perspectiva negra brasileira. E, a partir dele e com ele, indagar os currículos e o conhecimento”.

Segundo Gomes (2012), com a aprovação da lei 10.639/2003, os sistemas educacionais são impelidos, do ponto de vista político, pedagógico e curricular, a se reeducarem no que se refere às relações étnico-raciais. Ademais, segundo a autora,

A mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros (GOMES, 2012, p. 105).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394 de 1996), foi alterada

pela Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica, nos sistemas de ensino públicos e privados. Em 2004, com a Resolução CNE/CP 01/2004, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em 2008, a lei 10.639/2003 foi alterada, tornando-se 11.645, posto que além das determinações da obrigatoriedade das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, torna-se obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas na educação básica.

Nesse sentido, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana,

[...] A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p. 15).

O Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana²⁵ (2013), reconhece os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) como espaços apropriados para a elaboração de material e formação de professores voltados às temáticas das relações étnico-raciais. Nesse sentido, para Nogueira,

O Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, lançado em 2008, surgiu para subsidiar, apoiar e regulamentar as ações em prol da modificação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira. O documento não deixa dúvidas: toda a sociedade brasileira é destinatária dessas ações. Negras, negros e indígenas não devem ser definidas(os) como agentes exclusivas(os) das políticas em prol de uma educação antirracista (NOGUEIRA, 2014, p. 18).

Nessa perspectiva, os NEABIs se constituem como espaço de formação para a educação das relações étnico-raciais e, portanto, antirracista, produtoras de “pedagogias decoloniais” que, segundo Walsh (2009, p. 27) são “aquelas pedagogias

²⁵As referidas Diretrizes foram instituídas em 2004, com o objetivo de auxiliarem os processos de implementação da lei 10.639/2003.

que integram o questionamento e a análise crítica, a ação social transformadora, mas também a insurgência e intervenção nos campos do poder, saber e ser, e na vida”.

Uma educação decolonial é essencialmente antirracista, expressando-se na crítica à epistemologia eurocêntrica e organizando os oprimidos no sentido da emancipação. “Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógicas que se projetam muito além dos processos de ensino e de transmissão dos saber, uma pedagogia concebida como política cultural” (OLIVEIRA, 2018, p. 60).

Nesse mesmo sentido, segundo Mota Neto (2021, p. 41), uma pedagogia decolonial deve abarcar “teorias práticas de formação humana” que fortaleçam os subalternizados na/para a “luta contra a lógica opressiva da modernidade/colonialidade, tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade justa, livre e solidária”.

As pedagogias decoloniais estimulam o pensar a partir de genealogias, racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizatórios e de vida distintos. São pedagogias que incitam possibilidades de estar, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, escutar e saber de outro modo, pedagogias encaminhadas em direção a processos e projetos de caráter, horizonte e intenção decoloniais (MOITA NETO, 2021, p. 42).

O movimento de descolonização do pensamento promovido pelos NEABIs é parte importante de um projeto contra hegemônico, decolonial, que se funda na luta dos movimentos sociais que não negam o conflito e a dialética histórica, posto que são movimentos marcados por tensão, avanços e retrocessos no seu cotidiano. Todavia, é um movimento necessário e capaz de promover as transformações pelas quais os movimentos sociais e, em especial o Movimento Negro, vêm lutando há décadas.

Descolonizar o conhecimento, em larga medida, significa romper com as bases eurocêntricas presentes na educação brasileira, significa repensar o que nos ensinaram a pensar, significa uma nova concepção de mundo, mas também mudança de comportamento diante do mundo, uma nova ética e outras estéticas aliadas ao acolhimento da diversidade humana e, por isso, segundo Santana, Santana e Moreira (2013), faz-se necessário construir uma política de descolonização dos currículos como forma de valorizar e assegurar as diferenças culturais e conseqüentemente as multiplicidades identitárias .

Esse movimento nos faz perceber que descolonizar o pensamento é fortalecer

outros lugares de produção do conhecimento, acolher epistemologicamente outros saberes que se fundamentam noutros pressupostos éticos, morais, educacionais, e culturais, movimento que os NEABs, com suas especificidades, têm cultivado nessa última década.

A educação para as relações étnicas, a produção de etnicidades, a valorização de diferentes legados, especialmente de coletivos negros, indígenas que, historicamente, foram excluídos dos espaços de produção de conhecimento, têm sido centrais para a produção de outros saberes e epistemologias que tencionam a ciência eurocêntrica, esse movimento de descolonização do pensamento e enfrentamento do racismo tem sido um dos objetivos dos NEABs em todo território brasileiro (SOUZA, 2021).

Segundo Ferreira e Coelho (2019), recorrendo a autores como Fernandes (2014), Ratts (2011); Siss, Barreto e Oliveira (2013) os primeiros NEABs foram criados na década de 1980 e 1990 por militantes do Movimento Negro que passaram a integrar o quadro de docentes de Universidades de várias regiões do Brasil.

O surgimento dos NEABs ocorreu por intermédio da articulação dos ativistas do Movimento Negro e de intelectuais, em sua maioria negros e negras, os quais atuaram na defesa da criação de grupos, centro de estudos e pesquisas com vistas à ampliação do debate sobre relações raciais no país. Ou seja, a criação desses Núcleos ocorreu em um contexto histórico de reivindicações pela adoção de ações afirmativas voltadas ao combate ao racismo, preconceito, discriminação e desigualdades raciais.

No ano de 2006 vários NEABS foram criados, entre os quais, o NEAB/GERA da Universidade Federal do Pará (UFPA), do NEAB/LEAFRO da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o do LAESER da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (SISS; BARRETO 2013; SANTANA, COELHO; CARDOSO 2014; MARQUES; SILVA 2016; COELHO, SILVA; SOARES 2016, p.15). Outros foram institucionalizados em 2006, mas criados em 1998, como o caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Outros criados em 2000 e institucionalizados quatro anos mais tarde (SISS; BARRETO, 2013, p.06; GHIGGI, 2017, p.51). Em 2010 já se registrava o total de 24 NEABs, cujo maior quantitativo esteve centrado na região Sudeste com 9 núcleos e do Nordeste com 7 (ABPN, 2010, p. 9-18). Desse total, 13 núcleos foram criados após o Acordo firmado entre MEC e os NEABs, no ano de 2005 (FERREIRA; COELHO, 2019, p. 2020-2021).

No caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, intitulado ODEERE – Órgão de Educação para as Relações Étnicas, como demonstram Santana (2014) e Souza (2021), ocorreu em 2005. Vê-se, contudo, pelo levantamento que tem sido realizado por estudiosos das relações raciais no campo da educação, a exemplo de Ferreira e Coelho (2019), que os NEABIs, quase sempre, estão vinculados às Universidades ou Insitutos Federais de Educação. Pouco são os casos de NEABI construídos e vinculados à educação básica, como é o caso do NEABI de Itiruçu-BA, “objeto” de estudo desta pesquisa.

Construir pedagogias decoloniais referenciadas em uma perspectiva de educação decolonial “requer pensar e intervir na realidade a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como índios, negros, mulheres, homossexuais e outras marcadores das diferenças contrapostas às lógicas educativas hegemônicas” (OLIVEIRA, 2021, p. 30). Requer apostar na capacidade de agência desses coletivos que, historicamente, foram invisibilizados, desumanizados e colocados numa posição subalterna.

No mesmo sentido, segundo Walsh (2007), pedagogias decoloniais devem se insurgir contra todas as formas de dominação, de forma que “[...] “insurgir” representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas e culturais de pensamento” (OLIVEIRA, 2018, p. 60). Para Walsh, pedagogias decoloniais estão em processo de construção.

Nilma Lino Gomes (2017), ao recuperar as diferentes estratégias e projetos educativos construídos pelos movimentos negros no decorrer do século XX, a exemplo das ações e projetos implementados pela Imprensa Negra, Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro e Movimento Negro Unificado, defende que tais movimentos antecipam e são precursores de uma perspectiva de educação decolonial e antirracista.

A imprensa negra paulista, segundo Gomes (2017, p. 29), no primeira metade do século XX, “[...] com suas diferentes perspectivas, pode ser considerada como produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra”. A Frente Negra Brasileira, surgida em 1931, em São Paulo, “[...] promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos” (p. 30). Já o Teatro Experimental do Negro (1944-1968), fundado por Abdias do Nascimento,

comprometeu-se com a alfabetização de seus “[...] primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos” (p. 30), entre outras categorias.

Por isso, segundo Gomes (2017), os movimentos negros têm sido educadores da sociedade brasileira na medida em que estiveram empenhados na construção de uma perspectiva de educação voltada à superação das desigualdades sociais e raciais, no combate à discriminação e ao preconceito racial nas diferentes instituições que compõem a sociedade brasileira.

[...] no seu papel educativo, ele educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africana. E se é um educador, ele constrói pedagogias. E se constrói pedagogias, interfere nos processos educativos e nas políticas educacionais. Se concordamos com o fato de que o Movimento Negro participa e desenvolve processos educativos, identitários, de lutas, transgressões e conflitos, também concordaremos com a afirmação de que ele possui a capacidade de indagar e desafiar as elites do poder, o Estado e suas políticas. E, dentre essas políticas, encontram-se as educacionais (2022, p. 27).

Pedagogia decoloniais, negras, antirracistas e emancipatórias se imbricam na militância decolonial empreendida por negros e negras, seja no movimento social ou nos espaços acadêmicos, tanto da educação básica quanto da educação superior. Por isso, segundo Oliveria (2018, p. 102),

Uma perspectiva de educação decolonial requer pensar a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como índios, negros, mulheres, homossexuais e outros marcadores das diferenças contrapostas às lógicas educativas hegemônicas brancas e eurocentradas.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas têm se constituído em espaços potentes de formulação e implementação de ações, projetos e práticas pedagógicas insurgentes, decoloniais e antirracistas, tencionando e borrando as colonialidades, sobretudo a colonialidade do saber.

3.2 Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas na produção acadêmica

Nesta seção apresentamos as pesquisas, identificadas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que tinham como objeto de análise os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABIs, em um mapeamento realizado tendo como marco temporal os anos de 2011 a 2021. Para isso, utilizamos dos seguintes descritores: NEABI, identidade, decolonialidade.

Diante da busca realizada, não foi identificada nenhuma pesquisa que tinha como foco o NEABI de Itiruçu-BA, tornando evidente o ineditismo desse trabalho e sua relevância para o Território do Vale do Jiquiriçá e para a educação decolonial e antirracista que o município de Itiruçu deseja fortalecer.

Conforme Gomes (2019), intelectuais e coletivos negros, desde a década de 1990 “indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico” (GOMES, 2019, p. 224), um processo que chamamos de descolonização do conhecimento que vem sendo desenvolvido de forma sistemática pelo NEABIs, conforme os estudos que serão apresentados.

Para efetivar o levantamento, foram inseridos os descritores supracitados no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e foram encontradas vinte dissertações de mestrado.

Dessas vinte produções acadêmicas acessadas, oito delas, não possuíam divulgação autorizadas, supondo-se que a plataforma poderia ter tido alguma desatualização; ademais, uma pesquisa não tinha como foco de pesquisa os NEABIs, mesmo citando, no corpo do texto, uma referência a NEABs. Um trabalho se refere a um NEAB instituído numa escola municipal do Estado do Rio de Janeiro, mas que não atende a totalidade da rede de ensino.

Das vinte pesquisas identificadas como possível material para análise, consulta e fonte de pesquisa, dez foram descartadas por não apresentar relevância para essa pesquisa e dez se tornaram objeto de análise, por contemplar alguns elementos que poderis servir de fator comparativo, ou reforçar alguns requisitos em se tratano de trabalho docente em núcleos dessa natureza, conforme tabela seguinte:

Tabela 1 - Dissertações identificadas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Nº	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO/NÍVEL	INSTITUIÇÃO
1	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) Ayó: uma experiência em uma escola da rede municipal de educação do Rio de Janeiro	Gustavo Pinto Alves da Silva	2018 Mestrado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
2	Negros(as) e a luta por reconhecimento na Universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS	Marta Mariano Alves	2017 Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
3	Análise sobre os impactos da implementação da Lei 10.639 no município de Teófilo Otoni	Lidiane Silva Rocha Magalhães	2017 Mestrado	Universidade Federal de São Carlos
4	Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na Universidade Federal do Paraná	Gioconda Ghiggi	2017 Mestrado	Universidade Federal do Paraná
5	Políticas de ações afirmativas e educação das relações étnico-raciais no ensino superior: um estudo de caso na UFRPE	Elida Soares de Santana	2019 Mestrado	Universidade Federal Rural de Pernambuco
06	NEABs, educação das relações étnico-raciais e formação continuada de professores	Ana Emília da Silva Pereira	2019 Mestrado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
07	Educação das relações étnico-raciais: limites e possibilidades no curso de pedagogia da UFSCAR	Ivanilda Cardoso Amado	2016 Mestrado	Universidade Federal de São Carlos
08	Educação, Militância Decolonial e Antirracismo: um estudo sobre o Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE/UESB	Elizabete Gonçalves de Souza	2021 Mestrado	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
09	A formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais na modalidade a distância: a	Silvana Peixoto Vanessa	2017 Mestrado	Universidade Federal de Ouro Preto

experiência do curso
UNIAFRO/UFOP

10	Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: análise sobre o facebook como uma fonte de informação étnico-racial	Andréia Souza da Silva	Andréia Souza da Silva	Universidade Federal de Santa Catarina
----	--	------------------------	------------------------	--

A pesquisa “*Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) Ayó: Uma Experiência em uma escola da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro*” realizada por Silva (2018), analisou a trajetória histórica, política e pedagógica como marca importante na criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) dentro de uma escola na etapa do Ensino Fundamental. Metodologicamente, o autor utilizou a história oral coletando as narrativas dos sujeitos com memórias diretamente envolvidos com o NEAB. Estes sujeitos atuam em diferentes funções, papéis, como alunos, professores e direção, pensando como uma educação antirracista pode está explicitada de forma eficiente nas ações pedagógicas e como a formação de professores contribui para as demandas dessa educação.

O NEAB criado na Escola Municipal Clementino Fraga, no Rio de Janeiro, é lócus da pesquisa. Esse trabalho buscou refletir o impacto das ações desse núcleo no cotidiano dos alunos, professores, equipe diretiva e comunidade do entorno. Visou também a formação antirracista dos envolvidos que certamente pode reverberar. Os resultados da pesquisa indicam que o NEAB tem atuado na educação para as relações étnico-raciais, de forma incisiva e ininterrupta, buscando alcançar a formação de alunos, professores e funcionários e direção, na elaboração de propostas de intervenção, pensando na socialização no ambiente escolar e em toda a comunidade não apenas do entorno. A pesquisa sinaliza que os órgãos públicos e privados que tratam da promoção de igualdade racial, efetivando políticas públicas, tem se associado às ações do NEAB. Entretanto, aponta também os desafios e lacunas na formação de professores da educação básica, para abordagem das diretrizes que atendam as relações étnicas para que o impacto sofrido diretamente por alunos negros, no que diz respeito a preconceito, racismo, exclusão, sejam temas que conste no currículo escolar como meta de reflexão e um trabalho pedagógico para superar o racismo estrutural que impacta no nível de desempenho desses alunos.

A pesquisa de Alves (2017) "*Negros(as) e a luta por reconhecimento na Universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS*", é um estudo de caso, onde os dados coletados vieram de diferentes fontes de informação, tais como documentos oficiais, que dão sustentação à existência do núcleo, documentos produzidos pelo núcleo na universidade ou referentes a sua atuação como no caso dos projetos e entrevistas realizadas com membros fundadores do NEAB.

A investigação descreve a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e teve como objetivo realizar uma análise do NEAB/UFRGS, considerando-o a partir das suas atribuições previstas na legislação educacional e também como instância político-institucional de luta por reconhecimento e promoção da igualdade racial para o povo negro brasileiro.

Na análise dos dados são destacadas três categorias: "luta por reconhecimento", "lócus de luta por reconhecimento" e "racismo institucional". A primeira permite identificar a luta pela implementação de ações e políticas pela igualdade racial na Universidade; a segunda considera o NEAB como um local e posição de luta pelo reconhecimento do povo negro e suas demandas históricas e a terceira analisa práticas institucionais que impedem e criam lacunas para a efetivação e a promoção da igualdade racial. O estudo mostra que há avanços em relação ao debate étnico-racial e que ações de extensão universitária é um vetor importante nessa conjuntura para que novas propostas nas áreas de ensino e pesquisa possam ser pensadas e implementadas pelo NEAB.

A pesquisa destaca o empenho incisivo, o compromisso dos membros do NEAB e do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), que atuou como correlato ao NEAB, por meio de um programa de promoção da igualdade racial. A pesquisa identificou que há muitos obstáculos que se relacionam com o racismo que caracteriza a sociedade brasileira e precisam ser superados no processo de implementação das atribuições previstas na Lei Educacional brasileira que preconiza o funcionamento de um NEAB.

Magalhães (2017) realizou a pesquisa intitulada: "*Análise sobre os impactos da implementação da Lei 10.639 no município de Teófilo Otoni*", que objetivou averiguar e avaliar as contribuições do curso de formação continuada de professores do Vale do Mucuri: Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira, ofertados pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM através do NEAB no período de (2008 a 2011) no Campus Mucuri, para a implementação da Lei 10.639 no município de Teófilo Otoni.

A metodologia adotada foi a pesquisa explicativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com dados que foram coletados através da realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários para professores que participaram do curso sobre formação continuada de professores, diversidade e relações étnico-raciais. A pesquisa de campo teve como foco promover o registro sobre as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre suas experiência, vivenciada no curso de formação docente e suas contribuições para a aplicação efetiva da Lei 10.639/2003 em espaços escolares.

Magalhães (2017) afirma que a sociedade, de maneira geral, e a escola, especificamente, ainda apresentam dificuldades em implementar a referida lei no currículo e nas práticas do cotidiano escolar, o que justifica a necessidade de cursos de formação continuada, como é o caso do projeto UNIAFRO do NEAB/UFVJM, que tem sido um espaço potente voltado à formação de professores, na perspectiva da educação antirracista, reafirmando, assim, a centralidade dos NEABs.

A pesquisa “*Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros na Universidade Federal do Paraná*” foi o tema da pesquisa de Ghiggi (2017). A metodologia adotada por Ghiggi (2017) se ancorou na abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos a análise documental, revisão bibliográfica, questionários, análise das publicações do NEAB e uma quantidade de cem monografias dos cursos de especialização realizadas no núcleo. O objetivo foi analisar o papel do NEAB- UFPR (Núcleo de Estudos Afro- brasileiros da Universidade Federal do Paraná) no período de 2004 a 2015, sendo que a instituição promove atuação em quatro dimensões: Ensino, Pesquisa e Extensão; Institucional; Movimento Negro; e a dimensão formativa.

Nessa perspectiva, propõe executar diversas ações de políticas públicas dando atenção às políticas de ações afirmativas; cursos de extensão relacionados às relações étnicas e raciais, com foco na formação de professores. Os sujeitos da pesquisa foram estudantes concluintes dos cursos de especialização ofertados pelo NEAB.

Os resultados da pesquisa apontam para a contribuição que o NEAB realiza através da formação continuada, fomentando o desenvolvimento da educação para

as relações étnico-raciais e uma transformação das práticas pedagógicas dos participantes a partir dessas formações. A pesquisa constatou ainda que o NEAB cumpriu satisfatoriamente metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais (2013) e do Parecer CNE/CP nº 03/2004.

Por fim a pesquisa identifica os resquícios da colonização do pensamento no que diz respeito a resistência de professores para abertura a novas práticas pedagógicas que dêem visibilidade aos saberes e cultura negra e indígena no ambiente escolar, e de certa forma a permanência da reprodução de uma educação eurocêntrica pautado no discursoda falsa democracia racial.

A pesquisa de Santana (2019), intitulada “*Políticas de Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Superior: um estudo de caso na UFRPE*”, teve como problemática o modo “como se efetivou a implementação e o processo de institucionalização da disciplina obrigatória “Educação das relações étnico-raciais” nos currículos de licenciaturas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, campus Recife. Desse modo, objetivou-se analisar o processo de institucionalização do debate sobre a educação das relações étnico-raciais no currículo da graduação dos cursos de licenciatura da UFRPE.

A pesquisa traz como metodologia adotada o estudo de caso, com levantamento bibliográfico sobre o tema, entrevistas com professoras ministrantes da disciplina e com representantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e do Fórum das Licenciaturas. O estudo sinalizou a importância do Fórum do NEAB, interligadas à dinâmica político pedagógica da UFRPE e iniciativas como articulação da PREG, onde o NEAB funcionou como órgão fundamental para a articulação e desenvolvimento de discussões sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos espaços acadêmicos, para implantação de disciplina específica contando também com parceria dos movimentos sociais.

A pesquisa conclui que a sistematização da disciplina provocou a redefinição dos currículos dos cursos e a reflexão sobre a produção de conhecimento na universidade, impulsionando iniciativas administrativas e pedagógicas, diante de debates e elaboração de documentos que norteiam ações de gestão superior no contexto das licenciaturas. Todavia, foi identificadas dificuldades, limitações e também resistências nesse processo, pois perpassa por desafios administrativos,

pedagógicos e de implementação de ações afirmativas nas estruturas do campus.

A pesquisa “*Neabs, Educação das Relações Étnico-Raciais e Formação Continuada de Professores*”, realizada por Silva (2013), usou como metodologia a pesquisa qualitativa, onde os sujeitos foram os egressos dos cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu do curso “Diversidade Étnica e Educação Brasileira” e “Raça, Etnias e Educação no Brasil”, usando como instrumento de coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas e questionário, sendo que esses dados foram interpretados por meio da análise crítica do discurso.

O objetivo da pesquisa se encarregou de estudar as ações desenvolvidas nas universidades pelo Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (Leafro/UFRRJ) e pelo Programa de Educação sobre o Negro PENESB (Neab/UFF), ambos são integrantes do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros- CONNEABS, desenvolvidos pelo (Leafro/UFRRJ) e pelo (Penesb/UFF), com o apoio do Programa Uniafro.

A pesquisa consistiu na investigação da rotina dos egressos dos cursos supracitados visando compreender em qual medida o processo formativo impacta na redução de práticas discriminatórias e consequentemente aumento de prática pedagógica com ação afirmativa desses profissionais, para além disso, foram investigados o importante papel político que os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs), existentes nas principais universidades brasileiras, vêm desempenhado na esfera da educação superior brasileira.

O estudo constatou uma sensibilização parcial dos profissionais de educação no sentido da promoção da igualdade racial e respectiva elevação da garantia de direitos da população afro-brasileira, de orientar suas práticas tendo como referencial os conteúdos assimilados nos cursos, intrinsecamente relacionados à educação das relações étnico-raciais aos pressupostos da Lei 10639/03 e na efetividade dos cursos realizados.

Os resultados obtidos na pesquisa foram considerados satisfatórios no que diz respeito às políticas de acesso à educação para a população negra, onde o NEAB oferece cursos de extensão e especialização. Silva (2013) conclui afirmando que os relatos dos entrevistados demonstraram a efetividade dos cursos de formação continuada oferecidos pelos NEABs, despertando outros questionamentos, como por exemplo, a necessidade de oferecer qualificação para os gestores e o orientador pedagógico, pois, o desencontro entre a política de Estado e a política de governo

geram desentonação nas ações e práticas pedagógicas dos professores.

Cardoso (2016) realizou a pesquisa que traz como título: “*Educação das relações étnico-raciais: limites e possibilidades no curso de pedagogia da UFSCAR*”. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como procedimento o estudo de caso. Utilizou-se da análise documental e entrevistas, visando o estudo da política de formação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais.

O objetivo da pesquisa foi analisar alguns aspectos da política de formação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais no Curso de Pedagogia da UFSCar - São Carlos. Cardoso (2016) justifica ter escolhido a UFSCar devido ao pioneirismo em tratar de questões das relações étnico-raciais no Brasil, e da significativa trajetória do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB em processos de formação de professores para Educação das relações étnico-raciais- ERER, bem como a marcante atuação de docentes no que diz respeito à temática supracitada e por fim o reconhecimento dessa universidade no estado de São Paulo no que diz respeito às institucionalização das políticas de Ações Afirmativas de reservas de vagas para negros, indígenas, alunos das escolas públicas e vestibular específico para refugiados, se tornando referência nesse contexto.

Nos resultados consta que entrevistados citam algumas ações que marcam esse espaço de produção de conhecimento, que são desenvolvidas pelo NEAB, produção e eventos científicos que ocorrem na instituição, acervos bibliográficos, coletivos de estudantes negros. A pesquisa revela também que a instituição UFSCar, apresenta potenciais espaços formativos na perspectiva da ERER, como o NEAB; eventos científicos, disciplinas oferecidas pelo Departamento de Sociologia, Diretório Central dos Estudantes (DCE), PIBID, Coletivo Café das Pretas, embora algumas ações ocorressem desarticuladas entre departamentos e áreas do conhecimento que compõe a formação do Pedagogo.

A pesquisa apresenta ainda outro fato relevante, ou seja, o fato do NEAB não fazer parte do organograma e não possuir a dotação orçamentária da UFSCar, excluindo a participação direta nas discussões do CONSUNI- Conselho Universitário responsável por discutir e decidir o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os/as alunos/as apontam nas entrevistas a ausência de referenciais e autores sobre o debate das relações raciais.

Souza (2021) realizou a pesquisa que tem como título: *Educação, Militância*

Decolonial e Antirracismo: um estudo sobre o Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE/UESB. A autora optou por uma abordagem de natureza qualitativa, utilizando como caminhos metodológicos observação, entrevista semiestruturada e diário de campo e a técnica de análise do conteúdo que categorizou os dados. A pesquisa teve como foco central compreender como o ODEERE tem se constituído em um espaço de decolonização do conhecimento e de que forma tem elaborado uma Pedagogia Decolonial/Antirracista.

Os sujeitos da pesquisa foram sete dos estudantes dos cursos de extensão ofertados pelo Órgão, e mais três pessoas que correspondem aos fundadores do ODEERE: a professora PhD Marise de Santana e Professor Dr. Marcos Lopes de Souza, e o coordenador do Projeto Erê, Manoel Jhames.

A partir da investigação vale salientar que os achados relatados por Souza (2021) destaca o ODEERE como espaço potente de formação de professores da educação básica e ensino superior de toda a região do entorno da Universidade e para além dela, na perspectiva da educação para as relações étnicas e antirracistas. A pesquisa aponta também que a partir da existência do ODEERE, a UESB promove produção de conhecimentos e pedagogias decoloniais e antirracistas que atuam através dos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão para a superação e combate ao racismo, sexismo, misoginia, homofobia, lgbtfobia, transfobia.

Revela que há um fortalecimento dos diversos legados afro-brasileiros e indígenas principalmente nos movimentos coletivos, de elementos simbólicos que contribuem para a descolonização do conhecimento acadêmico e principalmente aponta o ODEERE como um Núcleo de Estudos afro-brasileiros e indígena, na centralidade para valorização de epistemologias decoloniais e antirracistas, dando espaço a outras vozes historicamente excluídas.

A pesquisa intitulada *“A formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais na modalidade a distância: a experiência do curso UNIAFRO/UFOP”*, realizada por Peixoto (2017), utilizou como procedimentos metodológicos a análise documental sobre o Curso Uniafro, ofertado pelo NEABI da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP e a aplicação de questionário por meio de correio eletrônico. A pesquisa traz destaque para atuação e preocupação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena da UFOP na formação continuada de professores, na atuação para educação das relações étnico-raciais, visando o favorecimento do ensino das culturas afro-brasileira e africana, atuando nos âmbitos

do ensino, da pesquisa e da extensão.

O objetivo da pesquisa se pautou em identificar e analisar as possibilidades e limites da Educação a distância - EAD na formação continuada, fazendo um recorte para focar no curso de especialização da Uniafro/NEABI/UFOP: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola.

Os resultados revelaram que os alunos possuíam maturidade e domínio das tecnologias da informação e comunicação - TICs necessários para o estudo das relações étnico-raciais à distância, além de possuir conhecimento sobre a temática, sob o ponto de vista dos mesmos. Foram identificados os limites da EAD para a formação continuada dos alunos, como as dificuldades de organização para o estudo, de comunicação e interação por meio do AVA - plataforma Moodle, bem como nos processos e etapas para elaboração do TCC.

A pesquisa aponta como aspectos positivos também a possibilidade de conciliar estudo e trabalho, a flexibilidade de local e horários, oportunidade de acessar e de conhecer novos materiais e práticas educativas aliadas às TICs. O Curso Uniafro, além de ter contribuído para pensar a reorganização de práticas educacionais e concepções de novas formas de aprendizagens, contribuiu na formação continuada sobre a temática das relações étnico-raciais nos espaços educativos e no cumprimento das leis 10.639/2003 e 11/645/2008 por meio do Programa Uniafro/NEABI/UFOP, que propôs a oferta de curso dessa natureza, na modalidade à distância, cumprindo seu papel socioeducacional para educação antirracista.

Silva (2018) realiza uma pesquisa intitulada: *Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: Análise sobre o Facebook como uma fonte de informação étnico-racial*. A pesquisadora, em sua abordagem metodológica, pauta-se no trabalho de Silva e Corrêa (2017) que categoriza e discute as postagens presentes no Facebook e de certa forma no mundo cibernético. O objetivo da pesquisa foi investigar como os NEABs catarinenses ALTERITAS, NEAB-FURB, NEAB-UDESC, NEABI-UFFS, NEAB-UNIVILLE, NUVIC, NEABUNESC, NEAB-UNIPLAC, NEABI-IFSC GASPAR e NEAB Estácio de Sá utilizam o Facebook como ferramenta de comunicação e disseminação de conhecimentos.

A pesquisa investigou e analisou um volume de 426 publicações, publicadas pelos seis núcleos no Facebook, no período de janeiro a dezembro de 2017. A pesquisa conclui que de fato a plataforma Facebook foi a mais acessada pelos

usuários para interlocução e construção de atividades de disseminação de conteúdos decoloniais de ensino, pesquisa e extensão dos órgãos supracitados e que estes se utilizam de critérios próprios para a (re)produção desses conhecimentos e disponibilização na plataforma.

Compreende-se os NEABIs como espaços onde se efetuam os processo de construção de outras epistemologias, reconhecimento e valorização da cultura, da história e saberes dos povos negros e indígenas, o que pode significar um rompimento com o cânone científico eurocêntrico e colonial; ficou evidente, a partir desse levantamento, que a educação é um lugar de possibilidade de rompimento com a “colonialidade do saber, do poder e do ser” (MALDONADO-TORRES, 2019), do racismo epistêmico e, nesse sentido, a construção de Pedagogias decoloniais implica em “um ato político intercultural, antirracista, antissexista, antihomofóbico e contra todas as formas de exploração e opressão constituídas pela Modernidade/Colonialidade (OLIVEIRA, 2021, p. 32).

Das pesquisas identificadas e analisadas, podemos apontar alguns aspectos em comum: quase que em sua totalidade, os NEAB/NEABIs são órgãos ligados à universidades estaduais e federais, havendo, portanto, uma escassez de pesquisas sobre NEABIs construídos no contexto da educação básica. As pesquisas reiteram a centralidade dos NEABIs como espaços voltados à formação continuada de professores e às temáticas do campo das relações étnico-raciais, potencializando uma educação antirracista; os estudos indicam que os NEABIs enfrentam conflitos e estão em território de tensões dentro e fora dos espaços socioeducacionais, tais como a própria universidade.

4. O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DE ITIRUÇUBA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

É no contexto de enfrentamento das desigualdades raciais em nosso país, fruto, entre outros fatores, do racismo, do preconceito e da discriminação racial que os movimentos sociais negros enxergam e elegem a educação como um dos meios para o combate e superação dessas desigualdades (GOMES, 2017; SILVA, 2004, 2007, 2011). Por isso, segundo Gomes (2017), o Movimento Negro Unificado, em especial, tem se constituído um ator político importante no enfrentamento do racismo, na formulação de políticas públicas voltadas às populações negras e, com isso, torna-se educador da sociedade brasileira.

O Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra, entendidos como integrantes do pensamento e das práticas decoloniais latino-americanas, explicitam nas suas análises e reflexões a crítica aos padrões coloniais de poder, de raça, de trabalho e de conhecimento. Além disso, indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico (GOMES, 2019, p. 224).

Com isso, queremos reafirmar, como propõe Gomes (2019, p. 227), que é “nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade”, de forma que as epistemologias negras e suas pedagogias, ao mesmo tempo em que interrogam a teoria educacional de tradição eurocêntrica, produzem o enfrentamento das colonialidades do poder, do saber e do ser e perspectivam outros modos de conhecer, assentados em outras tradições de conhecimento e, portanto, em outros valores civilizatórios.

Ou seja, desde uma perspectiva negra, “a discussão sobre uma pedagogia decolonial e uma descolonização dos currículos já vinha sendo adotada na postura política e epistemológica do Movimento Negro e de vários pesquisadores negros no Brasil” (GOMES, 2019, p. 241) tendo como culminância, no contexto das políticas educacionais, em nível nacional, a promulgação da Lei 10.639/03 que, como já referido, tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, seja ela pública ou privada.

É nesse contexto de enfrentamento da segregação racial que a Lei 10.639/03 é criada e, um ano depois sua criação, são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que apresentam como possibilidade para a

construção de uma educação antirracista a criação de Núcleos de Estudos Afro-brasileiro (NEAB) e, posteriormente, com a promulgação da Lei 11654/08, a constituição de Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena (NEABI).

Nos processos de acolhimento e de reconhecimento das epistemologias negras e indígenas e de suas identidades étnico-culturais, espaços como os NEABs podem e têm contribuído para repensar os contextos educacionais em suas diferentes dimensões: curricular, formativa, de atendimento, avaliação, material didático, arquitetura e, principalmente, interrogar quais os saberes e conhecimentos são evidenciados para a promoção de uma educação e pedagogia decolonial e antirracista, que tenham “como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livre, amorosa, justa e solidária” (MOTA NETO; STRECK, 2019, p. 208).

4.1 Sobre a história e a constituição do NEABI de Itiruçu-BA

A cidade de Itiruçu recebeu imigrantes italianos e muito do imaginário de sua população constituiu-se a partir da presença desses imigrantes, de forma que “a cultura italiana”, ao tornar-se referência, passa a expressar ideias e sentidos de eficiência, desenvolvimento e civilização. O ideal eurocêntrico, nesse sentido, corroborou para o apagamento de outras etnias que habitavam a região, de modo que as populações negras e indígenas são colocadas no lugar do esquecimento.

Então, pensar e instituir um espaço como o NEABI, em um município com pouco mais de 12 mil habitantes, que em sua maioria se enxergam como brancos e cujo imaginário se constituiu a partir da branquitude, foi um ato audacioso e que tem possibilitado “um giro decolonial [...] por meio do qual o condenado [no sentido fanoniano] emerge como um agente de mudança social” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 49), de forma a perturbar e desestabilizar a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Em 2014, ano em que o NEABI é instituído, lecionava em duas unidades escolares no município, situadas em espaços periféricos da cidade, em uma turma de 4º ano, no matutino, e à noite nas séries finais do Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo público era predominante negro e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Confesso que fiquei curiosa por entender quais ações/projetos eram desenvolvidas do Núcleo e muito feliz por compreender a necessidade de um espaço como esse para a garantia de direitos

educativos e sociais, no tocante às questões étnico-raciais e indígenas, até então consideradas pouco relevantes.

Para nos situar melhor sobre o contexto de surgimento da proposta de implantação do NEABI de Itiruçu, a professora Chica Chavier, efetiva do quadro de professores da rede municipal de ensino, e que esteve diretamente envolvida na discussão para a criação do referido Núcleo, à época na função de Secretária de Educação, deu-nos o seguinte relato:

[...] Como ocorreu esse processo? Vou organizar aqui em minha mente todos os fatos e se existem registros? O registro de implantação no, no [...], diário, o decreto né, o decreto de [...], de implantação do NEABI, e como ocorreu o processo? A Secretaria acolheu, não foi ação da Secretaria, a Secretaria acolheu e foi indicação da “professora Z²⁶” na época, que trouxe pra gente como indicação por conta de outros estudos dela, e aí ela trouxe para gente, apresentou o projeto e a Secretaria acolhe. (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

É importante frisar que a construção do NEABI não partiu da iniciativa do poder público e de seu compromisso diante da necessidade e obrigatoriedade em desenvolver ações afirmativas para as demandas apresentadas para o tema das eleições étnico-raciais, conforme proposto pela Lei 10.639/2003 e pelo Programa de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009). A ideia surgiu a partir de uma professora que compusera a equipe de governo, entretanto, é interessante destacar que as lideranças políticas constituídas na época e que estavam à frente da gestão municipal, acolheram a ideia e tiveram a iniciativa, a partir dessa mobilização, de oficializar a sua criação. A partir desse momento, o Núcleo passa a existir como um órgão público municipal, oferecendo as condições, ainda que mínimas, como livros e um corpo docente composto por duas professoras e uma coordenadora, todas do quadro efetivo da rede de ensino público municipal.

Se procurar documentos, está a minha assinatura, né? Por ser secretária na época. E, assim, como secretária na época, eu poderia dizer também que não queria. Assim, não seria louvado, nem lógico, nem normal, chegar e dizer não, isso não é interessante, não seria interessante. Mas poderia, né? E dizer não, e engavetar e nem mostrar ao executivo, nem nada. Então, tá bom, vou guardar, ou então fazer de conta que eu estava me interessando e não me interessar, ou então dizer logo: Não! Não quero! Não me interessa

²⁶ A denominação *professora Z* é no sentido de preservar seu anonimato, por questão ética. Trata-se da mesma professora que, como já referido, mesmo após nos conceder a entrevista, não permitiu a sua utilização nesta pesquisa.

para essa implantação agora, e poderia fazer isso. Quando a gente fez, foi justamente pensando nessa questão, dessa valorização de nós negros. E, assim, não somente essa questão folclórica que se trabalha durante uma vida inteira em relação a nós, mas desse pertencimento, de conhecimento. Eu me lembro que a gente teve uma dificuldade, acho que ainda se tem uma dificuldade com grupos aqui do município que não se identificam como negros, mas não se identificam não por conta de que não querem se identificar, é pela falta de conhecimento. Porque quando se apresenta alguma coisa e fala assim ah, mas meus antepassados não foram escravos, mas não é, ou escravizados. Mas não. É é porque não quer ter, é pela vergonha de ter, que parece que é vergonhoso ainda. Então eu acredito que hoje, isso, hoje o que eu falo é a partir do momento que foi implantado, que com todas as dificuldades que outros enfrentaram, que tu enfrenta também, mas como um aluno chega em casa e fala sobre essa questão, que acende a memória dos pais, e fala assim, não, ter sido escravizado, ter alguém escravizado na minha história não é vergonhoso, eu acho que já traz uma ideia para a gente, que a gente vai ver lá no futuro, né? Mas eu acho que o ato de ter implantado, que não foi mérito meu, óbvio, mas também poderia ser um desmérito se existisse a palavra em português, eu acho que não existe, mas eu poderia não ter me importado na época e falado não, guardado. Então quando se implanta, eu acho que já é um início de dizer não, é necessário que faça isso de verdade, porque é a nossa história, é o nosso povo, somos nós, sou eu, eu sou negra.. (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

Através da narrativa da professora Chica Xavier, é possível perceber a relação com a sua identidade negra e a visão acerca da necessidade de implantação de um espaço para as discussões das relações étnico-raciais, recuperação e preservação das memórias, história e saberes do povo negro e indígena no contexto brasileiro, sobretudo do povo de Itiruçu, quando ela cita a negação de muitos pretos e pretas em se reconhecerem como tal, bem como na colocação sobre as formas folclorizadas que trazem nossas histórias ancestrais. Ela acrescenta:

Eu ouvia falar e lia um pouco a respeito nos institutos federais, né? Geralmente os NEABs, o NEABI, já ouviu a pronúncia NEABI, institutos federais. Em universidades, não no contexto do município. Eu não tinha pensado nessa possibilidade na época. Então assim, a professora que traz, o prefeito da época possivelmente não diria um não, mas também acolhe, vai lá e assina, faz o decreto, se compromete com algumas ações, então assim, porque quando fala legado parece que é uma coisa minha, mas não é. É isso, assim, foi interessante para o município, eu acredito que sim, tem sua história, tem seu marco inicial. Hoje vocês [...], porque um dia houve a lei. Se não tivesse tido a lei, poderia ter sido implantado outro governo [...] agora, ou um dia que eu saía, alguém queria ter assinado, mas foi na época que eu estava. Então, se foi, foi. Então assim, hoje se faz porque um dia foi implantada uma lei [...] (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

Muitas das ações voltadas à construção de uma educação antirracista, em muitos municípios do país, como já demonstrou Gomes (2013), têm sido construídas por professores e professoras que estão empenhados na discussão antirracista, quase sempre considerados “professores(as) militantes”.

Se esses professores(as) têm produzido enfrentamentos em relação à estrutura racista que organiza a instituição escolar, o que de fato é muito importante, por outro lado, a não responsabilização e envolvimento dos demais agentes da educação (a exemplo de secretários de educação, conselheiros municipais, entre outros), na formulação de políticas e projetos de educação antirracistas, coloca limites para a construção de uma educação para as relações étnico-raciais.

Os NEABI são espaços atravessados por tensões e negociações e muitas delas são reveladoras das “estratégias” que o racismo constrói para se manter operante, de modo que pensar e construir uma educação antirracista e decolonial é estar em campo de batalha com a política eurocentrada que determinou um modelo colonizador de educação.

Figura 8 - Postagem no Facebook de atividades do NEABI em 2015



Fonte: Reprodução Facebook Wilson Novaes

A imagem retirada de uma página de facebook ilustra a realização de atividade pontual desenvolvida pelo NEABI em uma Unidade Escolar, bem como a participação na Semana da Pertença Afro-Brasileira da UESB em 2015, onde foram mobilizados alguns discentes e docentes para a efetivação das propostas antirracistas e de valorização dos saberes africanos e afro-brasileiros através da contribuição de personalidades da cidade, que disponibilizam seus legados para o acesso do

conhecimento e manutenção das memórias. Essas ações são base para a construção de uma reflexão sobre a obrigatoriedade de uma educação antirracista no sistema municipal de educação, com o objetivo de diminuir as lacunas e preconceitos acerca da temática das relações étnico-raciais.

Pronto, o que é que a gente fazia? Nós fazíamos reuniões e de repente a gente tinha um movimento que a gente fazia exposições, fizemos muitas exposições, ali na Casa da Cultura, onde ali eles iam ver com fotos, com boné, com banner, com bonecas pretas, com coisas assim de origem africana. E aí a gente trazia ele, desfile também, tivemos desfiles dos jovens, e a gente também desfilava junto, aniversário da estudidade já fez esse desfile, levamos esse pessoal para Jequié, e lá no ODEERE também, teve desfile também desse jovem, e foi coisas assim, e a gente fez. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

Na narrativa da professora Marise de Santana, sobre a constituição das primeiras atividades desenvolvidas, são enumeradas algumas ações, como exposições, desfiles. Isso nos faz pensar como o município precisa se responsabilizar, fiscalizar e ter pessoas preparadas frente as pastas públicas, para que estas preservem as memórias e acervos que são também de domínio público, que pertencem ao povo, onde a história e memória não sejam destruídas, apagadas. Saliento com veemência essa prerrogativa do poder público, pois ao assumir a coordenação do Núcleo, não encontrei nenhum registro documental, ofícios, projetos, fotos, livros ou quaisquer materiais que pudessem me direcionar para a continuidade das ações públicas do NEABI, tornando ainda mais difícil a retomada das atividades, haja vista que está à frente de um Núcleo dessa magnitude não foi e não é uma posição de conforto para ninguém, pois a luta é incessante.

Pensando em ações efetivas realizadas pelo NEABI, perguntou-se à professora Chica Xavier como acontecia o envolvimento dos(das) professores(as) e estudantes nas ações no referido Núcleo, e obtivemos a seguinte resposta:

Já foi, já se tentou implantar em sala de aula, né? Falando sobre como se fosse uma eletiva, que é o nome usado hoje, né? Nas disciplinas outras. Antes a gente utilizava como a cidadania, essas questões. Então a gente tentou se trabalhar. Aí depois não conseguiu, de fato, trabalhar. Porque para a implantação precisaria de outras coisas, de elementos, de outras atitudes. Que não foram feitas na época, exatamente. Então acabou não conseguindo. E também acho que foi uma questão que dificultou com essa questão do não conhecimento por parte de todos nós envolvidos, dos professores. Porque assim, é mais fácil a gente trabalhar com aquilo que a gente já conhece, né? E apesar de nós, a maioria sermos negros, parece que a gente ainda não conhece muita coisa, né?

Sobre essa questão de como trabalhar, de fato, na sala de aula era algo novo. A gente está fazendo essa questão agora, de novo, com a questão do... E vai implantar de novo. A gente ia implantar na aula de arte. Aí de repente, não, peraí, não tem ementa, não tem não sei o que, vamos parar um pouquinho. Então... É que a gente... Isso porque agora, no ano passado... A gente dizia uma aula de artes e colocar uma aula de ser no componente de história. Aí depois me informaram que não pode cair naquela ideia do que a gente já trabalha. E como também é implantação, é mais complicado mesmo. Porque tem que ser pensado direitinho. Porque não pode ser conteúdos aleatórios. Porque, vamos imaginar, eu trabalho no sexto ano. O primeiro ano é tudo bonito, né? Porque eu vou trabalhar o conteúdo no sexto ano. Mas no próximo ano, eu tenho que ter a ementa certa. Porque eu não posso repetir o conteúdo que eles já viram, né? [...] Porque a gente não tem quantidade de alunos suficientes para fechar a minha carga horária. Aí fechou também com arte. E aí foi informado desse novo componente. (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

A professora Chica Xavier expressa sua atuação para viabilizar o funcionamento do novo órgão público e demonstra sua preocupação para que as ações pudessem acontecer de uma forma mais efetiva nas unidades escolares através de um componente curricular e um mecanismo para que pudesse ocorrer seria dispor os conteúdos na disciplina de Cidadania, além de apresentar informações sobre um novo componente que foi discutido esse ano, no colégio onde leciona.

Na verdade esse novo componente foi uma conquista atual, furto de um trabalho consistente como representação do segmento NEABI, diante de uma participação efetiva e incisiva no Conselho Municipal de Educação que, diante de vários debates, e principalmente de apresentação para os demais conselheiros, das necessidades e emergências em garantir uma educação antirracista, mobilizamos o coletivo que apoiaram e se dedicam a produzirem a regulamentação da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e indígena como componente curricular obrigatório, através da resolução cme n.º 06/2022, que fixou as diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana, Quilombola e Indígena no Sistema Municipal de Ensino de Itiruçu (SMEI) que deve ser aplicada a todas as etapas, níveis e modalidades da Educação Básica; a todos os componentes curriculares e áreas do conhecimento integrantes dos currículos nas escolas e instituições de ensino; a todos e todas profissionais da educação básica; em todos os tempos e espaços escolares, inclusive os virtuais. Podemos notar que os processos vão acontecendo e que vamos consolidando esse

espaço de ensino e aprendizagens para Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) contribuindo para a eliminação dos casos de racismo e para a educação emancipatória dos grupos discriminados, ao atentar para a diversidade da composição étnico-racial da sociedade brasileira.

A Professora Marise de Santana traz outros elementos importantes para pensarmos os movimentos de conexão e a construção de aliança para a implantação do núcleo, a exemplo do apoio obtido por parte do Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Formação, sim, eu não lembro o nome, mas em Jequié, eu só lembro mesmo de uma professora, Marise de Santana, ela fez muita parte, ela abraçou a causa com a gente. E teve mais duas, teve uma dançarina, eu não lembro bem o nome dela, ela chegou a vir até a gente e fez esses encontros, com a gente, apoiou demais. Algumas pessoas lá do ODEERE, chegou uns três, eu creio que foi mais ou menos isso. Para fazer essa formação com o grupo que estava na frente do NEABI. Com o grupo do NEABI, sim. Com o grupo, sim. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

Para entender como o poder público estava mobilizado e como os(as) professores(as) foram incluídos no sentido de colaborarem na história de constituição do NEABI em Itiruçu, perguntei as duas professoras se foram organizados grupos de estudos com professores da rede municipal para dialogar sobre a implantação do núcleo em Itiruçu e a resposta foi que não houve uma mobilização para estudo, conscientização e formação que antecederesse o ato de criação. O fato de que os professores não participaram previamente do debate acerca da criação do Núcleo pode ter contribuído para a sua rejeição:

Bom, quando me convidou, a diretora do núcleo já tinha esse desejo, então eu já tinha, já [...] Eu não entrei logo assim para fazer parte desse estudo. Depois que eu estava lá, é que a gente fazia algumas reuniões, porque eu pedia reuniões para me entender, para não ir assim de qualquer jeito e falar do núcleo. Já tinha estabelecido o núcleo. Bom, a implantação do núcleo, não. Não teve esse diálogo, não. Depois do núcleo implantado, é aí que a gente teve essas reuniões. Com professores, alguns professores. Não era com toda a rede, com alguns professores. Não, com alguns professores. Muitas das vezes, reunia com coordenadores, porque desses coordenadores a gente fazia reuniões com eles para dar eles, levar para dentro da escola e falar sobre o assunto. Era muita rejeição. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

Entendemos que a introdução de novos temas curriculares como a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas práticas de ensino, de todos os componentes, etapas e modalidades, não é nada fácil, sobretudo quando temos um

currículo sequencial e linear, de matriz predominantemente europeia. Muitas professoras(es), sem formação inicial e continuada acerca da temática das relações étnico-raciais, preferem utilizar-se do argumento de que “determinadas pautas não fizeram parte de sua formação acadêmica ou não condizem com suas crenças pessoais” e, nesse sentido, limitam a cultura afro-brasileira e indígena a aspectos das religiões de matrizes africanas que são, com muita frequência, demonizadas nos espaços escolares.

Vale acrescentar que durante todo processo de implantação e desenvolvimento das atividades do núcleo, atuava na Rede de Educação Pública na condição de professora dos anos iniciais e da EJA do Ensino Fundamental e apesar de não ter sido ofertada a formação continuada, o meu contato com o NEABI se limitou a algumas visitas em momentos de planejamento coletivo na escola de anos iniciais, onde as responsáveis, à época, sugeriam material e ficava a cargo da coordenação da escola desenvolver ou não outras ações. Não necessariamente eu dependia da autorização da coordenação que não me impediu de fazer o trabalho antirracista que já desenvolvia.

Entretanto, é imprescindível pontuar que as ações iniciadas no passado vão deixando resultados e estes continuam aparecendo, paulatinamente, com a continuidade do debate, posto que as nossas escolas já se preocupam em fazer uma roda de conversa (Conversa Negra) para escuta dos alunos e assim estabelecer ações que não se limitam apenas ao dia 20 de novembro (o novembro negro), onde nossas histórias são contadas a partir da perspectiva das contribuições, dos saberes que estão bem representados no domínio das ciências, da organização e estratégias de agrupamentos e lideranças para manutenção da ancestralidade.

A partir de ano de 2017, quando assumo a coordenação do NEABI, é preciso assumir outras estratégias para reafirmar a credibilidade do Núcleo. Para pensar em estratégias eficazes e significativas para os estudantes e promover a reflexão acerca das questões raciais, foi necessário voltar o olhar para as pedagogias decoloniais, uma vez que estas surgem diante da necessidade de superação dos racismos e outras formas de opressão. Mota Neto e Streck (2019, p. 220), ressaltam que “não há uma única pedagogia decolonial em nosso continente”, mas pedagogias decoloniais. Assim o NEABI, nesse novo contexto, tenta colocar em prática projetos antirracistas, de forma a reafirmar as culturas e a identidade dos sujeitos envolvidos e as particularidades local e territorial.

Nas próximas seções são apresentadas algumas das ações que têm sido desenvolvidas pelo NEABI de Itiruçu-BA, a partir da minha coordenação.

4.2 O Movimento Fio a Fio e Nobre Afro: tecendo caminhos para a construção de uma educação antirracista e decolonial

Como já referido, mobiliza-se, nesta pesquisa, o conceito de Pedagogia Decolonial, como forma de elaborar uma crítica à tradição eurocêntrica de conhecimento e ao mesmo tempo apresentar, em diálogo com o campo da educação para as relações étnico-raciais, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, a partir do NEABI de Itiruçu-BA, têm formulado experiências pedagógicas antirracistas e decoloniais.

Como afirma Oliveira (2021, p. 30), “uma perspectiva de educação decolonial [e antirracista] requer pensar e intervir na realidade a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade”, de forma que uma Pedagogia Decolonial precisa se assentar nas seguintes características, entre outras:

A opção decolonial se constrói em diálogo com as diversas realidades educacionais e de movimentos sociais e políticos, que se constituem como um pensar/ser/fazer/sentir de forma distinta à prática e a retórica da modernidade. [...] Assim, faz-se necessário um diálogo e interseção com os movimentos sociais e suas formulações e teorizações pedagógicas visando à transformação da condição colonial opressora. [...] A partir dessa perspectiva, há que se ter uma postura militante, no sentido de projetar uma intervenção permanente sobre a realidade a ser transformada sempre em diálogo e troca intercultural com os sujeitos subalternizados pela modernidade-colonialidade (OLIVEIRA, 2021, p. 30).

Essa postura militante, conforme ressalta Oliveira (2021, p. 31), constitui-se “como um dos grandes desafios teóricos e pedagógicos, pois além de se constituir como uma polêmica na comunidade acadêmica, ela é questionada do ponto de vista epistêmico”. Marise de Santana (2014, 2017, 2019), a partir de seu compromisso político, pedagógico, epistêmico e antirracista, tendo como referência a sua trajetória acadêmica e as ações desenvolvidas pelo Órgão de Educação para as Relações Étnicas – ODEERE, problematiza essa questão demonstrando como as colonialidades se repropõem na estrutura da universidade, e fora dela, sobretudo quando formula e reproduz o discurso de que o conhecimento produzido no contexto da militância se constitui em “conhecimento menor”, pouco ou nada científico. Esse

discurso, portanto, teima em colocar os(as) intelectuais negros(as) e militantes em uma posição subalterna, ao mesmo tempo em que não reconhece as epistemologias negras e modos “outros” de produção de conhecimento que não somente assentados na matriz de conhecimento ocidental.

O ativismo [militância], segundo Maldonado-Torres (2019), não existe fora do pensamento ou da criação. Conforme o autor, “o ativismo ocorre através deles, assim como na discussão de estratégias para mudar instituições específicas da sociedade”, dentre elas a escola, a universidade.

Nesse sentido, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas se insurgem contra as colonialidades, o racismo epistêmico, a tradição eurocêntrica de conhecimento e fazem emergir, segundo Gomes (2017, p. 61), pedagogias das ausências e emergências, entendidas como aquelas pedagogias, formuladas pelos movimentos negros, [e também indígenas] que possibilitam “abrir espaços para novas relacionalidades, reflexões e inquietações educacionais, sobretudo na escola”.

O NEABI de Itituba-BA desenvolve, desde o ano de 2017, os projetos “*Movimento Fio a Fio*” e “*Nobre Afro*”, que se desdobram em várias ações, impulsionados pela urgência de efetivar uma “pedagogia decolonial” e antirracista (WALSH, 2009; OLIVEIRA; CANDAU, 2010) em diálogo com a perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais, entendida como um projeto em construção, capaz de produzir “aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, [...] para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 14).

O NEABI controla sua justificativa para a existência e execução dos projetos pautada na emergência em coalizar ações, estratégias e possibilidades que ajudem superar a herança deixada pela colonização para a sociedade brasileira, ou seja, o racismo, que se atualiza nas “dimensões das colonialidades”, a saber, “a colonialidade do poder, do saber e do ser” (MALDONADO-TORRES, 2019), que incide, de maneira perversa, sobre a população negra e os povos originários, contribuindo para o desenvolvimento de um sentimento de inferioridade por parte da suas histórias, memórias, culturas, saberes, conhecimentos e identidades.

Tendo em vista a forma como foi construída a identidade do negro no Brasil e de como o racismo afeta esse sujeito logo na primeira infância, o Núcleo propõe algumas provocações e reflexões a partir de estudos cotidianos com questões que

emergem quando se pensa no papel das práticas escolares no processo de formação da identidade do/a aluno/a negra e todas as implicações em torno de sua ancestralidade.

Os projetos desenvolvidos pelo NEABI, ao longo do ano, priorizam em seu planejamento a formação continuada de professores da rede municipal de ensino, de forma que suas ações já estão previstas no Programa Municipal de formação continuada para professores. Essas formações podem ocorrer em formato de fóruns, seminários, palestras, rodas de conversas, conferências, de modo presencial ou remotamente, para docentes, incluindo também os alunos que participam diretamente do Núcleo, proporcionando as trocas de saberes e descobertas, além de estreitar a relação docente/discente/comunidade.

Figura 9 - Seminário com alunos/Movimento Fio a Fio



Fonte: Arcevo pessoal (2018)

As figuras 09 e 10 retratam o segundo ano do Movimento Fio a Fio, trazendo como tema os movimentos negros que ocorreram antes da abolição de 13 de maio de 1888, com a finalidade de evidenciar a organização do povo preto e as estratégias de lutas construídas em busca da liberdade.

A atividade foi desenvolvida em dois blocos: o primeiro, pela manhã, foi um seminário com tema previamente disponibilizado para cada unidade escolar refletir no âmbito das aulas e posteriormente apresentados por alunos do 6º ao 9º ano, representando a sua unidade escolar; no segundo momento, a professora PhD

Marise de Santana conduziu uma formação continuada, para os professores da rede municipal de ensino de Itiruçu, a partir das abordagens feitas pela manhã, trazendo uma reflexão de como cada unidade escolar produziu seu material e como essas produções poderiam atravessar o currículo antirracista e fazer sentido para os alunos.

Figura 10 - Seminário com professores/Movimento Fio a Fio



Fonte: Arcevo pessoal (2018)

Tendo em vista que a Secretaria de Educação havia organizado e remanejado as aulas do turno vespertino para oferecer a formação para os (as) docentes, a participação dos alunos foi mais efetiva do que dos professores, no que diz respeito a presença na atividade, bem como no uso de espaço de fala para colaborar com experiências de vida e sanar dúvidas.

Os alunos se destacaram também em relação a efetivação de inferências que retratavam suas realidades cotidianas concernente as estruturas racistas que são naturalizadas, bem como nas contribuições ao relatar as dúvidas e reflexões sobre os conteúdos presentes nos livros didáticos, mitos e incoerentes histórias colonizadoras que se propagam também através da oralidade, que se acabam por se consolidarem como verdades e únicas. Assim, fomos estabelecendo aos poucos, um

espaço de formação e debate tanto para os estudantes tão quanto para a rede docente.

Figura 11- Formação Continuada de Professores/Movimento Fio a Fio



Fonte: Arcevo pessoal (2022)

Figura 12 - Formação Continuada de Professores/Movimento Fio a Fio



Fonte: Arcevo pessoal (2022)

A figura 11 e 12 apresentam um marco no processo de formação de professores em Itiruçu-BA, através dos projetos desenvolvidos pelo NEABI, onde tivemos a presença do professor David Kaique, indígena Pataxó, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, que apresentou reflexões acerca das ancestralidades indígenas e de sua presença na Bahia, suas lutas e demandas, contribuindo, portanto, na discussão de temáticas

propostas pela lei 11.645/2008.

Considerando as dificuldades e os desafios presentes nos processos de ensino-aprendizagem, o NEABI é um locus para a efetivação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Como demonstra a figura 13, as atividades são desenvolvidas oportunizando o acesso e a socialização dos múltiplos saberes, da cultura, linguagem, literaturas, tradições e diversidades que cada sujeito traz consigo, no propósito de requerer o respeito e o direito de viver nos coletivos sem perder de vista as contribuições de suas ancestralidades. Nessa atividade, 30 estudantes ocuparam o auditório da UESB para compartilhar saberes através de apresentações culturais como a capoeira, recitação de poesias e danças afro, durante o Fórum de Educação da Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira, levando consigo a certeza de que eles produzem conhecimentos e nessa troca também aprendem.

Figura 13- Alunos na UESB, Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira



Fonte: Arcevo pessoal (2019)

Ademais, as discussões e formações empreendidas pelo Núcleo têm sido centrais para a elaboração das identidades e para o fortalecimento de pertença, em especial dos estudantes que dele fazem parte, fortalecendo os legados de seus ancestrais e efetivando o potencial que cada estudante traz consigo.

Segundo Canen (2001, p. 207), “reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem” e, ao mesmo, tempo, “[...] constatar as desigualdades no acesso a bens econômicos e culturais por parte dos diferentes

grupos em que determinantes de classe social, raça, gênero e diversidade cultural atuam de forma marcante”.

A legislação educacional brasileira propõe que educadoras e educadores atuem para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais nos espaços educacionais. Inicialmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao incluírem a multiculturalidade, dá ênfase à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais pertencentes à sociedade brasileira. Também evidenciam as desigualdades e a necessidade de reconhecer e superar as discriminações e preconceitos que persistem na sociedade atual e que a escola tem refletido em suas práticas cotidianas. Esse reconhecimento foi um grande passo, pois “ao permitir o conhecimento mútuo entre regiões, grupos e indivíduos, ele forma a criança, o adolescente e o jovem para a responsabilidade social de cidadão” (BRASIL, 1998, p. 123).

Temas Transversais que dialogavam com pressupostos sobre “pluralidade cultural”, posteriormente com a institucionalização das Leis Federais 10.639/03 e 11645/08, permitem assim a construção de ações e projetos mais contundentes para valorização da diversidade cultural brasileira. O NEABI se torna um lugar ideal no sentido do cumprimento do que preconiza as referidas leis, sendo que as imagens a seguir reproduzem parte de uma ação que antecedeu o dia 20 de novembro, data que também é parte do calendário de luta antirracista.

Figura 14- Ação Itinerante em Combate ao Racismo



Fonte: Arcevo pessoal (2021)

Pensamos em incentivar a atuação dos estudantes nas ruas da cidade, fazendo uma atividade nos sábados à tarde, durante o mês de outubro, no jardim e praça da cidade, para chamar a atenção dos munícipes no intuito de superar o racismo, mas também de combatê-lo através de conhecimento, arte, cultura, como ocorreu em 2021, onde os estudantes além de recitações e ensaios de danças ao ar livre, posaram para fotos que seriam utilizadas em veículo de comunicação do portal oficial da prefeitura, como forma de afirmar que somos reais e não é apenas a voz de um famoso que deve ser ouvida, mas também, as vozes dos que estão ao nosso lado, cotidianamente, e passam na invisibilidade.

Figura 15- Ação Itinerante em Combate ao Racismo



Fonte: Arcevo pessoal (2021)

Ações e práticas antirracistas não podem se concentrar apenas no dia 20 de novembro e, por isso, a nossa itinerância na praça pública teve a efetiva importância para despertar na sociedade a compreensão de que as pessoas, sobretudo as negras, são violentadas pelo racismo estrutural todos os 365 dias do ano e que essa é uma marca negativa e doentia para todos.

As alunas apresentaram uma dança que trazia elementos da cultura religiosa afro-brasileira, onde o figurino e a música de Nation Efon, Oxun, foram pensadas estrategicamente para descolonizar as nossas mentalidades. Na ação, ressaltamos o respeito pela diversidade e denunciemos as atitudes segregadoras que demonizam as culturas africanas e indígenas, sendo que estas estão impregnadas em nossa identidade.

Através dos projetos e ações desenvolvidos pelo NEABI salientamos que quanto mais a escola se presta a reproduzir as condições de desigualdade, principalmente as desigualdades raciais, desencadeiam-se uma série de problemas que irão contribuir para a exclusão daqueles que mais necessitam, a exemplo de negros e indígenas, que se traduzem na negação do acesso à educação, emprego, moradia, saúde e outros.

No caso da educação escolar esses processos excludentes se impõem desde as primeiras etapas da educação básica, como aponta o documento "A Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial":

Existe a crença de que a discriminação e o preconceito não fazem parte do cotidiano da Educação Infantil, de que não há conflitos entre as crianças por conta de seus pertencimentos raciais, de que os professores nessa etapa não fazem escolhas com base no fenótipo das crianças. Em suma, nesse território sempre houve a idéia de felicidade, de cordialidade e, na verdade, não é isso o que ocorre.(BRASIL, 2012, p. 01).

Ao contextualizar alguns aspectos da legislação da educação brasileira sobre a diversidade étnico-racial e as implicações sobre a efetivação de práticas de inclusão dessa diversidade no dia a dia das escolas e salas de aula, uma questão importante observada é a forte presença da participação da população negra e indígena, organizada em movimentos sociais na luta por mudanças.

Para que espaços educacionais, como os NEABIs, consigam avançar na relação entre saberes escolares, realidade social, diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras.

Trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. "Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade" (MUNANGA, 2005, p.147)

Figura 16- Estudantes do NEABI em atividade Cultural e Educativa sobre a Diversidade Brasileira



Fonte: Arcevo pessoal (2020)

A imagem 16 traduz aspectos do que Munanga (2005) salienta sobre a interação social entre os atores que compõem a escola e a sociedade, evidenciando a relação sincrônica entre as dimensões dos saberes escolares, que nunca estará apartada da realidade social e da diversidade étnico-cultural. Os estudantes ao se projetarem nessa roda cultural e de saberes no Centro de Artesanato da cidade de Itiruçu, em espaço aberto à comunidade, estão propondo essa interação, assumindo a sua parcela de responsabilidade por fazer o movimento da educação não ser estático e uniforme. Para o NEABI, ocupar esse espaço significa o reconhecimento da importância desses corpos, que falam através da dança, arte e poesia, mas que, acima de tudo, são pessoas diversas que trazem consigo as marcas culturais de suas famílias e que estas constituem a sociedade.

As ações propostas pelo NEABI, em parceria com as coordenações pedagógicas, ganham vida no ambiente escolar, pois lá estão os professores e sobretudo os diversos alunos, bem como os atendidos pelo Núcleo, que de certa forma se tornam multiplicadores do que aprendem. Orientadas pela coordenação do Núcleo, as escolas organizaram no ano de 2022, um calendário para realizar as “Rodas de Conversas Negras”, (conforme figura 17), nome escolhido pelo coletivo que compõe a SEMEC, para marcar o momento de escuta e de reflexões com os

alunos.

As escolas produziram cards para motivar a comunidade e as atividades aconteceram nas semanas que antecederam o 20 de novembro, dia que representa a consciência negra, justamente para essa data não se tornar alegórica no imaginário do aluno e muitas vezes até do professor, foi criado esse mecanismo prévio para escutas e reflexões.

As escolas relataram que com essa ação da roda de conversa preta foi possível a escuta mais afetuosa, cuidadosa e atenta dos alunos e que eles se sentiram mais à vontade para relatar questões de racismos que estão em seu cotidiano e que muitas vezes não são validadas como importantes. Para além de um lugar de denúncia, foi reforçado um lugar de aprendizagens, pois a experiência de vida de alguns trouxe reflexão para outros, despertou a importância desse trabalho.

Figura 17- Conversas Negras nas Escolas



Figura 18 - Conversas Negras nas Escolas



Fonte: Arcervo pessoal (2022)

Figura 19 - Conversas Negras nas Escolas



Fonte: Arcervo pessoal (2022)

As figuras 17, 18 e 19 apresentam experiências desenvolvidas por três escolas da Rede: Rita Pimentel Ribeiro, Escola José Bonfim dos Santos e CEASN, onde a primeira criou uma programação de cinema e contos africanos para incentivar o diálogo entre os professores e os estudantes. A segunda escola desenvolveu

atividades com cantigas de rodas, ciclo de leituras e produção de cartazes a partir da contação de histórias, pinturas e momento de brincar utilizando referências africanas. O CEASN criou momentos onde os próprios estudantes do NEABI estiveram na condução das atividades, incentivando outros adolescentes a estarem nesse lugar do protagonismo de suas próprias vivências.

Os projetos instituídos em 2017 apresentam alguns objetivos, mas que podem sofrer alterações de acordo às necessidades que vão surgindo, tendo em vista o compromisso de garantir aprendizagens concernentes à obrigatoriedade de incluir conteúdos que por muitas vezes são deixados em segundo plano, como os propostos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Os projetos “Movimento Fio a Fio” e “Nobre Afro” apresentam como *objetivo geral*: Promover ações de resgate e valorização da história, cultura e diversidade étnico-racial dos povos afro-brasileiros e indígenas, buscando fazer uma contextualização entre realidade nacional e local, para reflexão, promoção efetiva de igualdade racial e formação integral da cidadania e empoderamento.

E como *objetivos específicos*: Desenvolver ações que possibilitam o posicionamento crítico contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, étnicas e sociais; Fortalecer as políticas públicas voltadas às culturas negras e indígenas; Disseminar o conhecimento sobre a história e culturas do continente africano e dos afro-brasileiros; Contribuir para a educação das relações étnico-raciais, estimulando a construção na identidade; Valorizar o respeito à diversidade e a cultura dos povos tradicionais; Ampliar a rede de combate à violência, à desigualdade e ao preconceito racial; Efetivar atividade formativa intersetorial para promoção de conhecimento e eficiência na atuação contra o racismo; Reconhecer as várias etnias indígenas do Brasil, suas peculiaridades e contribuições para a nossa formação lingüística culinária, cultural; Promover roda de conversa sobre vulnerabilidade social e da saúde das populações negras e indígenas no Brasil e ações afirmativas; Refletir sobre os índices de mortalidade que atingem negros e indígenas; Compreender o processo de sustentabilidade das comunidades tradicionais e sua relação com meio ambiente; Protagonizar saberes identitários dos educandos e seus ancestrais; Conhecer as descendências de raças que constituem a população local; Permitir que os alunos tenham um maior contato com a história e memória de suas raízes; Sensibilizar e conscientizar os alunos e comunidade civil quanto à discriminação racial; Promover formação continuada para professores e

alunos.

Quanto aos aspectos metodológicos, são realizadas algumas sugestões de atividades que foram e poderão ser desenvolvidas nas unidades escolares em suas diversas modalidades de ensino, levando em consideração o nível de cada etapa que os alunos estão inseridos, para que a adequação dessas metodologias permitam que esses alunos reconheçam os saberes populares e os legados ancestrais na produção onde eles também possam construir para a aprendizagem e participação significativa.

Sugerir pesquisas direcionadas a história e memória do povoamento da cidade de Itiruçu e/ou região; Montagem de diário da história e cultura negra e indígena baseados nos documentos encontrados; Confeção de amostragem sobre a quantidade de pessoas que se declaram negra no lugar onde moram ou escolas, fazendo em seguida um gráfico informativo que pode ser usado em componentes curriculares; Realização de pesquisa sobre as formas de preconceitos vivenciadas pelas pessoas que se declaram descendentes de africanos ou indígenas; Montar um painel com figuras que ilustrem a arte, a cultura afro-brasileira e indígena, procurando dar destaque aquelas que são mais presentes em nosso meio; Proporcionar viagem de campo para realização de pesquisa onde há registros visíveis do legado africano e indígena; Promoção de mostra de beleza e diversidade negra; Interpretação de músicas através da dança e da letra, fazendo relação com as vivências territoriais; Interpretação de filmes e montagem de peças teatrais que retratem e valorizem o cotidiano destes povos; Estudos sobre a vida de pessoas ilustres, assim como Zumbi dos Palmares, João Cândido, Maria Felipa, Indígena Galdino, Sônia Guajajara dentre outros; Utilização de literatura negra e indígena para contação de história e reescrita de textos: Montagem de musicais, peças teatrais, corais, recitações, coreografias, saraus; Realização de rodas de conversa, debates e palestras que envolvam a temática, fóruns e seminários temáticos com exposição de pesquisa de alunos; Confeção e mostra de pinturas, painéis, mosaicos e colagens retratando culturas afro e indígenas; Produção e mostra literária e cultural.

Diante das justificativas, objetivos e aspectos metodológicos expostos anteriormente, foram criados os projetos macros do NEABI: Movimento Fio a Fio e NOBRE AFRO, como já referido, que têm como eixos centrais de discussão temáticas sobre etnicidades, ancestralidades, saúde dos povos tradicionais afro-brasileiros e indígenas, saberes populares, culturas, autoafirmação identitárias,

combate e superação dos racismos.

4.2.1 Movimento Fio a Fio

O projeto intitulado *Movimento Fio a Fio* ocorre no primeiro semestre de cada ano letivo e se movimenta na perspectiva de suscitar diálogos e reflexões acerca da aplicabilidade das Leis que norteiam o ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena, mais particularmente no tocante às datas 19 de abril e 13 de maio, posto que, historicamente, a educação brasileira refere-se a esses marcos históricos apenas como o “dia do índio” e “dia da libertação dos escravos”, como um dia folclórico, reproduzindo cocares e pinturas nas crianças e por vezes, estampando a imagem, ora da princesa Isabel, assinando a lei da libertação, ora a ilustração de Zumbi supostamente quebrando correntes no pulso.

Portanto é necessário tencionar espaços de lutas, aprendizagens e fortalecimento e para isso o desdobramento das atividades em torno desse projeto ocorre com a realização de seminários temáticos com a participação efetiva de professores e alunos da rede municipal, sob a condução dos integrantes NEABI.

Figura 20- Cartaz de divulgação do Movimento Fio a Fio



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Em 2022, como demonstra a imagem acima, promovemos uma Roda de

Conversa com a interlocução do professor David Kaique, indígena da etnia Pataxó. Essa atividade foi ofertada para professores que lecionam no Ensino Fundamental (anos iniciais) e para alunos dos 6º e 7º anos do Colégio Adalício Silva Novaes (CEASN).

Foi a primeira vez na história da educação de Itiruçu que um professor indígena esteve ocupando esse espaço, na condição de intelectual, apresentando reflexões importantes para a descolonização do currículo e da perspectiva eurocêntrica de conhecimento. Ficou explícito, a partir de sua intervenção, que os alunos puderam reconstruir e repensar acerca do imaginário que a sociedade brasileira produziu acerca dos indígenas, quase sempre relegados ao passado, estereotipado. A atividade possibilitou ao professor ressignificar o material e as abordagens feitas em aulas, onde a reprodução do “índio selvagem”, sem conhecimento, folclorizado, ainda está muito presente.

O *Movimento Fio a Fio* não perde de vista o compromisso em colaborar para construir e fortalecer o espaço de fala dos alunos, com exposição de suas produções artísticas, textuais, midiáticas ou quaisquer formato proposto, positivando suas identidades, potencializando a igualdade e valorização dos legados africanos e indígenas na construção do Brasil, dando visibilidade às lutas e conquistas do dia a dia. O projeto funciona como elo que possibilita a aproximação da história real de nossos heróis negros e indígenas, dos legados e da ancestralidade com a atualidade.

O *Movimento Fio a Fio* completou, em 2023, a VI edição, haja vista que em 2020, por se tratar de um ano pandêmico causado pelo vírus da Covid 19, não conseguimos executá-lo, já que o mesmo ocorre sempre no primeiro semestre e nesse período ainda estávamos aprendendo a nos articularmos no isolamento.

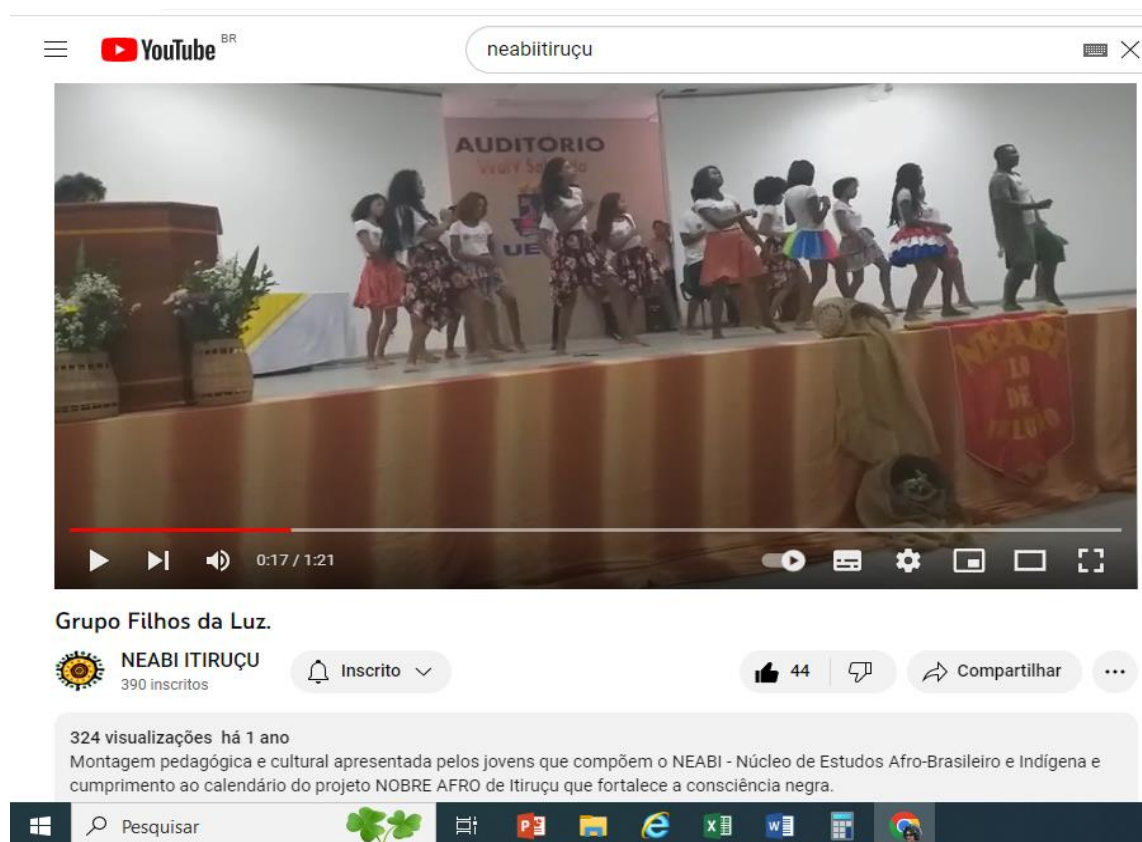
Nesse momento foi necessário readequar a ligação entre o núcleo e os alunos e para tanto foi fundamental compreender ainda mais a importância das redes sociais para os benefícios das relações de ensino e aprendizagem. Para tanto utilizamos o grupo de whatsapp para dialogar com estudantes e promover atividades como a disponibilização de vídeos, músicas, textos, poesias e letras de músicas que retratavam certos conteúdos e que eram escolhidos para a posterior produção de material a ser postado nas plataformas sob a orientação da coordenação do NEABI. Assim havia uma boa devolutiva de vídeos que os estudantes gravavam em seus aparelhos, em suas residências, e compartilhavam num grupo para divulgação e

acervo. Para além disso o dialogo através de lives e chamadas de vídeos onde havia a troca de conhecimentos e de uma certa forma fortalecimento de vínculos, num momento de fragilidades.

Nesse contexto, as redes sociais se tornam parte colaborativa desses processos interativos, não havendo mais uma possibilidade de exclusão dessa ferramenta de conexão com o mundo e com a educação em sua amplitude, como salienta Moran (2013)

Escolas não conectadas são escolas incompletas (mesmo quando didaticamente avançadas). Alunos sem acesso contínuo às redes digitais estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual: do acesso à informação variada e disponível on-line, da pesquisa rápida em bases de dados, bibliotecas digitais, portais educacionais; da participação em comunidades de interesse, nos debates e publicações on-line, enfim, da variada oferta de serviços digitais. (MORAN, 2013, p. 9-10).

Figura 21- Página NEABI no YouTube



Fonte: Reprodução @neabiitirucu9599, YouTube (2023)

Diante do exposto, e conseqüentemente do momento em que vivemos, onde a

pandemia da COVID 19 passou a fazer parte do cotidiano da humanidade, além de ter imprimido uma mudança de atitude de forma inesperada, imensurável e rígidas, como o isolamento, o afastamento social e fechamento de espaços educacionais, foi necessário que o NEABI de forma rápida atendesse aos alunos e se ressignificasse no que diz respeito à criação de uma rede virtual de comunicação, elo e fortalecimento de vínculo, e para além, um espaço midiático para a divulgação e disponibilização das produções em mídias sociais como YouTube, Instagram e/ou Facebook.

Essas plataformas midiáticas, a exemplo do YouTube do NEABI, reproduzido na figura 21 apresenta a atuação dos alunos no projeto NOBRE AFRO durante a 15ª Semana de Educação da Pertença Afro-brasileira, com o tema central Relações étnicas e raciais: diferenças e aproximações, evento ocorrido no ano de 2019. Na atividade foi trabalhada a autoafirmação identitária com a música sarará crioulo da banda Psirico, que traz elementos da cultura e saberes negros.

A figura retrata o print de tela da reprodução de um vídeo inserido na plataforma YouTube no ano seguinte à sua realização, o que possibilitou, também, a implantação de acervo digital, que permitiu usar outras formas de expandir conhecimento, agregar valores interdisciplinares e motivacionais para os estudantes, bem como para o acesso do público em geral.

Inicialmente foi feito o trabalho de conscientização sobre a imagem, o conteúdo produzido e os riscos da exposição para que os estudantes percebam as diferenças das plataformas digitais particulares e plataformas de acesso livre ao público, que ampara uma proposta pedagógica específica como é o caso do NEABI. Posteriormente avançamos com as devidas autorizações e termos de consentimento de uso de imagem e audiovisuais, assinadas pelos responsáveis, compreendendo que este é mais um espaço de aprendizagem.

O objetivo geral da criação das plataformas digitais para o NEABI, se pauta justamente no preceito da inclusão em sua amplitude, pois o grupo é formado por pessoas com habilidades diversas e a proposta se dá em torno de produções que cada indivíduo se identifica, a exemplo da composição de poesias, recitações de textos no contexto do Núcleo, danças temáticas, canto, contação de histórias e criação de conteúdo para minipalestras.

Foi exatamente no momento da realização do Movimento Fio a Fio que inauguramos essas ferramentas que fazem parte de nosso cotidiano pedagógico e

que soborientação da coordenadora/docente e após a revisão cuidadosa de conteúdo produzido o material é postado na rede social.

Figura 22- Seminário remoto - IV Movimento Fio a Fio

IV MOVIMENTO FIO A FIO 

BEATRIZ RODRIGUES

SAIONARA BONFIM SANTOS

DIONÁRIA DA SILVA

MARISE DE SANTANA

TEMA: ABOLIÇÃO ROMANTIZADA: O QUE ISSO SIGNIFICA?

MEDIADORA: PROFESSORA MESTRANDA GILVÂNIA O. DA PUREZA SANTOS.

18 E 19 DE MAIO | 10H

TRANSMISSÃO AO VIVO

SEMEC 

Fonte: Acervo pessoal (2021)

Depois de criar as possibilidades remotas, no ano de 2021, a culminância do projeto ocorreu remotamente, como está representada na figura 22, pela plataforma YouTube, no canal NEABI ITIRUÇU, cujo endereço é @neabiitirucu9599, que foi idealizado para possibilitar a continuidade das atividades e a conexão no processo educativo.

Para desenvolver as ações desse Movimento, contamos com a colaboração de pessoas comprometidas com a luta racial como as professoras Beatriz Rodrigues, Saionara Bonfim, Dionária da Silva, Marise de Santana, Daiane Menezes e os professores Edmar Vieira, David kaique, que engajados por escrever novas páginas da história, se dedicam para que os protagonismos dos povos tradicionais, pudessem ser evidenciados e fortaleceram as ações do NEABI.

Em 2021, ainda de forma remota, executamos o IV Movimento Fio a Fio em duas manhãs, através do YouTube, onde a atividade foi conectada com as escolas que disponibilizaram os links através dos grupos de whatsapp, instrumento utilizado pela rede municipal para efetivar as aulas, e orientaram previamente os alunos acerca do tema geral que estava sendo trabalhado: Abolição Romantizada: O que isso significa?

A Professora Ms. Beatriz Rodrigues trouxe a reflexão sobre as mulheres negras nos espaços de poder sob a perspectiva das mulheres que estiveram diretamente ligadas ao processo de luta para ocorrer a abolição. A Professora Dra. Saionara Bonfim, fez uma importante abordagem, de como o currículo deve ser descolonizado para aparecer os marcadores das ações efetivas do negro nesse processo abolicionista.

Já a professora Ms. Donária Silva, pontuou a história e importância do movimento negro no Brasil pré e pós abolição e para fechamento desse momento, a professora PhD Marise de Santana trouxe uma reflexão sobre a organização e atuação dos líderes negros e negras e da importância dos quilombos.

Houve uma participação efetiva de professores e alunos, onde há mais de 500 visualizações e mais de 300 participações no chat do canal. Isso foi importante porque não deixamos de ofertar esse espaço de aprendizagens e reflexões, bem como mantivemos o elo necessário para o momento de educação mesmo no isolamento e de forma remota.

Vale salientar que em 2022, como já referido, com a participação presencial do professor David Kaique Rodrigues, da etnia pataxó, tivemos a oportunidade de ouvir questões indígenas pela voz de um indígena e isso fez uma diferença enorme na produção de conhecimentos, principalmente dos alunos, reforçando o quanto ainda precisamos oferecer para que a educação seja potente na transformação desse resquício colonizador que ainda assombra nosso cotidiando, dando vozes a outras narrativas que precisam ser evidenciadas. Sempre é um momento onde os alunos protagonizam apresentando seus saberes para a comunidade e para eles mesmo.

4.2.2 Projeto Nobre Afro

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena de Itiruçu pensa e realiza o *Projeto Nobre Afro* tencionando constituir um espaço que seja um marco para

desdobramento de ações pautadas em torno das questões raciais, onde as escolas e comunidade possam fomentar o sentimento de pertencimento ao Território de identidade afro-brasileira e assim compreender a beleza da Diversidade étnico-racial negra e suas contribuições para os diversos segmentos que constituem o povo brasileiro.

O projeto ocorre ininterruptamente desde 2017, no segundo semestre do ano, e tem a culminância de várias ações que se concentram entre os meses de outubro a novembro, potencializando empoderamento e autoestima da comunidade negra, objetivando respeito e aceitação das diferenças e a necessidade da existência das mesmas na construção da diversidade sociocultural em nosso país.

A atividade nos permite enfatizar nossa luta que vem de longe e de longas datas, levando sempre a reflexão sobre questões dos racismos e suas letalidades e suas diversas facetas, que impedem o desenvolvimento integral do cidadão. O *Nobre Afro* também é espaço e movimento para abordar as conquistas e a efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente pelo povo afro-brasileiro ao longo de sua história, além de cumprir a Lei 10.639, que destaca o dia 20 de novembro como dia de luta, conquistas e reflexão sobre Consciência Negra.

No primeiro ano do projeto, além de atividades desenvolvidas nas escolas, os alunos atuaram numa espécie de intercâmbio com dois projetos que renderam produções magníficas e aumentaram a autoestima dos alunos em se verem protagonizando em espaços ainda não acessados.

Em Maraças/BA, cidade do território Vale do Jiquiriça, participamos de um outro projeto, que recebia o nome de CultVale, no qual apresentamos uma montagem cultural executada por estudantes do núcleo. O CultVale reunia uma mostra do que o Território estava produzindo e, a posteriori, a partir dessa mostra, confeccionava um jornal bimestral para destacar as referidas produções.

O segundo momento foi a participação ainda tímida, onde fizemos a inscrição, construção de proposta adequada ao que estava disponível no site da UESB, e encaminhamos solicitação para apresentar nossas produções na XIII Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira, na UESB, campus de Jequié/BA, pois não sabíamos que aquele espaço de mostras, conferências, seminários, palestras e debate acadêmico, de fato caberia nossos alunos do Ensino Fundamental. Hoje podemos afirmar que somos parte também, da Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira.

Figura 23 - Matéria Jornal CultVale sobre NEABI e Filhos da Luz



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Foi de fato o início de nossas itinerâncias, onde os alunos começaram a perceber o quanto eram capazes de mobilizar seus saberes e aprender a desbravar espaços nunca antes acessados.

Em 2018 já era uma meta do projeto estabelecer o contato e a interação com outros lugares do território e fora dele, como é o caso da UESB, que se encontra no Médio Rio de Contas. Quando os alunos perceberam esse mundo fora da sala de aula e podiam fazer a educação acontecer, ter voz e essa voz pode ecoar, aí nada mais os seguraram.

Recebemos variados convites para estarmos em outras cidades e de lá para cá, durante todo o ano, particularmente no período do NOBRE AFRO, precisamos ajustar a agenda para contemplar alguns outros espaços. Em Planaltino/BA participamos, em 2018, de um evento chamado Três Menestréis em Planaltino, com o poeta e escritor Salgado Maranhão, José Inácio Vieira de Melo e o Cantor, Violonista e compositor Thiago Amud, que ajudaram a incentivar os alunos para a produção e recitação de poesias.

Figura 24 - NEABI no eventoTrês Menestréis em Planaltino



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Em Jaguaquara/BA, no ano de 2019, participamos do Novembro Negro de duas escola de Ensino Médio e, em 2021, da abertura da Conferência Municipal de Educação. Em 2019 fomos a Ubaíra à uma feira de artesanato e economia solidária e em 2022 em uma escola rural do município de Lagedo do Tabocal/BA.

Pasamos a incluir como uma ação do NOBRE AFRO a participação na programação da Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira da UESB, intitulado Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08, Gênero e Diversidade Sexual, atualmente em sua V edição, e podemos dizer que estamos imersos nesse espaço desde 2017. Mesmo nos anos de isolamento por conta da pandemia, a ação foi mantida remotamente.

No IV Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08, que ocorreu remotamente no canal do ODEERE no YouTube, por conta da pandemia, como está explicitado na figura acima, os alunos Carolina Araújo, Raissa Carvalho, Lara Kezia, Florêncio Muniz dividiram espaço com o poeta Preto Jhoy, e participaram pela manhã de um Slam de poesias, onde a dinâmica era apresentar suas poesias em grupos de três pessoas e depois trazer a reflexão sobre o tema escolhido, dialogando entre eles e com o público.

Figura 25 - NEABI na XVII Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira



Fonte: Reproduzido do canal @odeere (2021)

Ademais, recebemos potências da recitação e produção de poesia como Maiara Silva e Preto Jhoy que interagiram com Florêncio Muniz, Lara Kezia, Raiara Almeida, Sabrina Silva, todos alunos do NEABI, mostrando como a arte tem esse poder de transformar, de denunciar e sobretudo de proporcionar conhecimentos.

A produção de conhecimento proposto pelo projeto NOBRE AFRO foi se alargando com o passar dos anos e, em 2021, sentimos a necessidade de estabelecer mais duas ações que integram ao conjunto de atividades da pedagogia antirracista efetivada pelo NEABI. Foi criado o Fórum da Negritude e o Desfile de Diversidade e Beleza Afro.

O Fórum da Negritude foi elaborado para estabelecer discussões mais estruturadas sobre as questões raciais e discutir as estruturas racistas a partir da colaboração de variadas frentes, como foi o caso da primeira edição, onde fomos prestigiados com a presença do Sacerdote de Religião de Matriz Africana, Kauê Babá Delê, que discorreu sobre os racismos religioso e Quézia Barreto, colega do mestrado do PPGREC, que colaborou trazendo conhecimentos acerca de suas pesquisas sobre os Malês no Brasil. Jean Saraiva, estudante de Direito da Faculdade

de Tecnologia e Ciências (FTC), falou sobre os processos de Criminalização do Racismo; os colegas professores Regivânio Cerquiera e Tânia Almeida fizeram uma Mostra do Processo Histórico Excludente da Educação Brasileira e suas estruturas discriminatórias, segregadoras, posto que negavam a escolarização para as pessoas pretas. O tema Cotas Raciais, o Negro nos Espaços de Poder foi ministrado por Glenda Maria Pureza, aluna do curso de medicina da Universidad Politécnica y Artística del Paraguay. Aritana Moraes e Daiane Menezes, ambas professoras de dança e colaboradoras do NEABI, discorreram sobre Dança como expressão dos Legados Africano.

Figura 26 - NOBRE AFRO e Fórum da Negritude 2021



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Em 2022 trabalhamos com o tema “Cores da Infância, Negritude e Identidade” para chamar a atenção aos racismos que são implantados desde muito cedo no cotidiano das crianças e que são naturalizados. Tivemos mais uma vez a colaboração da Professora Dra. Marise de Santana que conduziu as discussões no Fórum juntamente com professores da rede municipal e o professor Dr. Edson Dias, que desenvolveu para alunos do Núcleo uma oficina de audiovisuais.

O Fórum ocorre em dois dias para contemplar alunos e professores da rede,

numa rotatividade de temas e turnos, e tem como objetivos pontuar urgências e emergências para efetivação do direito à igualdade racial; oportunizar os jovens/alunos para o debate; expandir ações para as relações étnicas; ReConhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais como ferramenta importante para ancorar nossas ações; Ofertar InFormação a respeito de temas afins.

A figura 27 retrata a participação espontânea de alunos e alunas de todas as etapas de ensino e de variadas idades, que criativamente estudaram sobre a temática abordada no projeto Nobre Afro, e vieram representar elementos de países do Continente Africano, principalmente os países dos ancestrais que povoaram o nosso território brasileiro.

Figura 27 - VI NOBRE AFRO, II Desfile Afro



Fonte: Acervo pessoal (2022)

A ação que promove o Desfile de Diversidade e Beleza Afro tem como meta positivar a imagem do negro e elevar a sua autoestima; ressignificar a cultura visual

e criar espaço de poder e visibilidade; ReAfirmar as identidades negras com suas belezas étnias ancestrais e diversas. O desfile ocorre primeiramente nas escolas num momento de descontração, para elevar a motivação dos alunos e alunas, para que os mesmos possam desejar participar do momento dentro do *Nobre Afro* representando a Unidade Escolar ao qual está inserido.

Nunca houve ou foi pensado para que haja espaço de disputa ou classificação, exclusão, os alunos e alunas que participam são de livre iniciativa, a escola trabalha para que haja essa compreensão de representação e não de eliminação. No momento do desfile fazemos relação com países e culturas do Continente Africano, elevando saberes, sabores, musicalidade, línguas, dizeres, cores, indumentárias, símbolos que colaboraram e constituíram para a nossa cultura nacional, e assim finalizamos o *Projeto Nobre Afro*, com a participação das famílias que acompanhavam seus filhos, que naquele momento, são o centro das atenções. A comunidade está ali apenas para aplaudi-los e de certa forma aprender a se amarem, se valorizarem, de forma a combaterem a colonização eurocêntrica que, a todo tempo, tenta tirar a humanização de nossos corpos e o direito de nos reconhecermos como pessoas bonitas e que podem estar em todos os espaços.

4.3 A perspectiva dos estudantes atendidos pelo NEABI sobre sua formação socioeducacional e construção do pertencimento étnico-racial

Percebamos quantas trocas, avanços e quantos conhecimentos são produzidos a partir de ações decoloniais, introduzidas através do NEABI na rotina das instituições educacionais e conseqüentemente na vida dos estudantes. Provavelmente, os estudantes que permanecem e/ou já passaram pelo Núcleo serão marcados pela possibilidade de construção de outras aprendizagens e, certamente, não esquecerão dos momentos de formação e de valorização de seus saberes, sobretudo pelo contato com culturas diferentes, modos de ser e de viver do outro, mas que estão de certa forma interligados socialmente. A partir dos anseios e percepção dos estudantes, como um ser único, diverso, e com possibilidades várias de aprendizagens, temos desenvolvido ações estabelecendo o contato com outras comunidades educativas, tendo uma significativa troca cultural no coletivo e em territórios outros, sem perder de vista os limites, barreiras e lacunas, pois os fortes

resquícios da colonialidade impregnam os currículos atuais, ainda coloniais, eurocêntricos, excludentes, padronizados e racistas. Walsh (2012) vai nos ajudar a pensar que,

ainda que a interculturalidade funcional assuma a diversidade como eixo central apontando seu reconhecimento e inclusão na sociedade e no estado nacional (uninacional por prática e concepção), e deixando por força dos dispositivos o padrão de poder institucional – estrutural, ainda assim mantém a desigualdade – a interculturalidade crítica parte do problema do poder – do seu padrão de racionalização e das diferenças que foram construídas em função dele. A primeira responde, e em parte, aos interesses e necessidades das instituições sociais dominantes, a interculturalidade crítica, como mudança, é uma construção a partir de pessoas que sofreram um histórico processo de submissão e subordinação – e por isso pode ser assumida como processo e projeto por todos. (WALSH, 2012, p. 171).

Apesar de o NEABI suscitar possibilidades interculturais, haja vista que a interculturalidade em sua integralidade parece ainda distante, é preciso compreender que estamos dentro de uma organização social macro, que limita o desenvolvimento de processos interculturais devido justamente a esse ranço colonial. Entretanto, aos poucos, outras formas que não são as eurocentradas, tem ganhado força em variados ambientes educacionais mesmo que muitas vezes temos a ânsia de mudanças imediatas, embora muitos docentes nem se deem conta disso, a decolonialidade está acontecendo. Temos desenvolvido práticas pedagógicas em diálogo com uma pedagogia intercultural e decolonial e isso se tornou perceptível nas narrativas de alguns sujeitos que estiveram e estão diretamente ligados ao NEABI.

Acredito que um aspecto importante, fruto das ações do NEABI, relaciona-se com o processo de autoreconhecimento por parte dos estudantes por ele atendidos: 07 dos 08 estudantes, colaboradores de nossa pesquisa, se consideram pretos e 01 pardo, mas nem sempre eles se viram assim, pois ao perguntar se as atividades desenvolvidas pelo NEABI os ajudaram a pensar e potencializar suas identidades e a compreender as questões étnico-raciais, o marcador racial, nesse caso a cor, foi citado por mais da metade dos entrevistados:

Foi logo no início das atividades do NEABI, porque eu estava meio despercebida em relação a identificar o que eu sou, preta, o que eu sempre fui, e desde o início eu já vim aprendendo, aprendendo sobre o assunto e foi a partir daí que eu comecei a me identificar e ajudar outras pessoas a se identificarem também com todas as possibilidades étnicas afro-indígenas. (Larissa Luz, entrevista

realizada em agosto de 2022)

Sim, porque antes eu ouvia e até estudava sobre questões do negro na escola, da história da escravidão e fazia prova, questionário, para a nota e passava e já vinha outros assuntos. Com o NEABI eu me enxergo como um homem preto e gosto do que eu vejo. E me sinto o centro das atenções, tem vezes que eu apresento, penso como eu sou forte, inteligente, poderoso e como ninguém vi me rebaixar, sou preto, essa é a minha questão que faz parte de minha identidade e ninguém vai me rebaixar. (Mateus aleluia, entrevista realizada em dezembro de 2022)

Como eu tinha falado antes, me deu o exemplo de que eu antes não me aceitava pelo meu tom de pele. Eu me sentia negra, eu não queria aceitar isso. E isso às vezes me fazia eu ter vergonha de mim própria [...] Porque às vezes eu não me aceitava pela cor da minha pele. E quando eu participei do NEABI eu aprendi a me aceitar do jeito que eu sou, do jeito que Deus me mandou. Tão linda esse jeito, meu Deus. Aceitar, né, a sua identidade, que a nossa identidade é miscigenada. [...] No momento em que a gente começou a falar sobre a carne mais barata do mercado é a carne negra. Que é quando uma pessoa tem muito racismo sobre a cor da pessoa, o jeito da pessoa, o cabelo da pessoa, e isso me fez refletir bastante. Porque antes eu já fiz muito isso, muito racismo com as pessoas do cabelo crespo, por uma pessoa ser mais escura que eu, eu já fiz muito racismo antes. E quando eu entrei no NEAB eu aprendi que isso é uma coisa muito errada. E hoje eu falo com as pessoas para não fazer isso. Porque às vezes a dificuldade das pessoas é que elas não estão abertas para aprender. Elas já têm um conceito formado sobre as coisas. Essa apresentação foi a apresentação de Elza Soares. A carne mais barata do mercado é a carne negra, a música de Elza Soares. (Virgínia Rodrigues, entrevista realizada em dezembro de 2022)

Sim, foi devido a convivência com diversas realidades que as atividades disponibilizou, é que então eu pude ampliar minha consciência do quão vasta, bela e enriquecedora é a minha cultura afro-indígena, e em todos os aspectos. Cultura que um dia, os herdeiros dos donos de engenho, me fizeram crer que não valia de nada. Triste isso. Eu não queria me ver preta na infância, mas depois de compreender tudo, eu me amo. (Margereth Menezes, entrevista realizada em setembro de 2022)

Sim, porque no NEAB eu me identifiquei como uma pessoa parda da raça negra, me identifiquei que eu tenho direitos, hoje, como cotas raciais, entre vários outros tipos de cotas. Inclusive estou cursando enfermagem na UESB através das cotas porque é meu direito e eu aprendi no NEABI. Fizemos um estudo e uma apresentação na Semana da Pertença na UESB, em 2018, eu acho, que dizia que cota não é esmola! E isso foi sempre abordado no NEABI. Vários temas amplos sobre a minha identidade que hoje eu me identifico. Há discussões [...] É a identidade que a gente se identifica, sim. (Elza Soares, entrevista realizada em janeiro de 2023)

Percebemos, a partir das narrativas dos estudantes, que o processo de autoidentificação como uma pessoa negra (preta/parda) foi possibilitado pelas ações/atividades desenvolvidas no/pelo NEABI. Tais ações, voltadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira, potencializam a reflexão acerca das identidades e dos processos envolvidos em tal construção. Percebe-se, no entanto, que esse processo é marcado pela violência e auto-rejeição impostas pelo racismo. A tomada de consciência em torno da questão racial e dos efeitos psicológicos do racismo são centrais para o “tornar-se negro”, como propõe Sousa (1983). Aceitar a cor da pele e entender o pertencimento étnico-racial é, quase sempre, muito doloroso, posto que o racismo, segundo Munanga (2005), afeta as estruturas psíquicas dos sujeitos racializados.

O “tornar-se negro” por parte dos estudantes implica, ademais, no entendimento e resgate de princípios de cidadania para a população negra, como por exemplo a compreensão de que políticas de ações afirmativas possibilitam o acesso do povo negro à educação superior sendo, portanto, centrais para a superação e correção de desigualdades estruturais que impactam a vida dos negros e negras em nosso país. Segundo Oliveira (2018, p. 67), “envolvido com o que produz, o sujeito aciona suas capacidades cognitivas e intelectuais para produzir conhecimento útil e relevante no encontro com sua práxis”, de tal modo que nesse movimento vão sendo superados os constrangimentos, os recalques e a negação de si.

Para compreender como são percebidas, sentidas e expostos os avanços e os limites que o NEABI de Itiruçu têm enfrentado para a construção de uma educação antirracista, nesse processo da educação das relações étnico-raciais, nada mais legítimo que evidenciarmos as vozes dos estudantes, sem perder de vista a atuação e percepção da intervenção docente e administrativa exercida através da professora, das secretárias e de minha atuação nesse período, com o olhar de quem está imersa no ativismo, mas também com o olhar de pesquisadora. Quanto à importância desse Núcleo para formação dos estudantes, analisamos, a seguir os limites que o NEABI enfrenta para a realização de suas atividades e os avanços já obtidos.

4. 4 Limites impostos ao NEABI na realização de suas atividades

É sabido que o país entretou, nos últimos 6 anos, um declínio no que diz respeito a investimentos e gastos públicos, que se iniciam com a Emenda Constitucional (EC) 95, promulgada no governo golpista de Michel Temer, conhecida como "PEC do fim do mundo", por congelar por 20 anos os investimentos em políticas públicas, atingindo diretamente o segmento educação, pois os recursos para atender às novas demandas educacionais foram congelados, impedindo efetivação de inclusão de mais alunos e mais qualidade.

Esse ato de aniquilamento respingou fortemente nos investimentos das ações afirmativas para a EREER, estabelecendo um lapso temporal, abrindo uma cratera no debate antirracista, destruindo ministérios importantes como o da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, bem como a Secretaria de Promoção de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPPIR), órgãos indutores de políticas públicas, importantes inclusive para a formação de professores e fortalecimento de coletivos da sociedade civil organizadas do movimento negro. Esse fato não podia deixar de ser pontuado, pois precisamos estar atentos para esse movimento de avanços e retrocessos no campo do antirracismo e como precisamos criar novas estratégias para a conquista de territórios. Imaginamos que ações como essa da PEC do Fim do Mundo influenciam diretamente no comportamento de muitas lideranças municipais em deixar para o terceiro plano a obrigatoriedade de efetivação da EREER.

Iniciamos uma nova configuração do trabalho com os estudantes do NEABI, exatamente nesse período de aplicação da Pec do "Fim do mundo", em 2017 e posteriormente em 2019, tivemos a infelicidade de experimentar um governo genocida que tentou destruir toda uma luta concretizada pelo MNU, banalizando nossa existência. Não quero aqui atribuir todo descaso quanto ao cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para EREER apenas a esse período sombrio, mas pontuar que as precariedades se potencializaram e validaram um certo sentimento de orfandade para as ações antirracistas, que diretamente atingiram os estudantes que aqui imprimem suas vozes no que diz respeito às dificuldades e principais entraves percebidos pelos mesmos no desenvolvimento de propostas no Núcleo, conforme as narrativas que seguem:

O que trava a gente é tipo assim, ter a sede e só ter um copo de água para o dia todo (risos). “Vamu” por partes né, acho que deu para entender. A sede somos nós alunos e a água é a Secretaria de Educação que ouve a gente e não olha que a gente existe. A senhora é nosso copo de água que vem matando um pouco de nossa sede. Agora eu confundi tudo, é, é mais vou explicar mais. A senhora é tudo que “temu” como um copo de água no deserto e aí as coisas que a gente é feliz em fazer, a senhora corre atrás e a senhora não deixa a gente desistir. Mas parece que se desistir ninguém se importa né! Me desculpa os outro, viu, mas eu não sou cego e eu vejo. A senhora vem animada, sonhando que vai dá certo e tipo assim, a gente fica animado, aí a gente faz o projeto, faz o desfile do aniversário da cidade e ninguém quer interagir com a gente. É a senhora por nós e não adiante ninguém aparecer dizer outra [...] porque são seis anos e não seis dias. Falta quase tudo e o quase somos nós e a senhora e Deus (risos). Acho que expliquei ou compliquei [...] um dos dois né! Mas temos coisas boas, mas como a pergunta é de dificuldades, vou aproveitar e falar do espaço e dos livros de literatura que não temos, nunca vi material tipo, como tem em uma escola, sabe, então a gente sabe e sente como aluno e o povo pensa que isso não é racismo? Isso é sim. (Mateus Aleluia, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Falta de espaço para diversas atividades, falta de material tipo livro afro e indígena, falta de acolhimento e valorização e falta de formação dos professores para entender o que é um NEABI. Porque eu acho que é uma contramão, é, é, é [...] um professor não saber e não querer entender um núcleo. Eu acho que tinha que ter esses material. (Carlinhos Brown, entrevista realizada em novembro de 2022).

O núcleo é perfeito, tanto na sua teoria, quanto na pratica, porém poderia ter maior alcance se os responsáveis maiores, as lideranças nos lugares da educação abandonassem suas ignorâncias e viabilizassem materias e espaço físico. Como podemos ampliar na escassez? Como alcançar sem material adequado? Será que tudo é de propósito? Eu vou carregar essa dúvida. (Carlinhos Brown, entrevista realizada em novembro de 2022).

Bom, ao meu ver, a única dificuldade é saber lidar com todos os alunos de diferentes idades, diferentes pensamentos, até por conta de já ter veteranos no NEABI e agora ter entrado alunos novos. Acho que a única dificuldade, assim, que eu pontuaria seria essa, conseguir ligar sendo que só tem fixa uma professora, para a professora Gil é pesado, mas acho que ela lida bem com a gente. Consegue. Acho que a dificuldade máxima é o apoio de autoridades na cidade. O NEAB, por muitas vezes, é visto como um simples encontro, não tem muito apoio de alguma autoridade, não tem muita contribuição de pessoas que realmente podem fazer diferença entre algo que seria bom para o desenvolvimento do Núcleo. (Larissa Luz, entrevista realizada em agosto de 2022).

Um principal é a falta de apoio da nossa cidade, que o NEABI é um núcleo que é proposto na cidade de Itiruçu. E assim, ele falta muita ajuda, tanto da prefeitura, tanto da sociedade, porque o NEABI ele

acolhe a sociedade em si, ele luta pelos direitos dos jovens da sociedade, então ele poderia ter, ser abraçado. Então, assim, a falta de empenhimento, a falta de reconhecimento é um grande entrave do NEABI. Por exemplo, a prefeitura poderia botar mais recursos, né? Como lanches para os alunos, espaço, livros didáticos para conhecimento, promover viagens que seriam agregadas no conhecimento dos alunos. Então, é isso. É, uma viagem de campo. (Elza Soares, entrevista realizada em janeiro de 2022).

Eu acho que era a questão de não ter um lugar, ficava mudando várias vezes de lugar, e isso ia atrapalhando bastante, e questão da roupa também, eu acho que deveria ter alguém responsável unicamente para a roupa do NEABI, e não ficar procurando quem pode e quem não pode fazer, a senhora sozinha, correndo de lá para cá. (Sued Nunes, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Primeiro que a gente não tem um lugar apropriado pra estudar e ensaiar. A gente sempre t em que ficar correndo ali, ah, esse lugar não dá, então bora pra tal lugar. Merenda, a gente não tem lanche durante o dia, quando a gente tava ensaiando, a gente não tinha um lanche apropriado das 10 horas, das 3 horas da tarde. E transporte também, quando a gente ia fazer alguma apresentação fora, a gente não tinha um transporte apropriado pro NEABI, a gente ia ficar correndo atrás de prefeitura, de secretaria. (Virgínia Rodrigues entrevista realizada em dezembro de 2022).

Mateus Aleluia, em sua narrativa, aponta o ativismo da professora do NEABI, como um marcador para superar as dificuldades enfrentadas pelo Núcleo, que não é munido minimamente de material didático como livros, além de compreender que os poderes públicos não se preocupam, a contento, com a escuta e atendimento eficaz para as questões étnico-raciais no município de Itiruçu.

Carlinhos Brown explicita os limites do Núcleo, apontando a ausência de livros, de espaço físico fixo e acrescenta a falta de formação de professores, pois muitos alegam não saber o que venha ser um NEABI ou que não sabem trabalhar com as questões exigidas pela LDB em seu artigo 26-A. Parece recorrente essa fuga dos professores para não se responsabilizarem com a educação antirracista. Tal fuga, de fato, ocorre em virtude na falta de formação de professores para a educação das relações étnico-raciais, mas também em decorrência da permanência das dimensões das colonialidades (do poder, do saber e do ser) nas instituições de ensino, nos currículos escolares e nos processos de formação de professores, na perspectiva do eurocentrismo.

Margareth, Larissa e Elza apontam o poder público como sendo o grande responsável pela não atitude e por serem apáticos, diante das ausências para uma

efetiva educação antirracista. Segundo Silva (2010, p. 40) “é preciso que, por meio da educação, se busque mudar atitudes, superar e abolir preconceitos, a falta de conhecimento e de respeito mútuos, além de derrubar as barreiras de ordem moral, epistemológica, ideológica que impedem a participação cidadã”. É preciso, nesse sentido, descolonizar os poderes públicos, as instituições responsáveis pela formulação e execução das políticas educacionais. Larissa acredita que lidar com jovens de várias faixas etárias para uma única professora é algo que dificulta a execução das atividades e Margarete acha que pode ser de propósito para não avançarmos no empoderamento preto.

Os colaboradores da pesquisa são unânimes ao evidenciarem muitas das ausências que dificultam a construção de uma educação antirracista por parte do NEABI de Itiruçu: falta de material didático, suporte de merenda e principalmente a falta de espaço físico que é apontado como um grande vilão para a não concretização de muitos projetos da forma que pensamos, tendo em vista o grande potencial a serem explorados, a partir dos saberes dos estudantes, e que muitas vezes ficamos limitados, fracionados por utilizar espaços provisórios e com uma demanda de outras atividades que aconteciam simultaneamente nos espaços. Enfim, há um esquecimento de questões de ordem política e cultural, que atravessam e influenciam os processos de não aprendizagem, sendo que o combate ao racismo na instituição públicas de caráter educacional deve ser pensado como estratégia fundamental para a melhoria e para a qualidade de ensino.

Ao questionar a professora e as secretárias sobre esses impedimentos, limites, dificuldades para a execução das atividades propostas pelo NEABI, no passado e atualmente, obtivemos as seguintes respostas:

Ah, foram muitas. Sim, isso foi um embate muito grande, muita dificuldade. Dificuldade era essa, que a gente ia até as escolas, e não todos, mas a maioria. A gente não era bem aceito, a gente achava que era uma coisa qualquer, não dava muita importância no que a gente estava falando ali, achava que era coisa de nossa cabeça, coisa de preto, e a gente não era aceito não, era assim, uma dificuldade terrível, materiais que deixava para trabalhar, inclusive nós tivemos um material que foi, por recurso próprio da prefeitura, nós tínhamos livros didáticos, livros didáticos, mas livros que a maioria dos professores, ou seja, coordenadores, nem abria para aqueles alunos ali, era coisa de preto e ficava lá no canto, e a gente xerocava as atividades, só queriam fazer trabalho, é a consciência, dia da consciência negra, sendo que a gente queria que seria um trabalho contínuo, e a gente não conseguia fazer esse trabalho, só queria fazer esse trabalho no dia, pintura de negro, de escravo, só

vindo aquela pintura dos negros nas correntes, e quando a gente levava para o outro lado, o saci tinha que ser aquele gorro na cabeça, a gente tentou desconstruir até o gorro do saci, mas a gente não conseguia, e assim já foi muita dificuldade, de verdade. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

É isso, porque, na verdade, eu nunca estudei, nem nunca me dediquei sempre. Na escola eu via sempre vocês em eventos, em movimentos, os meninos por aqui pela escola sempre, e os comentários que eu vi em sala de aula, e que eu valorizava muito o grupo, por conta da resposta dos meninos para mim. Você sabe que não era nem resposta de perguntas minhas, de indagações minhas, mas a resposta na postura deles. Então eles sempre faziam referência ao NEAB e tal, então, mas eu nunca estudei assim para saber a coisa do seu olhar. Eu via as meninas, teve uma época que o salão estava sendo ocupado, e os meninos estavam na salinha do AEE, e os meninos corriam por aqui, porque não tinha espaço para todo mundo dentro daquela minúscula sala, não tinha espaço para todo mundo, e aí ficava aqui por fora, não sei o que. Então a gente acabava vendo que o NEAB estava na escola, mas eu nunca me dediquei para falar assim, mas Gilvânia, eu preciso arranjar mais coisas, eu preciso arranjar isso daqui, eu nunca olhei. Entendeu? Foi esse olhar de a gente precisa pelo menos de um prédio que seja só seu, para levar os meninos para lá. Então, mas te ouvindo agora, eu sei quais são as dificuldades maiores e quando o aluno me falou: “mas para a gente nunca teve um espaço”. Então ficava, vocês ficam meio que de lá para cá, né? (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

Temos dificuldades que já estamos tentando sanar, mas ainda existe como local próprio, prédio próprio para o NEAB funcionar, o qual está sendo já otimizado e também nos faltam as vezes recursos. A gente tem se empenhado para sanar essas dificuldades. É um conjunto, porque o investimento na educação ainda é tímido, hoje já mais avançado, então o poder público ainda tem dificuldades com algumas ações que são desconhecidas talvez, que não vê a total importância, mas como a Secretaria de Educação hoje tem essa visão, nós temos conseguido avançar nesse quesito. (Taís Araújo, entrevista realizada em novembro de 2023).

Para que o racismo e seus efeitos para a população negra possam ser combatidos e, conseqüentemente, superadas é necessário reconhecermos sua existência. As colonialidades operam de uma forma sistemática, como é relatado pela professora Marise, posto que os conhecimentos de tradição afro-brasileira são rechaçados e ignorados por parte de professores e professoras. No contexto de Itiruçu, esses sujeitos são, em sua maioria, pessoas negras, que ostentam suas máscaras brancas, no sentido dado por Fanon (2008). Como afirma Kabengele:

o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as

manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa das peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo [...] [nazismo, apartheid, segregação racial norte-americana] e coa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; 'não somos racistas, os racistas são os outros'. (2010, p. 170).

Chica Xavier afirmaa que de fato não estava atenta para o movimento do núcleo, apenas sabia do potencial e diferencial dos alunos atendidos no espaço, mas que com o passar do tempo percebeu que não tínhamos a estrutura física mínima necessária para realização de atividades pedagógicas e a inexistência de local fixo se tornou evidente como marca negativa. Taís Araújo admite que há ausência, mas acredita que vem tentando sanar, reafirma a dificuldade em obter espaço e alega a falta de recursos, mas garante que será providenciado.

Como professora da rede municipal de educação de Itiruçu, sei que havia materiais didáticos, obras literários, tecidos, baner com ilustrações, objetos que remetiam a cultura africana e indígena, adquiridos e utilizados para algumas atividades da antiga equipe. Mas como já enfatizei, ao iniciar as atividades em 2017, absolutamente nada foi passado para mim, nem uma pasta com ofícios recebidos e expedidos como é algo corriqueira e de praxe. Fiquei por um período, de janeiro a fevereiro, sem rumo, buscando junto a secretaria se havia algo e quais seriam as orientações administrativas e pedagógicas a serem seguidas. Fizemos busca em uma sala que tinha muito material empilhado no chão e mais uma vez não encontramos, mas como uma mulher preta comprometida com a causa antirracista, eu não poderia me deixar paralizar, e fui em busca de outras possibilidades para começar, outras formas de (re)existências e resistências.

Vale salientar que em cumprimento às leis de Responsabilidade Fiscal de Acesso à Informação, houve uma equipe de transição instituída em diário oficial para acompanhar a troca de chefes de poder Executivo Municipal em 2016, para exercício 2017-2020, onde inclusive havia na composição membros representando a educação e que fazia parte da primeira equipe do NEABI. Então, para mim, não fazia muito sentido as ausências, porque se eu acredito no trabalho antirracista do NEABI, preciso criar condições para preservar a memória de suas ações, de forma que documentá-las, protocolá-las são ações essenciais.

Essas questões sempre acompanharam as interrogações sobre os limites da efetivação do NEABI, indagações de como é que um lugar pode ter um material

riquíssimo, pode ter um acervo, e esse acervo é destruído, não sei se eu posso dizer destruído, porque nem os alunos, nem na própria Secretaria de Educação teve acesso a esse material, é um enigma. Então isso reforça o desprezo de muitas pessoas pelo trabalho do núcleo, porque muitas das vezes existe uma intencionalidade em suprimir, aniquilar um trabalho decolonial e aquele material produzido se torna um elemento neutro, como se fosse descartável.

Com a falta de espaço físico adequado não só para o atendimento dos estudantes, mas também para abrigar minimamente um armário, um arquivo, nos deparamos muitas vezes tendo que guardar nossos acervos de figurino entre outras coisas, em minha casa, como se fossem pessoais, para poder num momento como esse, de pesquisa, provar a nossa existência de forma documental. Acredito que ninguém que tenha um ativismo e luta por igualdade racial e superação do racismo, faria em sua consciência um apagamento de memórias daquilo que se construiu. A falta de acervo se configura como uma clareira aberta nesse espaço público e de certa forma me causa incômodo, porque parece que é um caso similar ao da escravização no Brasil, onde os colonizadores se achavam no direito de apagar a identidade cultural e étnica de sujeitos, provocando essas ausências.

No NEABI, tenho a sensação de que há peças sem se encaixarem, devido a esse recorte temporal de 2014 a 2016, que não tive acesso a absolutamente nada, e em busca documental para essa pesquisa senti dificuldade, pois apenas encontrei um decreto, que já havia acessado através de busca incansável que fiz no portal oficial da prefeitura durante meses do ano de 2017, para assegurar a legalidade de sua existência e garantir a permanência diante das dúvidas e indagações de ser ou não obrigatória a existência de NEABI no município, pois para o poder público, algumas coisas só existem no contexto da obrigatoriedade e aquisição de contrapartida financeira. Isso tudo ameaça a existência do núcleo além de ser muito triste, cansativo, desmotivador e confuso.

Para tanto o documento que regulamenta as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 10 de março de 2004, enfatiza que:

Não se trata de mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeu, por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BRASIL, 2004, p. 17).

Dante do enunciado podemos discorrer que ao longo de nossa história tensas relações raciais foram produzidas e reproduzidas a partir de uma perspectiva etnocêntrica, onde as Diretrizes propõem que haja um novo olhar, a ampliação de perspectiva acerca do conhecimento, tendo como referência outras matrizes culturais e epistemologias outras. O documento sinaliza para outra direção em que os diversos segmentos se reconheçam a partir de uma perspectiva cultural e identitária, entendendo que um NEABI como uma continuidade das lutas históricas travadas pelo povo negro em busca de educação, de forma que é preciso:

[...] ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição (BRASIL, 2004, p. 11).

Sobre esse ressarcimento é importante salientar que quando os estudantes relatam os limites, elencando uma série de questões de ausências, eles também estão ligadas a essa transição que não ocorreu para mim, ou para a própria secretaria, pois tivemos que achar os caminhos e ligar as memórias através de nossas próprias experiências. Talvez esse descaso tenha reforçado a demora em efetivar o espaço físico, que foi apresentado como um dos principais impecilhos para a execução das ações e projetos do NEABI.

4. 5 O NEABI e a construção de uma educação antirracista em Itiruçu-BA

Ao longo de sua trajetória, evidenciando o período de ascensão das lutas sociais, da redemocratização do país, o Movimento Social Negro sintetiza o acúmulo de mobilizações históricas, empreendidas sobretudo pela conquista das leis que, no contexto educacional, asseguram o direito de incluir as pautas da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos, para integrar a formação de estudantes da escola básica de todo país. Segundo Gomes,

O movimento Negro é o protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento do conda sociedade, ao mito da democracia racial, demandando a implicação do Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais. Colaboram, para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para a educação das relações étnico-raciais na escola, nesse contexto, a marcha

Zumbi dos Palmares (1995), os dados sociodemográficos que demonstraram a condição de desigualdade racial divulgados pelo IPEA (2001), a realização da 3ª Conferência de Durban, a criação da SEPPIR (2003) e da SECAD (2004). (2012, p. 23).

A partir de 2003, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há conquista de políticas mais concretas destacado-se a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), no ano seguinte.

Estabelecendo o início desse marco positivo, com vistas a promover o encontro da população brasileira com suas raízes culturais, com os legados africanos e indígenas, foi necessária e ainda é, a construção de uma agenda de escuta, de discussões, debates, produções culturais e acadêmicas, iniciativas políticas, de modo a exaltar as memórias ocultadas e as identidades renegadas por um processo de colonização devastador. Início situando a importância do processo incansável de mobilização do Movimento Negro, que de forma consistente desloca o foco da hegemonia europeia articulando a retomada do protagonismo negro e consequentemente tenciona possibilidades de avanços em variadas frentes sociais e principalmente no que diz respeito implementação da educação das relações étnico-raciais.

Dito isso podemos pontuar conquistas e avanços que foram desdobrados em ocasião da criação de NEABIs em todo país, e em especial o NEABI em questão, que é o de Itiruçu, levando em consideração as contribuições reveladas pelos atores (estudantes, docente e secretárias) que participaram desta pesquisa e que deixaram impressas as suas considerações positivas acerca das ações desenvolvidas no núcleo. Ao perguntar sobre o que despertou o interesse dos estudantes para ingressarem no grupo de jovens do NEABI, obtivemos as seguintes respostas:

Porque nunca soube o que era NEABI e nem da existência desse grupo fixo no NEABI. Sempre joguei capoeira, participei de karatê, futebol e sempre fui muito ativo mas não sabia desse grupo de jovens como eu. Aí eu tive o interesse porque a professora Gil disse que lá teria capoeira, dança, recital e poderia tocar atabaques. (Mateus Aleluia, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Ah! Por ser preto de pele retinta, da comunidade periférica, e não ter voz ativa na cidade, eu achei que uma coisa que ensina a amar as coisas afro e indígena, que o povo diz que é do demônio, só para dizer que a gente é do lixo, sem valor, [...] uma coisa que enfrenta tudo para dá o nosso lugar de beleza, é, é, só poderia ser bom. Então eu como negro retinto não poderia ficar de fora. (Carlinhos Brown, entrevista realizada em novembro de 2022).

Sendo bem objetiva eu posso descrever assim: núcleo é composto por uma série de atividades e estudos, que desenvolvem o raciocínio lógico, argumentação crítica e conhecimentos de mundo, os quais visam estudos étnicos raciais e sociais através da arte, e isso me interessa muito. Disparei [...] Margareth Menezes, entrevista realizada em setembro de 2022).

Acho que algo específico não, mas o nome do núcleo, o significado, todas as palavras me fizeram perceber que era algo que eu não tinha conhecimento e despertou essa curiosidade de aprender mais sobre o assunto, até como forma de me identificar na sociedade. (Larissa Luz, entrevista realizada em agosto de 2022).

Peraí, como é a pergunta? (risos) Ah! O NEABI, primeiro, minha mãe me incentivou muito, né? Porque ela viu que era um lugar de conhecimento e aprendizado, onde eu ia aprender muitas coisas, que eu ia levar para a minha vida. E aí eu fui incentivada da minha mãe. E pelo fato do NEAB ele agregar as pessoas que são negras, e eu me considero uma pessoa negra, da raça negra, eu me interessei e aí eu quis participar. (Elza Soares, entrevista realizada em janeiro de 2022).

Porque através do grupo falava sobre cultura, recitais, danças [...] Ai meu Deus, você está me deixando maluca, viu! Identidades negras (Mariene de Castro, entrevista realizada em março de 2023).

Justamente a dança e por ter alunos da mesma idade que eu. (Sued Nunes, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Sobre dança, que eu sempre fui de me interessar bastante em dança, em recitais [...] foi meu primeiro interesse. (Virgínia Rodrigues entrevista realizada em dezembro de 2022).

Os estudantes trazem elementos que fazem parte de suas culturas e dos processos identitários e acabam por associarem aos temas desenvolvidos no núcleo, que no primeiro momento parece ter trazido para eles uma certa familiaridade, aguçando neles a curiosidade e a busca por ingressar no núcleo. A identificação com a capoeira, atabaques, a cor da pele e a questão social, a dança afro, as poesias marginais o autoreconhecimento de ser preto e preta, o entendimento talvez intuitivo, de coletivo de faixa etárias afins, são pontos que geraram possibilidades para a construção de um coletivo voltado à troca de experiências, saberes e para um trabalho antirracista no sistema de ensino de Itiruçu.

Ao dialogar com os estudantes para que eles pontuassem se após participarem do NEABI haviam percebido alguma transformação em sua consciência racial e qual contribuição para sua postura diante de estruturas racistas, obtivemos

as seguintes respostas:

Sim, eu mesmo passei a enxergar mais as coisas de racismo contra índio e preto como o povo fala né, e que eu mesmo repetia e, tipo assim né, eu não achava nada. Eu luto com uns caras bobos e machistas sabe como é né, eu vou levando na boa e explicando a amigos, as vezes até a namorada e familiares sobre coisas que aprendi e se a gente não tomar a dor, a gente também está se matando. Eu não posso acatar calado porque o tempo da escravidão já acabou como dizia vovó e vovô. É tipo assim, se eu calo, é, eu sustento os racistas, cada um é como é e ponto final. Eu não aceito racista também não. (Mateus Aleluia, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Sim eu creci, me fortaleci. As contribuições é que antes eu, eu era apenas mais um, e hoje, eu, eu luto e propago os nossos direitos, a nossa cultura, a nossa beleza, nossos saberes e histórias. Eu sei o meu lugar e quando tem racista eu olho no olho e do mesmo tamanho, de frente. (Carlinhos Brown, entrevista realizada em novembro de 2022).

Quando eu tinha 13 anos, me vi num embate, o qual uma pré-adolescente não deveria sentir, mas tudo o que sentia era desprezo e tristeza por tudo que eu era e representava, odiava minha personalidade, minha voz, agradecia do fundo do meu coração por não ser retinta (mesmo não sendo o suficiente), e a cima de tudo, odiava com todas as forças o meu cabelo, eu queria ser igual as coleguinhas brancas de cabelo liso e lábio finos, porque eram elas que os meninos rodeavam, eram elas que os professores achavam inteligentes, e nunca as vi serem "zoadas" pelos seus cabelos, nunca colocaram apelidos neles, nunca as vi chorando no banheiro, nem excluídas, o que sentia por eu mesma não era raiva, mil vezes pior, era desprezo, ao ponto de não querer mais sair de casa, não querer ver nem ser vista por alguém, minha alma se esvaia aos poucos todas as vezes que passava pelo processo de tortura em ser obrigada a conviver com todos aqueles que me fizeram acreditar que a minha existência não valia se quer um dia de paz, e isso é literalmente a morte num corpo que ainda deveria ter muito o que viver. Quando eu tinha 13 anos, me vi num embate o qual uma adolescente não deveria sentir, mas tudo o que sentia era Deus dizendo pra levantar da cama, enxugar todo aquele choro e me olhar no espelho, olhava e pensava "não é possível que eu seja tão horrorosa", depois de um tempo no espelho me dei conta que tinha duas opções: continuar morrendo ou viver mesmo que penosamente, sustentei a ideia de que se tudo estava acabando, então do que valiam essas pessoas? Me sustentei vivendo alheia e apática aos outros. No dia em que soube do NEABI, resolvi desafiar minha personalidade tímida e toda aquela vergonha, e por meio da convivência com todas aquelas pessoas de todas as cores, todas as realidades e pensamentos, todos nós, juntos dançando, cantando, berrando nossa beleza, nossa cultura, riqueza, arte e filosofia, finalmente me liberei. E através da poesia eu conseguia gritar toda aquela dor, eu não poderia achar poetiza melhor do que a Midria que dizia tudo sobre mim, não poderia encontrar lugar melhor para estar do que o NEABI, o núcleo me proporcionou perceber o quão

importante, digna e inteligente eu sou, hoje a Margareth de Black Power, que faz Direito, que anda de salto, impõe sua autoridade, mostra sua inteligência, e não abaixa a cabeça, abraça a Margareth de 13 anos que não sabia que sua descendência era a de rainhas luxuosas, nem que era possível se sentir tão poderosa sendo quem é [...] e pediria por mais melanina; católica que sou, não acredito em reencarnação, mas se por algum mistério de Deus a minha alma reencarnar, que venha num corpo tão preto quanto o sardônio carregando a coroa mais crespa que puder. Margareth Menezes, entrevista realizada em setembro de 2022).

Sem dúvida alguma, porque antes eu não tinha ideia do que isso significava. E a partir do momento em que eu entrei na NEAB, eu fui me conhecendo, fui aprendendo. Inclusive, aprendo até hoje novas coisas, novas possibilidades, novas [...] Enfim. Bom, a partir do momento que eu conheci sobre o assunto, eu sempre busquei compreender a vítima que sofre com racismo. Sempre busquei ajudar, sempre busquei corrigir até situações que ocorreram na minha própria família por falta de conhecimento, de estudo e tudo mais. (Larissa Luz, entrevista realizada em agosto de 2022).

Assim, antigamente eu não me achava preta, que eu achava que preta era um termo errôneo, e também não gostava que me chamassem de negra, porque eu era ignorante, eu não tinha o conhecimento que hoje tenho. Então, hoje eu sei que negro ele não é uma cor, é uma raça, então eu tenho orgulho de dizer que eu sou negra. Hoje eu não me considero de cor preta, mas eu sou uma pessoa de parda, mas se for para chamar uma pessoa de preta, eu não acho que é um preconceito. Preconceito é as pessoas falarem que preto é obscuro e relacionar o preto com uma coisa que fosse da maldade. Negativa, né? Uma coisa negativa. Uma coisa negativa. (Elza Soares, entrevista realizada em janeiro de 2022).

Sim. Quando alguém fala de cabelo ruim é uma forma de racismo. Então eu expliquei para minha família que isso é racismo, é uma forma de nos ridicularizar. Explico a minha própria família. (Mariene de Castro, entrevista realizada em março de 2023).

Sim. Provavelmente eu tentaria defender a pessoa, ou eu poderia falar sobre a pessoa que fez o comentário que está errado, tentaria pelo menos explicar o porquê está errado. Tomaria uma atitude porque hoje eu já aprendi [...] (Sued Nunes, entrevista realizada em dezembro de 2022).

O NEABI... O NEABI não... Me perdi na pergunta. Peraí. Um pouquinho só, gente. Então, quando a gente adentra espaços sociais, seja escola, secretarias, bancos, sei lá! É lugares, até festas, muita gente já tem um marcador com as pessoas pretas, que têm cabelos crespos, que moram em periferia, por exemplo. Isso é uma estrutura racista. Ah, eu fico... Aquilo fica me incomodando. Eu vejo e não pude fazer nada. Então, quando eu vejo, eu tento harmonizar mais a situação, chegar uma pessoa que está fazendo um ato e conversar, falar, ó, isso é uma coisa muito feia e, além de tudo, é criminosa, né? Porque a pessoa fazer racismo é crime. Então, tipo, eu mesma não aceito isso. A pessoa tá ali sofrendo racismo e eu

tocar só de longe, olhando e aceitando, porque se a gente não fazer nada, a gente tá aceitando aquilo. Então, pra mim, eu já tenho que fazer alguma coisa, tenho que ir lá, conversar com a pessoa, não julgar, mas simplesmente chegar, conversar, falar que é errado. E apoiar aquela outra pessoa que tá sofrendo racismo. Conversar com ela e falar que quando acontecer com ela, pra ela se defender e se aceitar da forma que ela é. (Virgínia Rodrigues entrevista realizada em dezembro de 2022).

Após a escuta dessas falas, é possível perceber avanços na maturidade e na percepção de mundo de todos os estudantes, mas começo destacando a história de vida de Margareth, que faz um recorte de sua infância até a sua efetiva participação no NEABI. Ela pontua como um divisor de águas para que ela pudesse perceber o quanto era potente, importante, capaz e linda, através das atividades pedagógicas desenvolvidas no coletivo de jovens do núcleo. A fala de Margarete é carregada de reflexos e reflexões de como o ideal europeu, que incutiram no imaginário da população brasileira em busca do branqueamento para ser aceita, ou se sentir gente, porque além da questão do branqueamento, animalizam as pessoas pretas e fazem com que nossos jovens se encontrem nessa seara de dúvidas sobre si mesmo e da falta de aceitação, como quem foge de um mal e por isso que é preciso:

[...] ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição (BRASIL, 2004, p. 11).

Margareth ainda descreve como a dinâmica ofertada pelo coletivo instituído no NEABI, com oficinas de interpretação, recital de poesias “marginais” dialogam com suas próprias histórias, relatando como isso foi e é libertador, pois essa metodologia de criar condições para esse estudante beber da fonte da literatura, expressa como o núcleo possibilitou espaços para outras aprendizagens, onde os estudantes podem desenvolver a autoestima e assumirem o seu protagonismo ao conhecer a sua verdadeira história. Elza Soares, assim como Margarete, não aceitava sua cor por conta das estruturas racistas, mas aprende no NEABI que a diversidade étnica é tão natural quanto a vida, a própria existência.

Mateus Aleluia, Larissa Luz e Sued Nunes ressaltam a importância do Núcleo para a compreensão acerca do “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2019) e como a partir dessa compreensão puderam colaborar com posturas antirracistas em outros espaços. Mariene de Castro chama atenção para como o racismo e o “preconceito

de marca” (NOGUEIRA, 2006) atuam sobre os corpos negros e do quanto o cabelo tem sido ocnado nesse processo. Contudo, a compreensão acerca do como o racismo e o preconceito racial atuam sobre os corpos negros implica na construção de estratégias voltadas ao seu combate, inclusive na própria família, no sentido de educá-la para o antirracismo, o que é fundamental. É nesse sentido que os corpos negros e o cabelo crespo se tornam símbolos da identidade negra positivada, como afirma Gomes (2017). Carlinhos afirma que depois da robustez que o NEABI o ofereceu, ele olha no olho da sociedade, do racista, enfrentando-os com dignidade. Por isso, segundo Gomes,

Na medida em que se afirmam sujeitos de história, conhecimento e culturas, as negras e os negros afirmam e reafirmam outras formas alternativas de ser humanos, sujeitos de direitos e de conhecimento ainda não reconhecidos pelas concepções hegemônicas de humanidade, cidadania e ciência (2017, p. 91).

Para Virginia Rodrigues, o fato de negros e negras residirem em região de periferia já os coloca em uma posição de desvantagem e alvo preferenciais do racismo. A compreensão desse fenômeno possibilita-lhe construir um olhar mais atento e, com isso, formas de intervenção frente a situações de preconceito racial e racismo.

Muitas escolas reproduzem e reforçam, nas práticas escolares, aspectos da colonialidade do poder, do saber e do ser (MALDONADO-TORRES; 2019). As atividades, projetos e ações realizadas pelo NEABI atuam na contramão dessas práticas excludentes e racistas, posto que problematizam as dimensões das colonialidades e do racismo epistêmico, atendendo, nesse sentido, às determinações das leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008.

Das atividades desenvolvidas pelo NEABI, 06 estudantes afirmaram de identificar com as oficinas de recitação, que acontece rotineiramente, como uma atividade de destaque, sendo justificada a escolha por representar o grito de liberdade, a potência da voz por muitas vezes silenciadas dentro das próprias escolas, a possibilidade dos sentimentos serem expressados através das histórias narradas nas literaturas, bem como através dos versos das poesias que exaltam as culturas dos negros e negras; 02 estudantes fizeram referência às atividades de dança e o que elas possibilitam em termos de compreensão das relações raciais, a partir da compreensão das letras das músicas que são encenadas, além do movimento corporal que também fala e é lido por quem assiste. Gomes (2017) afirma

que dentre os saberes produzidos pelo negro no Brasil merecem destaque os saberes identitários, os políticos e os estéticos corpóreos. É possível afirmar que o NEABI tem atuado, sobretudo, nessas três dimensões, como temos demonstrado, deixando marcas indelévels nos estudantes, conforme apresentado abaixo:

Me deixaram marcas, [...] muitas marcas. É, eu pude interagir com jovens de outras cidades e ensinar, e aprender, conhecer o que era território de identidade que a professora Gilvânia falava e eu ainda não tinha noção, porque antes, na aula de geografia, história esse negócio meio embaçado assim, falava assim: Vale do Jiquiriça, e eu achava que era outro lugar longe de mim (risos), é até engraçado. Depois eu conheci o significado que é nossa identidade, onde temos coisas em comum, tipo assim, a cultura, tem uma a ver com a outra, as cidades estão em comunicação por causa da identidade delas e nossa, é, tipo isso eu aprendi muito bem no NEABI. Me marcou o palco da UESB que fomos aplaudidos de pé quando apresentamos uma montagem de cota não é esmola, foi tudo de bom. O Desfile eu me realizei, em Jaguaquara nos colégios, em Ubaíra, na feira de artesanato e no evento dos menestréis que agora me esqueci o nome. E no nosso NOBRE AFRO que é nosso e de todos né pró! (Mateus Aleluia, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Me deixaram marcas de que eu contribuí, e as aulas, encontros, projetos, contribuíram para o meu conhecimento. Porque quando eu estou na frente eu ali sou responsável não só para apresentar, eu sou também responsável por aprender e por motivar o conteúdo para os outros aprenderem que é isso que o NEABI faz com a gente. O NEABI faz a gente ser mais responsável e entra na roda e ginga para não cair e nem derrubar ninguém. (risos) (Carlinhos Brown, entrevista realizada em novembro de 2022).

Os eventos promovidos pelo NEABI e nossas participações em outros, agregam de maneira significativa, em minha vida. É posso dizer que desenvolvem a autoestima e senso de importância de mim mesma. A primeira vez em que um evento me marcou, foi a semana da pertença, na UESB de Jequié-Ba, em uma recitação da poesia "A menina que nasceu sem cor" da poetisa Midria Silva Pereira, a qual se trata do colorismo e como as pessoas pretas, é, não retintas [...] são vistas no Brasil. O acolhimento, apoio e senso de pertencimento daquele lugar, me libertou das limitações que eu estava condicionada. (Margareth Menezes, entrevista realizada em setembro de 2022).

Deixa satisfatória porque é um momento de interação entre todos os integrantes do grupo e todas as pessoas que não são integrantes, mas têm interesse em conversar a partir de lá. A partir de certas atividades, então, sim, bem satisfatória. (Larissa Luz, entrevista realizada em agosto de 2022).

Sim, porque sempre eu fui carregando algum conhecimento dos lugares que eu frequentei durante o NEABI, como a Pertença Negra, onde eu vi várias pessoas de etnias diferentes se relacionando e ali

foi um mundo completamente novo. Uma das Pertencas Negras foi na faculdade hoje, onde eu estudo, a UESB de Jequié e ali eu já [...] no primeiro momento que eu fui na faculdade fazer apresentação com o NEABI, eu já tive um foco que ali poderia ser o lugar que eu fosse estudar, porque a professora sempre deixou isso claro, que o nosso lugar é sempre onde a gente quisesse, que a gente poderia se encaixar em qualquer tipo de lugar, que a gente tinha esse direito e isso me deixou marcas. (Elza Soares, entrevista realizada em janeiro de 2022).

Sim. Porque eu tinha voz e poderia me expressar. (Mariene de Castro, entrevista realizada em março de 2023).

Deixaram. Perder vergonha sobre atividades em público, como a do São Pedro. Eu participei da dança do São Pedro, típica daqui de Itiruçu, e fez eu perder vergonha bastante. A questão da timidez, de não se encontrar num lugar, achar que você não tem como estar naquele lugar. E através do NEABI você está num lugar e inclusive ser aplaudida nesse lugar. (Sued Nunes, entrevista realizada em dezembro de 2022).

Sim, muito. Como? Desfiles, apresentações que a gente fica reconhecida, não por mídia, mas por passar mensagem para as pessoas. Tipo, mensagens muito boas, mensagens de aprendizagem para a gente levar para a vida toda. (Virgínia Rodrigues entrevista realizada em dezembro de 2022)

Nesta seção os estudantes elencam uma série de atividades antirracistas e decoloniais que foram dando corpo ao arcabouço didático e metodológico desenvolvidos no contexto da educação para as relações étnico-raciais no NEABI.

Entre as ações de maior relevância que ficaram e ficam na memória desses estudantes está a Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira desenvolvida pelo ODEERE – UESB, onde grupo Filhos da Luz participou por 06 anos consecutivos, a partir de 2017, levando uma montagem cultural para reflexão de temas que se associavam aos temas do evento, possibilitando uma interlocução eficiente entre os estudantes e o meio acadêmico.

Foram citadas também feira de artesanato, desfile cívico e o projeto NOBRE AFRO como um lugar onde eles ventilaram e ventilam suas habilidades de comunicação, para levarem a mensagem de que todos precisam se envolver no processo de decolonização do conhecimento popular, da educação formal, institucional e dos espaços que abrigam as diversas formas de ser e de viver, potencializado o movimento de igualdade e respeito às diversidades culturais e identitárias.

Figura 28 - Participação do NEABI nos desfiles cívicos



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Mateus Aleluia e Virgínia Rodrigues citaram os desfiles cívicos, onde o coletivo participou como ala de abertura, justamente pelo nível de maturidade e compreensão da temática desenvolvida pela SEMEC para qua a comunidade pudesse interagir e se sentir também incluída.

Esses desfiles foram realizados no dia da comemoração de emancipação política do município, que ocorre todo 1º de setembro de cada ano. O primeiro, em 2017, desenvolveu o tema “Miscigenação, Itiruçu te abraça”, fazendo analogia aos três grupos étnicos que evidentemente se destacam na formação e desenvolvimento da cidade que são afrodescendentes, remanescentes indígenas e italianos.

O NEABI trouxe a referencia de várias etnias africanas e indígenas que habitaram a Bahia, em especial a macroregião Sudoeste da Bahia, expressando as línguas, vestimentas, danças, gastronomia, culturas que se expressam em nosso jeito de ser, de saber e de viver.

Em 2019 o tema foi “Itiruçu Celebra o Amor” e nós do NEABI declaramos nosso amor por Itiruçu, na perspectiva de falar da diversidade que compõe o lugar, de valorizar as pessoas pretas marginalizadas e invisibilizadas que contribuem diariamente com seus saberes e árduo suor para o desenvolvimento da cidade, mas não tem seus nomes evidenciados em lugar de privilégio.

Figura 29 - Participação do NEABI nos desfiles cívicos



Fonte: Acervo pessoal (2019)

Nosso amor foi declarado através das coreografias e recitações que ocorrerem durante o percurso, trazendo reflexões para que a magia do amor se tornasse real, sem gerar exclusões e sem os racismos que nos matam e impedem o desenvolvimento integral da sociedade.

Ainda sobre as declarações dos estudantes, Margareth Menezes demonstra maturidade quando trata a questão do colorismo no Brasil, que foi despertado justamente em uma atividade de literatura. Esse branqueamento que desde o século XIX surge como projeto de mestiçagem e incentivos para a vinda de imigrantes italianos e alemães para o Brasil, no intuito de embranquecer a população e atingir um ideal europeu, onde a branquitude normativa coloca o branco como ser humano dotado de superioridade que, conseqüentemente, desumaniza e desqualifica o indivíduo para atuar na dominação colonial.

Por fim, Elza Soares pontua que durante as atividades do NEABI em intercâmbio com o ODEERE, ela descobre e firma o propósito de que aquele era o seu lugar, sendo hoje graduanda na UESB, onde ingressou através das cotas raciais.

Com o intuito de investigar se o NEABI provocou mudanças e promoveu avanços para a rede de educação de Itiruçu, perguntou-se à docente e as secretárias de educação se consideravam importante o trabalho com a educação das relações

étnico-raciais desenvolvido pelo NEABI.

Sim, sim. É como eu acabei de dizer, é um trabalho bonito, é um trabalho que nos leva a nos reconhecer nossa pertença como negros, como negras. E é daí que a gente vê nossa valorização ao aceitar a gente como é. Tanto eu, que já estou numa idade, não estou velha, mas estou em meia-idade, como esses jovens, crianças, a gente vê a diferença deles antes e o hoje, depois de um estudo desse, de se reconhecer sua cor de pele, seu cabelo, enfim. Eu acho isso muito interessante e é uma valorização enorme. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

Sou uma mulher negra né! Tenho uma filha e vou ensinando a ela. Ela pergunta: Tu é preta? Eu sou marrom. Eu sempre vou dando material didático para ela colorir de tons marrons, pretos, para não ficar aquela coisa do lápis cor de pele, que é rosa e ela não se vê. Então é muito importante desde pequeninos já se verem. Quantos só se descobrem pretos quando adultos né? Como professora de história, o livro não traz outras histórias, fica muito oculto e restrito a escravidão. Então o trabalho do NEABI é fundamental. (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

Sim, fundamental para um resgate, acho essencial, porque eram temas que não vinham sendo discutidos e hoje nós temos a preocupação de discutir desde a educação infantil até as séries finais do Fundamental II. Não pode ser mais um tema oculto e escondido, porque faz parte do nosso cotidiano e faz parte da nossa formação do povo brasileiro. Se nós somos um povo miscigenado, cabe a nós tratarmos de todas as raças, todas as cores, todas as etnias. (Tais Araújo, entrevista realizada em novembro de 2023).

A incorporação da educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar estabelece um marco positivo de possibilidade de que o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira seja disponibilizado aos estudantes de uma forma geral, mas principalmente aos negros, proporcionando que os mesmos possam de acordo com a lei,

[...] cursarem cada um dos níveis de ensino em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas do conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais. (BRASIL, 2004, p. 12).

Tais Araújo ressalta a preocupação sobre a temática das relações étnico-raciais que deve ser tratada desde a educação infantil. Chica apresenta um exemplo interessante de como tem lidado com sua filha, como uma mulher que se reconhece preta, desenvolvendo o letramento racial desde cedo, para que a filha também possa

se reconhecer com tal. Marise de Santana ressalta a importância das ações do NEABI, apresentando como exemplo o fato de que muitos jovens vêm assumido sua identidade racial com orgulho e autoaceitação. Dando continuidade à importância das ações do NEABI para a educação das relações étnico-raciais, elas afirmam:

Ah, sou apaixonada! Falar do NEABI, o antes e o hoje, o antes foi porque foi criado e eu estava lá, e o NEABI e hoje eu sou apaixonada. Quando bate ali qualquer coisinha assim, eu só não estou lá, se eu tiver mesmo a trabalho, mas eu sou apaixonada pelo NEABI. O trabalho do NEABI hoje é nota 10, 10 porque não pode dar mais, é aqueles meninos se reconhecendo, aquele jovem recitando, e é uma coisa assim incrível, só quem conhece e vê que vai saber descrever o que é o NEABI. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

Como eu te disse, eu nunca me envolvi tanto com o núcleo, a não ser a partir dos meus alunos e de conversas muito rápidas com coordenação, contigo no corredor e tal, mas assim, eu nunca me envolvi de fato. Mas me chama muita atenção por conta das falas dos meus alunos. E como em história a gente trabalha muito nessa questão do negro, aí eles sempre fazem uma referência ao NEABI, aí fazem referência a um poema que foi dito, aí fazem referência a um autor negro, alguém que defende, alguém que tinha uma causa que defendia. Então, como é a pergunta mesmo? Como você descreve a atividade? Eu penso que para os alunos, para os meus professores também, claro, mas para os alunos, nas minhas aulas de história, o NEAB conta muito. Porque soma, sabe? Quando a gente começa a trabalhar sobre os negros, e aí eles falam sobre essa valorização, sobre essa importância de nós nos vermos com os olhos que a sociedade não nos vê. Então, eu acho bem interessante. E eu acredito que, assim, vai se aperfeiçoando, né? E vai chegar um momento em que não será mais visto somente como um grupo da professora Gilvânia. E sim, da professora Gilvânia que trabalha no NEAB, e que os meninos se empenham. E eu acredito que isso será visto por todo mundo. Eu acho que já é visto pelos pais, já é visto por um grupo. Mas, como eu te falei, eu acho que a implantação do componente curricular vai trazer uma visibilidade maior para o grupo do NEABI, porque serão todos, não é somente alguns, são todos os alunos do município. Vai ser implantado desde o sexto? Sexto ou desde o primeiro? Então, eu acredito que a visibilidade, não a visibilidade de ser visto somente, mas de ser percebido, da importância e da importância deles. Porque já cumpre a lei de 2003 também, né? Então a gente consegue com mais facilidade. (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

Usando muito estudo, pesquisa, ludicidade, participação da comunidade escolar e também do entorno, porque hoje é convidado para fazer parte desses estudos, não só as pessoas que estão dentro do processo direto da educação, mas também aquelas notórias saber, a valorização da cultura, a questão do estudo dos seus antepassados, a busca e o resgate por algo que nossos alunos tinham como desconhecido dentro da própria ancestralidade e também o desenvolvimento dos nossos alunos dentro das outras

disciplinas, porque isso é notório e é discutido que os alunos que participam hoje diretamente do Núcleo de Estudo Afro-Indígena, Brasileiro Afro-Indígena, eles têm um potencial totalmente de referência dentro das atividades das outras disciplinas do nosso currículo na escola. Eles também têm uma participação muito direta na cultura do município, onde eles têm levado muito dos seus aprendizados dentro do Núcleo para outra cidade, como eu volto a dizer, do vale, da região e hoje até na própria universidade. E a gente ainda vai além, além da UESB, nós também temos a UEFS, a universidade que está com o Polo, do PARFOR, dentro do nosso município, onde a coordenação, professores e alunos do Núcleo participam diretamente. Já houve apresentação de trabalho, participação dentro da proposta, com participação dentro da proposta do Polo, do PARFOR, em aulas, em estudos, em atividades, isso também tem levado esses alunos a ter uma visão muito mais ampla do que seja da proposta do NEAB dentro do nosso município, dentro da nossa educação. (Taís Araújo, entrevista realizada em novembro de 2023).

Avanços e possibilidades, é sobre isso que as professoras pontuam quando destacam o importante papel do NEABI para implementação da EREER e de como essas atividades promovem um debate positivo, onde os estudantes aprendem e, para além, conseguem multiplicar nas salas de aulas regulares, na cidade, no território de identidade e até nas atividades das universidades, como é explicitado por Taís Araújo. A aprovação pelo CME do componente Educação Afro-Brasileira e Indígena que será implantado do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental é citada como fator positivo, pois há essa necessidade para garantir a efetivação das leis que tratam da EREER e que por muitas vezes ficavam em segundo plano. Como os estudantes pontuaram, a recitação como uma marca positiva em suas aprendizagens, é importante enfatizar que as professoras também reconhecem as habilidades desses estudantes para a leitura e interpretação de literaturas e estas são elencadas como contribuidoras para esse empoderamento que destacam os estudantes diante dos demais. Por fim, perguntamos: qual a importância de espaço como o NEABI para Itiruçu?

A existência do NEABI é isso, é conceito que está aí, nunca acabou e ele não acaba, mas esse NEABI tem “abrido” os olhos, como eu acabei de dizer, de muitos, principalmente desse jovem e criança, que a gente tem que começar com eles desde pequenininho, para não acontecer o que acontece hoje, nos dias de hoje, a gente tem que pegar a base dos pequenininhos, do maternal e ir levando. E esse espaço hoje deu essa [...], como é que eu falo mesmo [...], essa fortaleza de reconhecimento. Então o NEABI hoje é preciso ser enxergado, ele é preciso ter seu espaço para cada dia ele crescer mais, se expandir, porque é isso que o NEABI merece e desse jeito eu não vou dizer que vai acabar o racismo, o preconceito não vai

acabar, mas a gente, como os negros na sociedade, vai saber se defender e se reconhecer na sociedade. (Marise de Santana, entrevista realizada em março de 2023).

A gente está estudando agora, no nono ano, sobre a Primeira República. E a gente está estudando, falando aí, falando assim [...] ah, e aí, mais uma constituição onde negros, mulheres, indígenas, ficam excluídos ou, pelo menos, nem são citados na Constituição. E aí, os ministros trazem sempre alguma discussão em torno do, do NEABI. E parece redundante o que eu falo. Mas eu percebo, como professora, a importância do grupo. Percebo, não somente essa questão do eu negro. Mas eu, ser humano. Eu, gente, que tem pessoas [...] tem alguns alunos que lá, que não são da cor negra. A pele não é negra. Não é isso? Estão contigo, mas a cor da pele não é negra. Não, Não, não é. Então, mas esse [...] estão. E aí, não é somente aquele que se identifica como negro, que ele se sentia diminuído dentro da sociedade. Mas também os outros ditos morenos. E todos os outros nomes que se dão, né? Quando eu falo para eles, eu falo assim, eu sou negra. Não, professora, é morena. Porque a senhora não toma sol [...]. Eu falo assim, ah, é! A senhora toma um sol aí, porque não é tão preta, não? (Risos). Então, assim, mesmo esses que não se identificam um grupo no salão, e eu falei, gente, aí vocês vão falar e tal e tal. E alguns que ainda liam com o papel na cara, mas outros que já davam um passo à frente para dizer: É a minha vez de falar, sou eu que estou falando! Então, eu acho que soma muito. Obrigada pelo seu trabalho! Obrigada pela sua participação como professora comunitária. Uma das dificuldades que eu sei que você encontra, “em sala de aula, os alunos são obrigados”, entre aspas, a me ouvir, eu sou professora de História, eu estou falando ali que eles têm essa obrigação de ser o aluno que está prestando atenção, de estar participando. E um grupo de voluntários vai quem quer, eu acho que é muito mais difícil trabalhar com isso. Então, ter a disponibilidade e ter essa [...] Cadê Gilvânia agora? Cadê? Ele está aqui, está ali, está não sei aonde. E hoje, sem esse espaço seu, eu creio que deve ser muito difícil para você. Mas é o Senhor dando graça e coragem e força para enfrentar as dificuldades. Eu tenho percebido, minha visão de professora, tenho percebido a diferença que o NEABI e que você, eu falo você, eu sei que tem outras pessoas que trabalham com você, não é um trabalho só seu. Aí tu vai dizer igual a mim, não, é só eu. Mas tem outras pessoas que trabalham com você, mas hoje você é responsável pelo grupo do NEABI. Então, a gente tem muito a agradecer a você nessa conquista dos meninos, “destacante” de serviço, de autoestima, de autovalorização, de dizer: Não! Mas mesmo eu ter, na minha história alguém que deve ter sido escravizado, mas eu estou aqui hoje e é por conta disso. É a minha ancestralidade, a minha história, eu acho isso bem interessante. Parabéns, tá? Por seu trabalho como negro, mas eu percebo, neles, a importância como pessoa. Como gente de ser visto, o aluno pobre, que mesmo não sendo o negro, que a gente fala que é preto, pobre e tal, mas não é somente o negro na cor. Mas, assim, eu posso participar, eu consigo declamar. E essa é a questão. Eu sempre trago um texto, alguma coisa, a gente quem fala [...] Aí alguém vem e diz assim: professora, “fulana” do NEABI, tem mais facilidade em falar. “Ciclana” do NEABI, tem mais facilidade em falar. E assim, eles vão mesmo à frente e falam e dizem. Então, eu creio

que é bem interessante para o nosso município. E soma muito na [...] em autoconhecimento. Mas também nessa autoestima. De dizer, eu sou percebida, eu estou aqui, eu consigo fazer. Alunos que, antes, liam com o papel na cara, e que hoje vão na frente e dão um passo à frente. Eu acho interessante esse dar um passo à frente. Uma vez eu coloquei uma atividade no salão e os alunos do NEABI davam um passo à frente com a cabeça erguida, dizendo, agora é a minha vez, eu consigo, eu tenho direito, eu posso, eu sou importante. Acho isso muito interessante, a segurança. (Chica Xavier, entrevista realizada em março de 2023).

É descortinar que o preconceito existe, que a gente precisa tratar da temática com responsabilidade e entendimento de que nossos alunos precisam ter o conhecimento para que no futuro nossa sociedade seja uma sociedade menos, talvez, quem sabe, sem o racismo, que seria um sonho, mas talvez que tenha mais conhecimento de não cometer até involuntariamente atos racistas por falta de conhecimento. Então nós precisamos educar nossas crianças, ensiná-las, mostrar para elas o que o racismo existe, mas que ele não pode perdurar. Que nós possamos olhar para frente na educação do nosso município e ver que o NEABI, o Núcleo de Estudo Afro-Indígena, Brasileiro-Indígena, vem contribuir para que nossos jovens cheguem nos espaços e eles se sintam tão iguais e tão capazes quanto o branco que dominou até os dias atuais como a supremacia, deixando a cor falar diante da capacidade, das habilidades e da brilhante atuação de jovens que muitas vezes foram colocados de lado simplesmente por serem pretos. (Taís Araújo, entrevista realizada em novembro de 2023).

Os fatos relatados pelas docentes também nos ensinam que a abordagem do tema da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar apresenta um questionamento às formas de ver o mundo e atribuir sentido às relações sociais e ao processo de colonialidade que os povos africanos, afrodescendentes e indígenas têm se submetido há mais de quinhentos anos, em todos os espaços sociais e do conhecimento, e em especial, a educação básica. Por isso é importante ter ciência de como opera a colonialidade, inclusive citada por Marise quando diz que o racismo não vai acabar, mas que é preciso que os negros aprendam sobre si e assim consigam também se defender, se articular socialmente, para conseguir enfrentar essas estruturas e que os sistemas educacionais possam promover ações afirmativas que ultrapassem os muros das escolas, haja vista que tal movimento segregador acontece também nos espaços midiáticos, de trabalho, na família, nas manifestações culturais e religiosas, pois a epistemologia do colonizador ficou impregnada em nossas mentes, em nossos imaginários, em nossas formas de ser, de viver e de pensar. Segundo Quijano (2007, p. 84)

a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do

padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos da existência social, cotidiana e da escala societal, origina-se e mundializa-se a partir da América.

Maldonado-Torres (2007) chama a atenção para os efeitos da colonialidade do saber nas instituições escolares, uma vez que ela determina, inclusive, metodologias e avaliações excludentes que atendem à meritocracia e que invalidam saberes outros que não se aproximem do ideal europeu. É nesse sentido que, segundo ele,

A colonialidade se manteve viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em todos outros aspectos de nossa experiência moderna. Enfim, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

A narrativa de Chica Xavier demonstra a compreensão de que no Brasil, esse conjunto de conhecimentos citados por Maldonado-Torres, também foi imposto aos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, como únicos conhecimentos importantes, úteis, produtivos e verdadeiros e por isso ela, como ex secretária de educação, participa da construção e compreende a importância da implantação de um NEABI municipal. Atualmente, como professora de história, pontua avanços dos estudantes na valorização de suas identidades negras, a melhoria da autoestima, inclusive na execução de atividades em sala de aula onde os estudantes do núcleo não se colocam no lugar de oprimidos e sim de construtores de suas histórias, representando orgulhosamente as ancestralidades, como quem diz "é a minha vez de falar, sou eu que estou falando", e tenho que ser respeitado.

Tais Araújo acredita que o NEABI possibilita e possibilitará cada vez mais aos jovens descortinar os racismos e com isso erradicar a supremacia da branquitude, através de uma pedagogia antirracista. A partir das ações afirmativas do NEABI, intensificamos a ideia de descolonização da educação, dos currículos e das práticas pedagógicas eurocentradas.

Para Grosfoguel (2007) a ausência de referenciais epistemológicos outros, nos materiais didáticos, nos contextos culturais, históricos e sociais, chama-se racismo epistêmico, que tem a função colonizadora e,

opera privilegiando as políticas identitárias dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimento e como o único com capacidade de acesso a “universidade” e a “verdade”. O racismo considera os conhecimentos não ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais. (2007, p. 32).

Taís Araújo, na posição de Secretária de Educação, compreende o papel do NEABI e, conseqüentemente, a necessidade de investimento em uma educação antirracista. Chica Xavier reconhece como importante o trabalho de uma professora ativista e antirracista, sobretudo para fortalecer os estudantes quanto as suas identidades étnicas e reconhecimento da importância de suas ancestralidades.

De modo geral, identificamos que as percepções dos docentes bem como dos estudantes entrevistados apontam que as políticas de Ações Afirmativas desenvolvidas no NEABI impactaram positivamente na educação para as relações étnico-racial, apresentando algumas reverberações nos processos formativos, já que os professores começam a perceber resultados positivos tanto em sua formação acadêmica quanto na aprendizagem dos estudantes, que começam a trazer suas experiências para a sala de aula, educando-se entre pares, mas também construindo redes que se deslocam para a além da sala de aula, produzindo uma “Pedagogia da Diversidade” (GOMES, 2017) em que todos se educam, negros e não negros, professores(as) e estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação para as relações étnico-raciais é uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, sistematizada principalmente pela ação do Movimento Negro Unificado, que se constituiu em fins da década de 1970 como precursor dessa discussão, tendo como objetivo a superação do racismo e a reeducação da sociedade brasileira e de suas instituições, em especial a escolar (GOMES, 2017). Dessa forma, segundo Gomes (2022, p. 27), “no seu papel educativo, ele educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africano”. Com essa perspectiva, não só formula e constrói pedagogias, mas antecipa, do ponto de vista político e pedagógico, o debate sobre educação antirracista e a perspectiva da decolonialidade para o campo educacional. Não é à toa que nesta pesquisa acionamos e colocamos em diálogo, do ponto de vista teórico e pedagógico, a perspectiva da decolonialidade e da educação antirracista, tendo como objeto de estudo o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena constituído na rede de ensino do Município de Itiruçu-BA.

Sob a ótica de que o racismo presente na sociedade brasileira é uma forte expressão da colonialidade, em suas diferentes dimensões, ou seja, do saber, do ser e do poder, contra o qual o Movimento Negro tem lutado há décadas, no campo da educação, a aprovação da Lei 10.639/03 é fruto da luta desse ator político para a construção de uma educação antirracista e descolonizadora dos currículos escolares conforme Gomes (2017). É por isso que o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2013), reconhece os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas como espaços apropriados para a elaboração de material didático, de ações e projetos educativos e de políticas voltadas à formação professores no que concerne à educação para as relações étnico-raciais.

Segundo Gomes e Jesus (2013), para que se possa avançar na compreensão e na avaliação dos processos de implementação de uma educação antirracista, a partir do que determinam a Lei n. 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, faz-se necessário entender a perspectiva dos diferentes sujeitos que compõem o campo educacional, a exemplo de gestores, estudantes e professores no tocante à educação para as relações étnico-raciais. Faz-se necessário, ademais, avaliar os

limites e os avanços das políticas e das práticas pedagógicas que têm por finalidade combater o racismo nas instituições escolares.

Dito isso, a partir das perspectivas de inacabamentos e potências dessa pesquisa, que aborda o trabalho insurgente e decolonial desenvolvido pelo NEABI de Itiruçu – BA, busca-se romper com a lógica acadêmica hegemônica de produção de conhecimento.

Ao realizar essa pesquisa intitulada Educação, Antirracismo e Insurgência Decolonial no núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas de Itiruçu-BA, foi possível potencializar rupturas com a perspectiva de currículo eurocêntrico e fazer conhecer ações, projetos, articulações, mobilizações e construção de práticas pedagógicas decoloniais executadas pelo NEABI, que se configuram como um dos princípios emancipatórios de resistência, ou como afirma Walter D. Mignolo (2008), práticas de “desobediência epistêmica”, que versam sobre a descolonização do conhecimento. Sendo que essa premissa, que constitui a essência do Núcleo, colabora para o tombamento das categorias estigmatizadoras e para o vicejar de uma educação na qual os sujeitos possam falar e ser ouvidos, de modo a se compreender como atores de suas histórias.

Ao mobilizar os sujeitos que contribuíram para essa pesquisa, houve também um despertar da sociedade e da rede de educação do município de Itiruçu para a valorização do NEABI, haja vista que o mesmo se tornou objeto de pesquisa e de interesse da academia.

Acredito que a relevância atribuída ao Núcleo, a partir do evidenciamento e da relação estabelecida com o Órgão de Educação para as Relações Étnicas da UESB, e a mobilização dos estudantes, agora mais engajados nas ações e projetos e no fazer ouvir as suas vozes e demandas, tenha contribuído para que o poder público nos notasse de forma concreta e com isso possibilitasse o objeto de reivindicação e desejo de todos e todas que integram o núcleo, que é a sede própria, tendo em vista a inexistência dessa, desde a sua fundação. Agora em 1º de setembro, aniversário de emancipação política da cidade, ganhamos um prédio, uma antiga escola desativada, situado na periferia, na encruzilhada, na maior avenida e a mais negra da cidade. Acho que os ancestrais apontaram os caminhos e concluímos essa pesquisa com novas potencialidades a partir de um lugar que podemos desenvolver atividades outras, que outrora a nós era limitado, porque produzir corpos e mentes colonizadas ainda tem sido uma estratégia do racismo,

que atua na produção das ausências, invisibilizando sujeitos e seus modos de conhecimento e, com isso, distanciando a população negra de suas raízes, pertencimento, existência e memórias.

Embora o Estado brasileiro seja deficitário quanto a políticas efetivamente antirracistas, ainda temos longos caminhos a percorrer. Contudo, podemos afirmar que as ações desenvolvidas pelo NEABI tem possibilitado a descolonização dos conhecimentos dos envolvidos nas atividades ofertadas e fortalecido as identidades e o pertencimento étnico-racial dos estudantes. O Núcleo, nesse sentido, ganha o status de centro da produção epistemológica, fazendo emergir saberes outros, em diálogo com uma educação decolonial e antirracista, em que os estudantes assumem posição central, inclusive no sentido de educar suas famílias, seus pares e professores.

A pesquisa revela que o NEABI provoca um movimento contrário à da ideologia do branqueamento, da conformação e negação do racismo. Em suas narrativas, os estudantes descortinam a face cruel das colonialidades e suas consequências, como a negação do seu pertencimento e de suas identidades étnico-raciais, que serão reelaboradas, de forma positiva, a partir da participação no Núcleo e do envolvimento nas ações e projetos por ele executados, como o Movimento Fio a Fio e o Projeto Nobre Afro. O Núcleo tem possibilitado tanto o enegrecimento da educação, do currículo e das práticas pedagógicas, como também um enegrecimento das identidades e do pertencimento étnico-racial dos sujeitos que dele fazem parte.

No percurso da educação antirracista ofertado para eles e elas, permite-se que o orgulho de ser, de saber e de poder ser negro vá tomando forma e se concretize na autonomia e empoderamento que são revelados na atuação destes estudantes na sala de aula, em espaços diversos da sociedade, bem como em suas famílias. Permite-se, também, construir saberes que preservam a identidade, a história e memória dos ancestrais e nossa cultura negra e indígena, que certamente se multiplicam num movimento que não há como mensurar nem retroceder.

Há, ainda, muito o que ser feito, mas as estratégias de resistência também se reformulam e se fortalecem através dos diversos projetos e espaços acessados como rede de apoio, trocas e produção de conhecimentos. Por isso que o movimento que o NEABI impulsiona desenvolve em mim e nos demais sujeitos envolvidos na pesquisa, o orgulho e liberdade da autodeclaração da negritude e com isso seguimos

in subordinados às colonialidades e seus efeitos que continuam, certamente, produzindo violências, genocídios, epistemicídios.

Fica evidenciado que saberes outros são valorizados e, partir deles, construídas as possibilidades de acessar conhecimentos que a escola de tradição “colonial” não consegue ofertar.

A realização de fóruns, seminários, projetos estruturantes, desfiles afro, montagens artísticas e culturais em variados espaços, contribuem para a efetivação da educação antirracista que promove desde a formação de professores, ao protagonismo dos estudantes. São marcas do NEABI de Itiruçu, que de fato se torna referência no Território de Identidade Vale do Jiquiriça, pois legitima a política pública pautada nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 e, para além disso, viabiliza a política da igualdade racial, socioeconômica, educacional, da superação do racismo e do desenvolvimento da sociedade como um todo, porque uma sociedade pautada na segregação está fadada ao atraso.

Decolonizar a educação é urgente e isso tem sido papel incansável do NEABI. Contudo, só será possível em um movimento que valorize as perspectivas das diferenças culturais como possibilidade para protagonismos de negros e indígenas, pautadas nas epistemologias decoloniais, que de forma insurgente abraça as subjetividades como uma seara revolucionária e dialógica para as relações raciais. Que nossa escrita seja um registro potente de ações e de relato de pessoas que se permitiram beber da fonte da educação antirracista e para além dela, acionando o ativismo decolonial como o dispositivo capaz de transformar a sociedade e a educação, com saberes outros, que já não são mais subalternizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Póle, 2019.

AMADO, João; COSTA, António Pedro; CRUSOÉ, Nilma. A técnica da análise do conteúdo. In: AMADO, João (Org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 3 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia par assuntos jurídicos. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. CNE/CP 003/2004, aprovado em 10/03/2004. **Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

CANEN, Ana. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**, a. 22, n. 77, p. 207-227, Dez/2001.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s):** questões e propostas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática crítica intercultural:** aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Diferenças culturais e educação:** construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FERNANDES, Alexsandra Borges (Orgs.). **Relações Étnico-raciais e educação no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FERNANDES, F. **O significado do protesto negro.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FERNANDES, O. O Conceito de Hegemonia na Luta contra o Racismo no Brasil: a função dos NEABs. **Caderno do Centro de Estudos Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [SYN]THESIS,** Rio de Janeiro, Vol 7, n.2, p. 191-205, 2014.

FERREIRA, Anne de Matos S.; COELHO, Wilma de Nazaré B. Ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) institucionalizados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) no período de 2006 a 2017. **Revista Exitus,** v. 9, n. 5, 215-242, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nilma L. **A questão racial na escola:** desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antonio F; CANDAU, Vera M. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. Petrópolis

(RJ): Vozes, 2008. p.67-89.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. *In*: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges (Orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção de conhecimento: algumas reflexões para a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010a.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze; MADONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: releituras, encontros e trocas de saberes. *In*: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos** Currículo sem fronteiras, v.12, n.1, p.98-109, jan./ abril, 2012.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e a colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

HISTÓRIA de Itiruçu-BA: Emancipação Política. Itiruçu-BA: Prefeitura Municipal de Itiruçu, 2017. Diário Oficial do Município. Disponível em: <https://www.itirucu.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 20 set. 2021.

ITIRUÇU-BA. SAI - DIÁRIO OFICIAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUÇU.

(ed.). **SAI - Diário Oficial do Município**: decreto nº 012/2015 - dispõe sobre a criação de unidade municipal que especifica e dá outras providências.. Decreto N° 012/2015 - Dispõe sobre a criação de unidade municipal que especifica e dá outras providências.. 2015. Disponível em: <https://www.itirucu.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=1418&c=399&m=0>. Acesso em: 20 nov. 2020

LUGONES, Maria. **Colonialidade e Gênero**. In: Hollanda, H. B de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E, D, A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MADONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidade Central- IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAN, José Manuel. A integração das tecnologias na educação. **A Educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5 ed. Campinas: Papirus, 2013, p. 89-90

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF- Dossiê**: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTA NETO, João Carlos da. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial Latino-Americana. In: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra (Orgs.). **Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2021.

MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 207-223,

nov./dez. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

NOGUEIRA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação de professores de história**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Educação e militância decolonial**. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é pedagogia decolonial? *In*: LIMA, Adriana Raquel Santana de [et. al.]. **Pedagogias decoloniais na Amazônia: fundamentos, pesquisas e práticas**. Curitiba: CRV, 2021a.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Pedagogias decoloniais no Brasil**. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2021b.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que são colonialidade e opção decolonial? *In*: COSTA, Ricardo Cesar Rocha da [et al.]. **Decolonialidade, educação e antirracismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2021c.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Mônica. **Rememorar, desobedecer e lutar: educação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2018.

OLIVEIRA, L.F; LINS, M.R.F. **Por uma desobediência epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 13, p. 365- 385, 2014. Disponível em: Acesso: 29 Maio 2018

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Perspectivas latino-americanas. Buenos

Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social: CASTRO GOMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica, mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidade Javeriana – Instituto Pensar/Universidade Central – IESCO/Siglo del Hombres editores, 2007, pp. 80 – 126

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RATTS, Alex. Corpos Negros Educados: notas acerca do Movimento Negro de base acadêmica. **Nguzu, Revista Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**, ano 1, n.1, p. 28-39, mar/jul.2011.

SANTANA, Marise de. ODÊ ERÊ: Espaço de construção do conhecimento Afro-brasileiro. In: SANTANA, Marise de *et al.* **ODEERE: formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2014.

SANTANA, Marise de. Imagens e palavras: mito de tempo como legado africano. In: PACHECO, Lílian Miranda Bastos; TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa (Orgs.). **Tempo, cultura, linguagem: reflexões sobre a área do conhecimento do desenho e algumas implicações**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANTANA, Marise de. Relações Étnicas: desafios para o Ensino, Pesquisa e Extensão no campo interdisciplinar. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 35-49, jul-dez. 2019.

SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTANA, Marise de; MOREIRA, Marcos Alves. Cultura, currículo e diversidade étnicorracial: algumas proposições. **Práxis educacional**, v. 9, n. 15, p. 103-125, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 197-224.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Ana Célia da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação da alteridade. In: NASCIMENTO, Antônio D.; HRTKOWSKI, Tânia (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Gustavo Pinto Alves da. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) Ayó: uma experiência em uma escola da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**.

2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA JR.; Hélio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Sílvia Pereira de (Orgs.). **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SISS, A; BARRETO, M. A. S. C; OLIVEIRA, O. F. Processos Formativos e as Contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da UFES e da UFRRJ. **Revista Teias** Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação. 14, n. 34, 2013.

SOUZA, Elizabete Gonçalves de. **Educação, militância decolonial e antirracismo**: um estudo sobre o Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE/UESB. 2021. 99f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade), Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2021.

SOUZA, Elizeu Clementino de; CRUZ, Núbia da Silva. Pesquisa (auto)biográfica: sentidos e implicações para o campo educacional. In: AMADO, João; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro (Orgs.). **Referenciais teóricos metodológicos de investigação em Educação e Ciências Sociais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera. (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação “outra”. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WALSH, Catherine. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES****DADOS PESSOAIS**

Nome: _____

Idade: _____

Gênero: Feminino () Masculino ()

Identidade de Gênero: _____

Em termos de raça/cor/etnia em qual se identifica:

Preto () Pardo () Amarelo () Branco () Indígena ()

Estuda em qual Unidade Escolar:

Qual ano que estuda?

Fundamental: 6º() 7º() 8º() 9º()

Ensino Médio: 1º() 2º() 3º() 4º()

No caso de universitário, qual curso, qual instituição e qual semestre?

Atuação/ingresso no NEABI

Há quanto tempo é integrante do NEABI? _____

Quais projetos já participou através do NEABI? _____

Possui vínculo com outros Núcleos e/ou projetos? _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE DO NEABI

1. Como você soube da existência do NEABI no município de Itiruçu?
2. O que despertou seu interesse para ingressar no grupo de jovens do NEABI?
3. Quanto tempo você participa das atividades no Núcleo?
4. Quais atividades desenvolvidas no núcleo você mais se identifica e por quê?
5. Em qual momento o NEABI te fez compreender mais sobre identidade, etnia e relações etnicorraciais?
6. As atividades desenvolvidas pelo NEABI te ajudaram a pensar e potencializar suas identidades?
7. As discussões, participação em eventos educacionais te deixam marcas de forma satisfatória? Como?
8. Quais as discussões que você percebe que ainda precisamos evidenciar?
9. Quais contribuições o NEABI tem para seu processo de aprendizagem?
10. Após participar do NEABI você percebeu alguma transformação em sua consciência racial? Qual contribuição para sua postura diante de estruturas racistas?
11. Quais dificuldades você pontuaria como principais entraves para o desenvolvimento de propostas no Núcleo?
12. Dois projetos municipais foram construídos pelo núcleo, Movimento Fio a Fio e do Nobre Afro, como você se sente interagindo nesses espaços?
13. Quais os aspectos negativos e os positivos você pode pontuar na estrutura do NEABI?
14. Ser integrante do NEABI muda a visão das pessoas a seu redor sobre você? De qual forma?
15. O que o NEABI significa para você?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-PROFESORAS DO NEABI

1. Nome

2. Data de Nascimento ____/____/____ Idade_____

3. Grau de Instrução_____

4. Quanto tempo atua da Educação?

5. Como e quando você foi convidada para atuar no NEABI?

6. Você participou do processo de implantação do núcleo no município? Como ocorreu esse processo?

7. Foram organizados grupos de estudos com professores da rede municipal para dialogar a implantação do núcleo?

8. Foram organizados documentos pedagógicos para amparar as ações afirmativas do núcleo frente às demandas e peculiaridades do município?

9. Você considera importante o trabalho com a educação das relações étnico-raciais? Por quê?

10. Houve formação inicial e continuada dos professores?

11. Como acontecia o envolvimento dos professores e estudantes nas ações do NEABI?

12. Quais as dificuldades para execução das atividades propostas pelo NEABI? Se sim, por parte de quem?

13. Qual legado você acredita ter deixado na participação direta no núcleo?

14. Como você descreve as atividades desenvolvidas atualmente?

15. Qual a importância de espaço como o NEABI para Itiruçu?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SECRETÁRIA ATUAL E EX-SECRETÁRIO/A DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITIRUÇU

1. Nome _____
—
2. Data de Nascimento ____/____/____ Idade _____
3. Grau de Instrução _____
4. Quanto tempo atua da Educação?
5. Você considera que as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura, tem possibilitado a construção de uma educação antirracista em nosso município? Que esta Secretaria tem realizado nesse sentido?
6. Você participou do processo de implantação do NEABI no município? Como ocorreu esse processo? Existem registros?
7. Foram organizados grupos de estudos com professores da rede municipal para dialogar, a implantação do núcleo? Houve formação inicial e continuada dos professores?
8. Foram organizados documentos pedagógicos para amparar as ações afirmativas do núcleo frente às demandas e peculiaridades do município?
9. No que tange ao PME e ao Currículo Municipal, quais ações são fixadas para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais?
10. Você considera importante o trabalho com a educação das relações étnico-raciais? Por quê?
11. Como acontecia/acontece o envolvimento dos professores e estudantes nas ações do NEABI?
12. Quais as dificuldades para execução das atividades propostas pelo NEABI? Se sim, por parte de quem?
13. Qual legado você acredita ter deixado na participação direta no núcleo?
14. Como você descreve as atividades desenvolvidas atualmente?
15. Qual a importância de espaço como o NEABI para Itiruçu?

ANEXO I RESULTADO DAS ENTREVISTAS COM ESTUDANTES

1. Como você soube da existência do NEABI no município de Itiruçu?

Mateus Aleluia	Professora Gilvânia foi ao Colégio Adalácio onde eu estudava e falou em minha sala que existia um núcleo no município e que seria uma ótima oportunidade para aprender sobre nossa cultura negra e indígena através das atividades. Ai eu, eu meio que me matriculei, tipo assim, meio, meio [...] curioso para saber e participar, parecia bom.
Carlinhos Brown	Foi por uma propaganda de carro de som feito pela Prefeitura Municipal e com a Secretaria de Educação, que dizia mais ou menos assim: - Estudantes, e comunidade, venham fazer parte do grupo de estudo do NEABI! Aí como eu já tinha conhecimento sobre o ODEERE, eu fiz oficina lá, e eu queria um lugar assim, ai fiz minha matrícula no Colégio CEASN.
Margareth Menezes	Soube da existência do NEABI após a divulgação do encontro via professora Gilvânia.
Larissa Luz	Primeiramente foi com uma conversa entre amigas de que tinha um novo projeto em Itiruçu. Inclusive, na época, a responsável pelo NEAB era outra pessoa, porém eu não participei nem na escola de nada, porque eu acabei não me identificando. E passou um tempo, a professora Gilvânia foi nas escolas avisar para os alunos que quisessem entrar num novo grupo no núcleo, que continua sendo o mesmo nome, porém com outra responsável. E foi a partir daí que eu tive interesse em participar desse projeto.
Elza Soares	Eu soube da existência do NEABI quando eu frequentava a escola, que na época era o CMAFS. E aí passou a [...] Atualmente, na época, era outra a diretora. E aí ela estava fazendo um projeto de desfile com os alunos das escolas. E aí eu me interessei e fui, mas eu não participava do NEABI diariamente porque não tinha atividades periódicas que nem tem atualmente, hoje em dia. A diretora do NEAB na época.
Mariene de Castro	Através do colégio Adalácio, que foi a professora Gilvânia que foi até lá nos fazer o convite.
Sued Nunes	Através de uma amiga que ela participava e como eu gostava muito de dança, ela me falou que também tinha dança no NEAB. Aí eu procurei.
Virgínia Rodrigues	No colégio. No Centro Educacional. Foi a professora Giovânia,[...] da Pureza lá, chamar os alunos jovens para participar do grupo do NEAB. Aí eu me interessei, porque tinha dança, recitais e apresentação de teatro, essas coisas, e eu me interessei bastante. Pedi permissão à minha mãe, minha mãe liberou e eu entrei no NEAB. Muito bem, no Colégio Adalácio, né? Isso.

2. O que despertou seu interesse para ingressar no grupo de jovens do NEABI?

Mateus Aleluia	Porque nunca soube o que era NEABI e nem da existência desse grupo fixo no NEABI. Sempre joguei capoeira, participei de karatê, futebol e sempre fui muito ativo mas não sabia desse grupo de jovens como eu. Ai eu tive o interesse porque a professora Gil disse que lá teria capoeira, dança, recital e poderia tocar atabaques
Carlinhos Brown	Ah! Por ser preto de pele retinta, da comunidade periférica, e não ter voz ativa na cidade, eu achei que uma coisa que ensina a amar as coisas afro e indígena, que o povo diz que é do demônio só para dizer que a gente é do lixo, sem valor, [...] uma coisa que enfrenta tudo para dá o nosso lugar

	de beleza, é, é, só poderia ser bom. Então eu como negro retinto não poderia ficar de fora.
Margareth Menezes	Sendo bem objetiva eu posso descrever assim: núcleo é composto por uma série de atividades e estudos, que desenvolvem o raciocínio lógico, argumentação crítica e conhecimentos de mundo, os quais visam estudos étnicos raciais e sociais através da arte, e isso me interessa muito. Disparei [...]
Larissa Luz	Acho que algo específico não, mas o nome do núcleo, o significado, todas as palavras me fizeram perceber que era algo que eu não tinha conhecimento e despertou essa curiosidade de aprender mais sobre o assunto, até como forma de me identificar na sociedade.
Elza Soares	Peraí, como é a pergunta? (risos) Ah! O NEABI, primeiro, minha mãe me incentivou muito, né? Porque ela viu que era um lugar de conhecimento e aprendizado, onde eu ia aprender muitas coisas, que eu ia levar para a minha vida. E aí eu fui incentivada da minha mãe. E pelo fato do NEAB ele agregar as pessoas que são negras, e eu me considero uma pessoa negra, da raça negra, eu me interessei e aí eu quis participar.
Mariene de Castro	Porque através do grupo falava sobre cultura, recitais, danças [...] Ai meu Deus, você está me deixando maluca, viu! Identidades negras.
Sued Nunes	Justamente a dança e por ter alunos da mesma idade que eu.
Virgínia Rodrigues	Sobre dança, que eu sempre fui de me interessar bastante em dança, em recitais [...] foi meu primeiro interesse.
3. Quanto tempo você participa das atividades no Núcleo?	
Mateus Aleluia	Particpei do ano de 2017 quando começou o grupo os Filhos da Luz até o ano de 2022, porque precisei trabalhar fora da cidade
Carlinhos Brown	São seis anos que eu participo de tudo (risos). Toooooo das as atividades eu participo e nunca deixei de está colado.
Margareth Menezes	Ingressei na primeira turma de sua existência em 2017 e permaneço até esse ano de 2022, acho 2023 não darei conta porque estou graduando e requer muito de mim nesse momento. Mas ficarei itinerante e remota porque não posso abandonar Os Filhos da Luz.
Larissa Luz	Seis anos ao total.
Elza Soares	Há seis anos.
Mariene de Castro	Sete anos
Sued Nunes	Seis anos faz agora em 2022
Virgínia Rodrigues	Há seis anos. Efetivamente, né?
4. Quais atividades desenvolvidas no núcleo você mais se identifica e por quê?	
Mateus Aleluia	Eu adoro muito o recital de poesias marginais e a dança. A poesia porque eu consigo gritar na cara da sociedade tudo que está dentro de mim e as vezes eu não tenho forças ou até não sei me expressar. E a dança é libertação para mim, é um conjunto de gestos, sons, palavras, movimento. Mas posso dizer que me identifico com as dramatizações teatrais e com as histórias que contamos porque essas histórias é, essas histórias são um pouco de bossa vida e as dramatizações a gente mostra

	que não queremos mais viver com racismo e com racistas, que a gente não quer morrer como o racismo tem nos matado todos os dias
Carlinhos Brown	Eu me identifico com o recital, eu faço de um tudo, eu danço, pulo (risos), falando sério, eu conto histórias daqueles livros, sabe, infantojuvenil, dramatizo. Mas o recital de poesias marginal, é o meu forte mesmo. Acho que porque eu consigo colocar para fora tudo o que eu sinto através de poemas, cordéis e etc.
Margareth Menezes	A recitação de poesias marginais com certeza é a atividade mais enriquecedora ao meu ver, pois possibilita colocar em palavras as dores e vivências, expressando os sentimentos da melhor forma. Não que a dramatização teatral e a dança não sejam, mas expressão com nossa voz é muito libertador e ao mesmo tempo e um grito de socorro e denúncia, [...] é isso.
Larissa Luz	Logo no início eu participava de todas, porém era mais por influência, todas as minhas amigas participavam de danças e tal, e eu fui nesse meio. Porém, o que mais me chamou atenção foi o recital, porque é uma forma de buscar conhecimento através de outros textos e também de me expressar, de certa forma.
Elza Soares	Eu mais me identifiquei na atividade de recitar, porque eu gosto de recitar, as palavras me envolvem como se eu tivesse escrito, é uma forma de dizer coisas importantes.
Mariene de Castro	O recital, porque me ajudou a me expressar melhor. Através do recital você conseguia se expressar, expressar seus sentimentos... E emoções.
Sued Nunes	Sobre o desfile da cidade. Teve o desfile que acontecia danças e eu me identificava muito com a dança. É [...] Na atividade do desfile.
Virgínia Rodrigues	As bonecas pretas. Foi uma das atividades que [...] Foi uma das minhas primeiras apresentações e foi a que eu mais me identifiquei, que fala sobre cor. É, a dança das bonecas pretas de Larissa Luz. Larissa Luz. 2017, fizemos essa. Fala sobre cabelo, isso me interessou bastante.
5. Em qual momento o NEABI te fez compreender mais sobre identidade, etnia e relações étnico-raciais?	
Mateus Aleluia	Logo no fim do primeiro ano quando fomos para Maracás levar uma mensagem antirracismo e lá fomos muito aplaudidos e aí despertou que algo de muito bom estávamos fazendo e depois na universidade UESB que muitos jovens do colégio que estava lá vieram conversar conosco e pedi nosso contato para falar sobre identidade negra e indígena porque a gente tinha estudado muito e interpretado duas músicas e poesias afro indígena. Aí eu comecei a entender as relações de poder que os brancos exercia sobre nosso comportamento e como a gente poderia mudar.
Carlinhos Brown	Desde pequeno eu sofria o preconceito racial e em uma das atividades me mostrou que eu sou importante. Aí, minha irmã, eu só vivo como foguete que não anda de ré. A atividade eu homenageava Zumbi e pensei como Zumbi foi forte, ela não tinha nada e se comunicava com os outros para formar seu grupo, não tinha uma internet para divulgar sua luta e hoje mesmo sofridos, a gente temos tudo, sabe como eu quero dizer, que temos tudo os objetos para reunir e fazer a luta e aí eu comecei a lutar no NEABI que é meu quilombo.
Margareth Menezes	Sempre compreendi sobre tais questões porque dentro de minha casa sempre foi exposta, minha mãe é uma mulher preta que enfrenta essa sociedade racista. Porém apenas quando fiz parte do grupo Filhos da Luz,

	pude sentir a importância de discuti-las com veemência e ter forças. Ééé, e apoio no enfrentamento das opressões.
Larissa Luz	Foi logo no início das atividades do NEABI, porque eu estava meio despercebida em relação a identificar o que eu sou, preta, o que eu sempre fui, e desde o início eu já vim aprendendo, aprendendo sobre o assunto e foi a partir daí que eu comecei a me identificar e ajudar outras pessoas a se identificarem também com todas as possibilidades étnicas afro-indígenas.
Elza Soares	Foi no dia a dia, através das atividades propostas pela professora Gilvânia. E aí eu fui me identificando, porque os recitais, as músicas, os livros que ela passava para a gente, sempre envolvia isso, etnia, a descendência do Brasil, de que raça veio, dos indígenas, negros. Então tudo isso eu fui aprendendo no NEABI.
Mariene de Castro	Não foi logo que eu entrei não, eu não compreendia bem depois foi quando eu comecei no quinto ano, que eu comecei a compreender mais.
Sued Nunes	Lá sempre falava muito sobre a questão do preconceito, sobre cor, sobre o cabelo. E isso foi me ensinando bastante, porque eu não tinha conhecimento sobre os preconceitos.
Virgínia Rodrigues	No momento em que a gente começou a falar sobre a carne mais barata do mercado é a carne negra. Que é quando uma pessoa tem muito racismo sobre a cor da pessoa, o jeito da pessoa, o cabelo da pessoa, e isso me fez refletir bastante. Porque antes eu já fiz muito isso, muito racismo com as pessoas do cabelo crespo, por uma pessoa ser mais escura que eu, eu já fiz muito racismo antes. E quando eu entrei no NEAB eu aprendi que isso é uma coisa muito errada. E hoje eu falo com as pessoas para não fazer isso. Porque às vezes a dificuldade das pessoas é que elas não estão abertas para aprender. Elas já têm um conceito formado sobre as coisas. Essa apresentação foi a apresentação de Elza Soares. A carne mais barata do mercado é a carne negra, a música de Elza Soares.
6. As atividades desenvolvidas pelo NEABI te ajudaram a pensar e potencializar suas identidades?	
Mateus Aleluia	Sim, porque antes eu ouvia e até estudava sobre questões do negro na escola, da história da escravidão e fazia prova, questionário, para a nota e passava e já vinha outros assuntos. Com o NEABI eu me enxergo como um homem preto e gosto do que eu vejo. E me sinto o centro das atenções tem vezes que eu apresento, penso como eu sou forte, inteligente, poderoso e como ninguém vi me rebaixar, sou preto, essa é a minha questão que faz parte de minha identidade e ninguém vai me rebaixar
Carlinhos Brown	Sim, me ajudaram a pensar, e nas atividades desenvolvidas nas cidades circunvizinhas e aqui em Itiruçu, mesmo com tanta gente dizendo a gente do NEABI, que não tem valor, para muita gente a gente tem valor sim, isso é um jogo para a gente desanimar e desistir, mas nem a gente e nem a senhora vai desistir nunca, punho fechado. Como eu disse, é, passei até a ser inspiração para outros jovens
Margareth Menezes	Sim, foi devido a convivência com diversas realidades que as atividades disponibilizou, é que então eu pude ampliar minha consciência do quão vasta, bela e enriquecedora é a minha cultura afro-indígena, e em todos os aspectos. Cultura que um dia, o herdeiros dos donos de engenho, me

	fizeram crer que não valiam de nada. Triste isso. Eu não queria me ver preta na infância mas depois de compreender tudo, eu me amo.
Larissa Luz	Sim, sem dúvida alguma. Porque a gente sabe que nós não temos uma única identidade, nem ela é fixa, né? Então essas atividades te levam a perceber e potencializar. Desde sempre.
Elza Soares	Sim, porque no NEAB eu me identifiquei como uma pessoa parda da raça negra, me identifiquei que eu tenho direitos hoje como cotas raciais, entre vários outros tipos de cotas. Inclusive estou cursando enfermagem na UESB através das cotas porque é meu direito e eu aprendi no NEABI. Fizemos um estudo e uma apresentação na Semana da Pertença na UESB em 2018 eu acho, que dizia que cota não é esmola! E isso foi sempre abordado no NEABI. Vários temas amplos sobre a minha identidade que hoje eu me identifico. Há discussões... É a identidade que a gente se identifica, sim.
Mariene de Castro	Sim, porque antes eu não pensava em relação às questões [...] Às questões da cultura, dessas coisas [...] Raciais, das questões do racismo.
Sued Nunes	Sim, bastante. As formas de que tinha alguns comentários que eu não sabia que podiam ser prejudiciais para mim, mas através do NEABI, eu soube o que era. Alguns comentários que é naturalizado, a gente ouve no dia a dia e pensa que não é um preconceito. E depois você começa a avaliar e ver que era. Que aquilo não era, que aquilo era algo que dá um desconforto.
Virgínia Rodrigues	Sim, muito. Porque às vezes eu não me aceitava pela cor da minha pele. E quando eu participei do NEABI eu aprendi a me aceitar do jeito que eu sou, do jeito que Deus me mandou. Tão linda esse jeito, meu Deus. Aceitar, né, a sua identidade, que a nossa identidade é miscigenada.
7. As discussões, participação em eventos educacionais te deixam marcas de forma satisfatória? Como?	
Mateus Aleluia	Me deixaram marcas, [...] muitas marcas. É, eu pude interagir com jovens de outras cidades e ensinar, e aprender, conhecer o que era território de identidade que a professora Gilvânia falava e eu ainda não tinha noção, porque antes na aula de geografia, história esse negócio meio embaçado assim, falava assim: Vale do Jiquiriça, e e, e eu achava que era outro lugar longe de mim, (risos) é até engraçado. Depois eu conheci o significado que é nossa identidade, onde temos coisas em comum, tipo assim, a cultura, tem uma a ver com a outra, as cidades estão em comunicação por causa da identidade delas e nossa, é, tipo isso eu aprendi muito bem no NEABI. Me marcou o palco da UESB que fomos aplaudidos de pé quando apresentamos uma montagem de cota não é esmola, foi tudo de bom. O Desfile eu me realizei, em Jaguaquara nos colégios, em Ubaíra na feira de artesanato e no evento dos menestréis que agora me esqueci o nome. E no nosso NOBRE AFRO que é nosso e de todos né pró!
Carlinhos Brown	Me deixaram marcas de que eu contribuí e as aulas, encontros, projetos, contribuí para o meu conhecimento. Porque quando eu estou na frente eu ali sou responsável não só para apresentar, eu sou também responsável por aprender e por motivar o conteúdo para os outros aprenderem que é isso que o NEABI faz com a gente. O NEABI faz a gente ser mais responsável e entra na roda e ginga para não cair e nem derrubar ninguém. (risos)
Margareth Menezes	Os eventos promovidos pelo NEABI e nossas participações em outros, agregam de maneira significativa, em minha vida. É, posso dizer que desenvolvem a autoestima e senso de importância de mim mesma. A

	primeira vez em que um evento me marcou, foi a semana da pertença, na UESB de Jequié-Ba, em uma recitação da poesia "A menina que nasceu sem cor" da poetisa Midria Silva Pereira, a qual se trata do colorismo e como as pessoas pretas, é, não retintas [...] são vistas no Brasil. O acolhimento, apoio e senso de pertencimento daquele lugar, me libertou das limitações que eu estava condicionada.
Larissa Luz	Deixa satisfatória porque é um momento de interação entre todos os integrantes do grupo e todas as pessoas que não são integrantes, mas têm interesse em conversar a partir de lá. A partir de certas atividades, então sim, bem satisfatória.
Elza Soares	Sim, porque sempre eu fui carregando algum conhecimento dos lugares que eu frequentei durante o NEABI, como a Pertença Negra, onde eu vi várias pessoas de etnias diferentes se relacionando e ali foi um mundo completamente novo. Uma das Pertenças Negras foi na faculdade hoje, onde eu estudo, a UESB de Jequié e ali eu já [...] no primeiro momento que eu fui na faculdade fazer apresentação com o NEABI, eu já tive um foco que ali poderia ser o lugar que eu fosse estudar, porque a professora sempre deixou isso claro, que o nosso lugar é sempre onde a gente quisesse, que a gente poderia se encaixar em qualquer tipo de lugar, que a gente tinha esse direito, e isso me deixou marcas.
Mariene de Castro	Sim. Porque eu tinha voz e poderia me expressar.
Sued Nunes	Deixaram. Perder vergonha sobre atividades em público, como a do São Pedro. Eu participei da dança do São Pedro, típica daqui de Itiruçu, e fez eu perder vergonha bastante. A questão da timidez, de não se encontrar num lugar, achar que você não tem como estar naquele lugar. E através do NEABI você está num lugar e inclusive ser aplaudida nesse lugar.
Virgínia Rodrigues	Sim, muito. Como? Desfiles, apresentações que a gente fica reconhecida, não por mídia, mas por passar mensagem para as pessoas. Tipo, mensagens muito boas, mensagens de aprendizagem para a gente levar para a vida toda.
8. Quais as discussões que você percebe que ainda precisamos evidenciar?	
Mateus Aleluia	As indígenas, acho que indígena, sinto falta de saber mais, é, é, pois são muitas tribos, é, aldeias né! E são etnias e a gente não sabe muito e a senhora se esforça muito, mas precisa de mais pessoas, não sabemos dos descendentes se temos indígenas na região, eu so sei que vovó fala que a "tataravó" dela era tipo indígena e que ficou velhinha, e se recolheu no mato, tipo para viver os seus últimos dias no mato, isso quando ela morava lá no Morro Grande ela era ainda criança. Então eu sinto que minha identidade pode também ser indígena e a gente não sabe para onde vai [...] a senhora ajuda mas a educação tinha que ajudar e a cultura também tinha que correr atrás para registrar as coisas [...] é, é, é, a gente cresce e passa e não sabe das coisas porque o povo não acha que nossa identidade não vale nada. Precisava ouvi os mais velhos do lugar que tem história também.
Carlinhos Brown	Ah! Nisso eu sou logo prático. Falta questão de suicídio da população negra e e a questão de gênero. Isso precisa de mais pessoas para trabalhar mais tempo e não é só em em palestra. Aqui já teve no NEABI mas eu acho que a secretaria de educação precisa fazer esse projeto.
Margareth Menezes	Acho que no NEABI discutimos tudo, para mim é satisfatório. O que me chama a atenção são professores que não discute e por isso minha opinião é que é preciso discutir a implementação dos assuntos étnicos-

	raciais nas escolas, né? (risos) para o melhor desenvolvimento da consciência, e para des... destruir todo o modelo de preconceito desde a raiz.
Larissa Luz	Bom, acho que não tem, assim, de certa forma, novas discussões, porém potencializar o que a gente já diz desde o início. Em relação à identidade, a se aceitar, dentre outras coisas. Porque falamos de tantas coisas que acho satisfatório, do racismo aos nossos heróis, rainhas, saberes e culturas.
Elza Soares	Assim, discutidas o conhecimento dentro do NEABI, certo? Assim, do meu ponto de vista, eu acho que todos os pontos que o NEABI representa já é bastante discutido, assim, eu não modificaria nada e também não incluiria nada, porque eu acho que ele já é completo.
Mariene de Castro	Eu acho que vem trabalhando, porque o NEABI fala sobre etnias, culturas, raças [...] né!
Sued Nunes	Na questão do NEABI, eu acho que todos foram falados.
Virgínia Rodrigues	As discussões de ter um espaço, de ter figurinos, de ter as nossas próprias costureiras, de ter instrumentos que as vezes faltam e a gente não tem. Muitas coisas ficam em falta que a gente não consegue, quando a gente corre atrás. Falta muitos livros de literatura para a gente ter mais assunto sobre, vamos dizer, nas recitações, que a gente sempre precisa e a gente nunca teve esse apoio.
9. Quais contribuições o NEABI tem para seu processo de aprendizagem?	
Mateus Aleluia	Eu nem sei como explicar. Porque o NEEAABI a gente não aprende coisa para a prova e som coisas para a vida toda. Eu sou outra pessoa, pois agora eu não deixo passar nada, eu luto e eu sei que eu posso.
Carlinhos Brown	Entender e indentificar o racismo estrutural, as técnicas e habilidades para na forma de recitar de poesias que conta as histórias do povo periférico, além de aprender através do corpo, que passa a mensagem com as músicas temáticas negras e as vezes indígenas também. Contribui para me projetar destacando em sala de aula e nos espaços sociais onde carrego o nome NEABI.
Margareth Menezes	Antes de ser integrante do núcleo, a minha personalidade demasiadamente tímida, [...] não permitia me impor, nem comunicar com fluidez, só após os desafios propostos, é, é que conseguir articular com grande eloquência. Eu acho que me articulo né [...]
Larissa Luz	Bom, acho que na vida pessoal do integrante, em relação a como a pessoa leva a vida, na escola, por exemplo, em relação a respeitar o próximo, independente de cor, gênero, raça. Acho que para a vida pessoal da pessoa. Minha família é praticamente toda protestante e eu aprendi no NEABI a não ter medo da religião de matriz africana como me ensinaram. Respeito. Isso foi fundamental para eu ser uma pessoa melhor e mais inteligente. Porque falar do negro é falar de mim também que tenho no sangue.
Elza Soares	O NEAB, ele sempre traz novas ideias, novos conhecimentos, e isso é bastante importante no mundo de hoje, porque no mundo que a gente vive hoje, a gente precisa saber o nosso lugar, que é em todo lugar, e os nossos direitos. E o NEABI, ele ensina isso, ele fala sobre os direitos humanos, e então, até hoje eu aprendo muito com o NEABI, com as representações que ele faz sobre as mulheres negras, que sempre eu vejo que é uma luta constante, que ainda tem muito percurso para percorrer, porém a mulher em si, ela já é discriminada, mas a mulher

	negra, ela é discriminada ao triplo. Então, assim, o NEABI, ele vem falando, abordando esses temas que é tão importante para mim, principalmente no dia de hoje.
Mariene de Castro	Aprendi a me respeitar mais.
Sued Nunes	Ah, teve muitas! Teve até a questão da leitura também, que o NEABI faz a gente pensar, a gente ler coisas, a gente botar as coisas na cabeça e gravar tudo aquilo pra falar em público. Interpretar os textos e entender mesmo o que é que eles estão querendo dizer.
Virgínia Rodrigues	Contribuiu muita coisa. Eu aprendi muita coisa através do NEAB, em todas as formas gerais. Eu aprendi muita coisa porque antes eu tinha uma mente que não percebia as coisas. E quando eu entrei no NEAB eu aprendi muita coisa e passo muita coisa para as pessoas. Como eu tinha falado antes, me deu o exemplo de que eu antes não me aceitava pelo meu tom de pele. Eu me sentia negra, eu não queria aceitar isso. E isso às vezes me fazia eu ter vergonha de mim própria. Do bairro onde eu moro, por eu morar no Surucucu. Ah, você mora onde? Ah, eu moro em um lugar, não queria falar onde. Aí, no lugar [...] Qual lugar? Rua do Café. Por quê? Porque é um lugar que, vamos dizer, o povo fala favelado. Marginalizado. Marginalizado, esses lugares. Por isso que às vezes o NEABI... Por isso não, às vezes não, sempre. Desde que eu entrei no NEAB, o NEABI fez eu aceitar onde eu morava. Porque mulher, lugar de mulher é onde ela quiser, né? Então, eu não tinha essa experiência de me aceitar onde eu quisesse. E o NEABI fez isso em mim. O NEABI me mostrou, me ensinou a me aceitar onde eu quisesse estar. Eu estou. E a gente sempre esteve onde quisemos estar. E sempre vai estar. E sempre vamos estar.
10. Após participar do NEABI você percebeu alguma transformação em sua consciência racial? Qual contribuição para sua postura diante de estruturas racistas?	
Mateus Aleluia	Sim, eu mesmo passei a enxergar mais as coisas de racismo contra índio e preto como o povo fala né, e, e, e que eu mesmo repetia e, tipo assim né, eu não achava nada. Eu luto com uns caras bobos e machistas sabe como é né, eu vaou lebando na boa e explicando a amigos, as vezes até a namorada e familiares sobre coisas que aprendi e se a gente não tomar a dor, a gente também está se matando, eu não posso acatar calado porque o tempo da escravidão já acabou como dizia vovó e vovô. É tipo assim, se eu calo, é, é, é, eu sustento os racista, cada um é como é e ponto final. Eu não aceito racista também não.
Carlinhos Brown	Sim eu creci, me fortaleci. As contribuições é que antes eeeeu, eu era apenas mais um, e hoje, eu, eu luto e propago os nossos direitos, a nossa culturas, a nossa belezas, nossos saberes e histórias. Eu sei o meu lugar e quando tem racista eu olho do olho e do mesmo tamanho, de frente.
Margareth Menezes	Quando eu tinha 13 anos, me vi num embate o qual uma pré-adolescente não deveria sentir, mas tudo o que sentia era desprezo e tristeza por tudo que eu era e representava, odiava minha personalidade, minha voz, agradecia do fundo do meu coração por não ser retinta (mesmo não sendo o suficiente), e a cima de tudo, odiava com todas as forças o meu cabelo, eu queria ser igual as coleguinhas brancas de cabelo liso e lábio finos, porque eram elas que os meninos rodeavam, eram elas que os professores achavam inteligentes, e nunca as vi serem "zoadas" pelos seus cabelos, nunca colocaram apelidos neles, nunca as vi chorando no banheiro, nem excluídas, o que sentia por eu mesma não era raiva, mil vezes pior, era desprezo, ao ponto de não querer mais sair de casa, não

	<p>querer ver nem ser vista por alguém, minha alma se esvaia aos poucos todas as vezes que passava pelo processo de tortura em ser obrigada a conviver com todos aqueles que me fizeram acreditar que a minha existência não valia se quer um dia de paz, e isso é literalmente a morte num corpo que ainda deveria ter muito o que viver. Quando eu tinha 13 anos, me vi num embate o qual uma adolescente não deveria sentir, mas tudo o que sentia era Deus dizendo pra levantar da cama, enxugar todo aquele choro e me olhar no espelho, olhava e pensava "não é possível que eu seja tão horrorosa", depois de um tempo no espelho me dei conta que tinha duas opções: continuar morrendo ou viver mesmo que penosamente, sustentei a ideia de que se tudo estava acabando, então do que valiam essas pessoas? Me sustentei vivendo alheia e apática aos outros. No dia em que soube do NEABI, resolvi desafiar minha personalidade tímida e toda aquela vergonha, e por meio da convivência com todas aquelas pessoas de todas as cores, todas as realidades e pensamentos, todos nós, juntos dançando, cantando, berrando nossa beleza, nossa cultura, riqueza, arte e filosofia, finalmente me liberei. E através da poesia eu conseguia gritar toda aquela dor, eu não poderia achar poetiza melhor do que a Midria que dizia tudo sobre mim, não poderia encontrar lugar melhor para estar do que o NEABI, o núcleo me proporcionou perceber o quão importante, digna e inteligente eu sou, hoje a Margareth de Black Power, que faz Direito, que anda de salto, impõe sua autoridade, mostra sua inteligência, e não abaixa a cabeça, abraça a Margareth de 13 anos que não sabia que sua descendência era a de rainhas luxuosas, nem que era possível se sentir tão poderosa sendo quem é [...] e pediria por mais melanina; católica que sou, não acredito em reencarnação, mas se por algum mistério de Deus a minha alma reencarnar, que venha num corpo tão preto quanto o sardônio carregando a coroa mais crespa que puder.</p>
Larissa Luz	<p>Sem dúvida alguma, porque antes eu não tinha ideia do que isso significava. E a partir do momento em que eu entrei na NEAB, eu fui me conhecendo, fui aprendendo. Inclusive, aprendo até hoje novas coisas, novas possibilidades, novas [...] Enfim. Bom, a partir do momento que eu conheci sobre o assunto, eu sempre busquei compreender a vítima que sofre com racismo. Sempre busquei ajudar, sempre busquei corrigir até situações que ocorreram na minha própria família por falta de conhecimento, de estudo e tudo mais.</p>
Elza Soares	<p>Assim, antigamente eu não me achava preta, que eu achava que preta era um termo errôneo, e também não gostava que me chamassem de negra, porque eu era ignorante, eu não tinha o conhecimento que hoje tenho. Então, hoje eu sei que negro ele não é uma cor, é uma raça, então eu tenho orgulho de dizer que eu sou negra. Hoje eu não me considero de cor preta, mas eu sou uma pessoa de parda, mas se for para chamar uma pessoa de preta, eu não acho que é um preconceito. Preconceito é as pessoas falarem que preto é obscuro e relacionar o preto com uma coisa que fosse da maldade. Negativa, né? Uma coisa negativa. Uma coisa negativa.</p>
Mariene de Castro	<p>Sim. Quando alguém fala de cabelo ruim é uma forma racismo. Então eu expliquei para minha família que isso é racismo, e uma forma de nos ridicularizar. Explico a minha própria família.</p>
Sued Nunes	<p>Sim. Provavelmente eu tentaria defender a pessoa, ou eu poderia falar sobre a pessoa que fez o comentário que está errado, tentaria pelo menos explicar o porquê está errado. Tomaria uma atitude porque hoje eu já aprendi [...]</p>

Virgínia Rodrigues	<p>O NEABI... O NEABI não... Me perdi a pergunta. Peraí. Um pouquinho só, gente. Então, quando a gente adentra espaços sociais, seja escola, secretarias, bancos, sei lá! É lugares, até festas, muita gente já tem um marcador com as pessoas pretas, que têm cabelos crespos, que moram em periferia, por exemplo. Isso é uma estrutura racista. Ah, eu fico... Aquilo fica me incomodando. Eu vejo e não pude fazer nada. Então, quando eu vejo, eu tento harmonizar mais a situação, chegar uma pessoa que está fazendo um ato e conversar, falar, ó, isso é uma coisa muito feia e, além de tudo, é criminoso, né? Porque a pessoa fazer racismo é crime. Então, tipo, eu mesma não aceito isso. A pessoa tá ali sofrendo racismo e eu tocar só de longe, olhando e aceitando, porque se a gente não fazer nada, a gente tá aceitando aquilo. Então, pra mim, eu já tenho que fazer alguma coisa, tenho que ir lá, conversar com a pessoa, não julgar, mas simplesmente chegar, conversar, falar que é errado.</p> <p>E apoiar aquela outra pessoa que tá sofrendo racismo.</p> <p>Conversar com ela e falar que quando acontecer com ela, pra ela se defender e se aceitar da forma que ela é.</p>
<p>11. Quais dificuldades você pontuaria como principais entraves para o desenvolvimento de propostas no Núcleo?</p>	
Mateus Aleluia	<p>O que trava a gente é tipo assim, ter a sede e só ter um copo de água para o dia todo (risos). “Vamu” por partes né, acho que deu para entender. A sede somos nós alunos e a água é a Secretaria de Educação que ouve a gente e não olha que a gente existe. A senhora é nosso copo de água que vem matando um pouco de nossa sede. Agora eu confundi tudo, é, é mais vou explicar mais. A senhora é tudo que “temu” como um copo de água no deserto e aí as coisas que a gente é feliz em fazer, a senhora corre atrás e a senhora não deixa a gente desistir. Mas parece que se desisti ninguém se importa né! Me desculpa os outro, viu, mas eu não sou cego e eu vejo. A senhora vem animada sonhando que vai dá certo e tipo assim, a gente fica animado, ai a gente faz o projeto, faz o desfile do aniversário da cidade e ninguém quer interagir com a gente. É a senhora por nós e não adiante ninguém aparecer dizer outra [...] porque são seis anos e não seis dias. Falta quase tudo e o quase somos nós e a senhora e Deus. (risos) acho que explique ou compliquei [...] um dos dois né! Mas temos coisas boas, mas como a pergunta é de dificuldades, vou aproveitar e falar do espaço e dos livros de literatura que não temos, nunca vi material tipo, como tem em uma escola, sabe, então a gente sabe e sente como aluno e o povo pensa que isso não é racismo? Isso é sim.</p>
Carlinhos Brown	<p>Falta de espaço para diversas atividades, falta de material tipo livro afro e indígena, falta de acolhimento e valorização e falta de formação dos professores para entender o que é um NEABI. Porque eu acho que é uma contramão, é, é, é [...] um professor não saber e não querer entender um núcleo. Eu acho que tinha que ter esses material.</p>
Margareth Menezes	<p>O núcleo é perfeito, tanto na sua teoria, quanto na pratica, porém poderia ter maior alcance se os responsáveis maiores, as lideranças nos lugares da educação abandonassem suas ignorâncias e viabilizasse materias e espaço físico. Como podemos ampliar na escassez? Como alcançar sem material adequado? Será que tudo é de propósito? Eu vou carregar essa dúvida.</p>
Larissa Luz	<p>Bom, ao meu ver, a única dificuldade é saber lidar com todos os alunos de diferentes idades, diferentes pensamentos, até por conta de já ter veteranos no NEABI e agora ter entrado alunos novos. Acho que a única</p>

	<p>dificuldade, assim, que eu pontuaria seria essa, conseguir ligar sendo que só tem fixa uma professora, para a professora Gil é pesado, mas acho que ela lida bem com a gente. Consegue. Acho que a dificuldade máxima é o apoio de autoridades na cidade. O NEAB, por muitas vezes, é visto como um simples encontro, não tem muito apoio de alguma autoridade, não tem muita contribuição de pessoas que realmente podem fazer diferença entre algo que seria bom para o desenvolvimento do Núcleo</p>
Elza Soares	<p>Um principal é a falta de apoio da nossa cidade, que o NEABI é um núcleo que é proposto na cidade de Itiruçu. E assim, ele falta muita ajuda, tanto da prefeitura, tanto da sociedade, porque o NEABI ele acolhe a sociedade em si, ele luta pelos direitos dos jovens da sociedade, então ele poderia ter, ser abraçado. Então, assim, a falta de impedimento, a falta de reconhecimento é um grande entrave do NEABI. Por exemplo, a prefeitura ela poderia botar mais recursos, né? Como lanches para os alunos, espaço, livros didáticos para conhecimento, promover viagens que seriam agregadas no conhecimento dos alunos. Então, é isso. É, uma viagem de campo.</p>
Mariene de Castro	<p>Falta de espaços, falta de livros, falta de merenda, fardamento e falta de mais professores para trabalhar com a professora Gilvânia.</p>
Sued Nunes	<p>Eu acho que era a questão de não ter um lugar, ficava mudando várias vezes de lugar, e isso ia atrapalhando bastante, e questão da roupa também, eu acho que deveria ter alguém responsável unicamente para a roupa do NEABI, e não ficar procurando quem pode e quem não pode fazer, a senhora sozinha, correndo de lá para cá.</p>
Virgínia Rodrigues	<p>Primeiro que a gente não tem um lugar apropriado pra estudar e ensaiar. A gente sempre tem que ficar correndo ali, ah, esse lugar não dá, então bora pra tal lugar. Merenda, a gente não tem lanche durante o dia, quando a gente tava ensaiando, a gente não tinha um lanche apropriado das 10 horas, das 3 horas da tarde. E transporte também, quando a gente ia fazer alguma apresentação fora, a gente não tinha um transporte apropriado pro NEABI, a gente ia ficar correndo atrás de prefeitura, de secretaria.</p>
<p>12. Dois projetos municipais foram construídos pelo núcleo, Movimento Fio a Fio e do Nobre Afro, como você se sente interagindo nesses espaços?</p>	
Mateus Aleluia	<p>Orgulhoso porque quando vai organizar os assuntos do projeto, a professora pede nossa opinião, aí eu fico me sentindo, aí eu mesmo acho que eu estpu sendo inteligente e importante, aí a gente fala um tema e todos ajudam a arrumar o lugar que a gente vai fazer apresentação em nossa cidade, cada um ajuda no figurino. Mais é muito bom ser aplaudido levando uma mensagem de libertação. É muito conhecimento, poque a gente vai estudando o tema, estuda o tema com as músicas e as poesias, elas diz tudo do tema, só que de um jeito, é, é tipo assim, sabe? É um jeto maneira de aprender sem aquele abuso de responder questionário. Aprendo sorrindo.</p>
Carlinhos Brown	<p>Me sinto um rei (risos), porque faço parte da construção e execussão desses projetos, eu podendo interagir com pessoas como a Dra. Marise de Santana e a troca de sabedorias em espaço como a UESB. Eu conheci tanta gente boa e eu apresentei tantas coisas que daria um livro, poesias e histórias do povo indígena, e meu povo negro que eu fico encantado e feliz por poder falar de mim mesmo porque eu sou brasileiro.</p>
Margareth Menezes	<p>O Movimento Fio a Fio e o nosso lindo Nobre Afro propõe para mim, uma experiência da valorização da beleza ser afro e indígena e possibilita a disseminação de conhecimento e quebra de paradigmas. Eu aprendi para</p>

	minha vida quando eu estou integrando o debate para discutir o tema do ano e para escolher as músicas que tratam do tema. Isso é uma participação coletiva muito especial.
Larissa Luz	É gratificante demais, porque não só pela minha participação, mas quando eu estou ali participando, quando eu participei, foi algo que mudou meu pensamento, mudou várias possibilidades que eu poderia ter, mudou minha forma de aprendizagem, minha forma de contribuir com certas coisas. Então, é gratificante demais poder estar participando disso e poder ter feito parte e continuar fazendo parte disso.
Elza Soares	Eu me sinto representando os jovens da cidade, porque aqui no momento na cidade de Itiruçu, o único grupo que representa os jovens, que tem presença de jovens em si, é o NEABI. E ele tem essa carência, né? Porque ele não tem esse reconhecimento. Porém, eu sinto muito, assim, eu me sinto muito privilegiada por representar esses jovens que ainda não tiveram o reconhecimento da importância do NEABI na nossa sociedade no momento.
Mariene de Castro	Ééé [...] Me sinto muito bem, porque através deles eu participei da Semana da Pertença na UESB, em Maracás no Cultivale, em Planaltino no encontro da poesia, além de ter desfilado aqui pela primeira vez no Desfile Afro.
Sued Nunes	A gente acaba se sentindo útil, a gente para e pensa: - A gente está servindo com uma coisa que é para o aprendizado de outros.
Virgínia Rodrigues	Ah, eu me sinto muito bem, porque só de estar ali passando aquela mensagem já é uma satisfação muito grande já.
13. Quais os aspectos negativos e os positivos você pode pontuar na estrutura do NEABI?	
Mateus Aleluia	Positivo, é que estamos o grupo, e, tipo assim, todos juntos, mesmo quem é da tarde um dia na semana todos se juntavam no sábado e essa estrutura é boa porque ninguém é melhor que ninguém da turma da manhã. Quando todos estamos juntos, é, a gente é um só, a gente é o Filhos da Luz que recita e a gente é o NEABI. Eu acho boa assim a estrutura de união que quem não dança, canta, conata história e alí vai indo, vai indo, e tudo se encaixa no conhecimento sobre nossa raça e identidade, é identidades né (risos) negras e indígenas e tudo mais que a gente quer ser, e o NEABI vai mostrando e a gente vai se sentindo muito confortável e, e, tipo entendendo sobre nós mesmos, nossa raça, gosto da, é, da interação, as amizades e o respeito do espaço de cada um, é, cada um tem seu brilho e sua voz [...] eu sou príncipe no NEABI (risos). Negativo falta de material, é, é, falta de lugar para as roupas que ficam como se fosse nada, mas não é a senhora, a senhora até lava as roupas e não tem onde guardar, é triste. Falta muito isso, que é, é, é o prédio para o NEABI funcionar como nosso lugar, e falta também outra coisa que eu lembro, falta de mais pessoas para dá as oficinas variadas tipo de capoeira, de instrumentos, é é é, como tocar o atabaque, porque vontade a gente tem né! Até de pintura. Mas não é uma vez no ano e vai embora, é para o ano todo e isso nem é caro, mas a gente não tem. Isso tudo é negativo e vejo que poderia
Carlinhos Brown	Positivo é ter uma professora qualificada e buscando qualificação para desenvolver pautas para seus os alunos, oficinas e aulas desenvolvidas e aulas durante todo o ano para o aluno realizar os projetos anual. Negativo é a falta de profissionais para ampliar as oficinas e falta de material didático e falta de espaço, escreve ai que falei em voz alta porque

	isso me deixa triste demais e mostra como o racismo estrutural mata o nosso sonho. Não adianta não ser racista na fala e o NEABI continuar sem nada na estrutura, falo comparando com as coisas que tem em uma escola. Nem teto temos (risos).
Margareth Menezes	Creio que todos os aspectos positivos foram abordados mas respostas anteriores da melhor forma que conseguir expressar, mas vou exaltar a liberdade de participar dos debates e espírito de coletividade nos chama para a luta. Aprendemos e lutamos, somos responsáveis e não coitados, somos poderosos. Quanta aos negativos, é preciso mais pessoas para integrar à equipe de formas capacitadas para desempenhar o papel de conduzir e não ficar nas costas só de um ou outro, tem que ser uma obrigação do sistema.
Larissa Luz	Os aspectos positivos é que, por mais que não temos um lugar próprio para a gente, para a gente fazer nossas atividades, nossos encontros, nossos momentos de conversas, a gente sabe lidar com esse tipo de coisa, a gente não se importa muito com o local onde a gente está ensaiando, a gente realmente foca na qualidade do nosso estudo, do nosso ensaio, na qualidade da nossa apresentação. Então, o ponto positivo é esse. O ponto negativo é que, como é um núcleo de estudo da cidade de Itiruçu, acho que deveria ter um apoio da parte autoritária da cidade para termos um lugar específico para a gente, para a gente fazer as nossas oficinas, nossos encontros, não só para a gente ter um nome, ah! o NEAB tem um lugar em Itiruçu, mas sim por ser confortável para a gente também, a gente ter o nosso cantinho onde a gente pode dividir as nossas opiniões, nossos ensaios, ajudar os outros e é isso.
Elza Soares	Na estrutura física. Na estrutura, como um todo. Lascou, não tem? Sorry! (risos) Não tem estrutura física! O NEABI foi durante anos, eu tenho seis anos no NEABI, e a gente não tinha lugar pra ter as aulas. A gente ficava pulando em escolas e escolas, passando por humilhações, ficava em portão esperando o porteiro abrir e ficava horas lá. E tipo assim, a professora sempre ficou cobrando isso, né, da Secretaria de Educação. E durante seis anos que eu participo do NEAB eu nunca vi esse reconhecimento que a gente não teve uma estrutura física. Até as fardas, foi uma luta constante pra professora conseguir, porque a gente ia pras aulas, parecia que ia pra qualquer lugar. E não, a gente tava indo pra uma escola, uma escola que ia ensinar a gente como viver. Então a gente poderia ter uma farda, mas isso não foi disponibilizado pra gente, só depois de anos, com muita luta. E os lanches que eram disponibilizados eram sempre com dinheiro da professora, custado pela professora. Então assim, a estrutura não era nada agradável, porque era como se a gente não tinha lugar. Então esse é um fator negativo da estrutura. E positivo é que a gente sempre lutou um pelos outros, né. Nos acolhemos e demos as mão para aprender e ensinar. O nosso direito de ser e de existir. Mesmo a gente não tendo lugar pra se reunir, a gente se comunicava pela internet, quem tinha internet. E é isso.
Mariene de Castro	Positivo a interação de muitos jovens de diversas culturas e a oportunidade de falar através das poesias e negativos é a falta de apoio da Secretaria de Educação.
Sued Nunes	Exatamente esses negativos, de não ter um lugar, ter uma pessoa para fazer as roupas, e os positivos das apresentações, que vai ajudando a gente bastante no dia a dia.
Virgínia Rodrigues	O negativo é falta de alimentos, de lanches, falta de lanche, falta de espaço que a gente não tem, de transporte, essas coisas, roupas. E também o material pedagógico, né? Os positivos são danças, apresentações

	<p>maravilhosas que a gente faz os públicos ficarem ali com os olhos cheios de lágrimas pra gente. As palavras de Gilvânia da Pureza também, que são uma das melhores. Quando a gente vai começar a ler, ela já dá aquele início ali, já resumindo tudo que a gente vai apresentar, já deixando a gente tudo animado pra apresentar da melhor forma possível, pra passar a mensagem mais positiva pras pessoas. Possibilitou sim, muito, porque antes de eu entrar no NEABI, eu olhava as outras pessoas e falava assim, ah, eu nunca vou com a cara daquela menina, por ela ser negra. O NEABI possibilitou essa ligação entre jovens de lugares diferentes. Possibilitou sim, muito, porque antes de eu entrar no NEABI, eu olhava as outras pessoas e falava assim, ah, eu nunca vou com a cara daquela menina, por ela ser negra. E quando a gente passa a conviver com a pessoa, passa a aprender as coisas, a gente quer se unir, mas ainda juntar mais grupos pra gente reunir, é uma coisa que falta muito hoje em dia. É um grupo de jovens pra fazer apresentações, ainda mais sobre negritude, sobre racismo, sobre muita coisa.</p>
<p>14. Ser integrante do NEABI muda a visão das pessoas a seu redor sobre você? De qual forma?</p>	
<p>Mateus Aleluia</p>	<p>Mudou porque onde eu ando em Itiruçu, nas rodinhas de conversa com a galera de escola, é, é, é todo mundo fala que eu jogo duro no NEABI, sou elogiado né, e isso é muito legal porque quando eu mudei de escola mesmo, eu fui para o ensino médio, lá eu já cheguei com moral (risos) fui logo líder de turma porque disseram que a gente do NEABI sabia mais se expressar. Então eu acho que quem é do NEABI ganha ponto positivo em muitos lugares que os jovens estão. Muitos falam que o NEABI é coisa de macumba mas eu não me importo porque eles que são os ignorantes, mas quem fala são até professores que faz é vergonha isso saí de um professor. Gente da rua aplaude e se fala mal é por não saber, e quando eu explico, eles aplaude mesmo.</p>
<p>Carlinhos Brown</p>	<p>Com certeza! Muda como um divisor de águas, em minha vida, quando as pessoas sabem que eu faço parte do núcleo, ficam entusiasmadas e me olham de forma positiva, como uma potência e muitas vezes me convidam para tomar frente das coisas nas escolas porque dizem que alunos do NEABI são atuante. Tem muito professor que bate palmas para a gente, mas eu acho que o preconceito de achar que o NEABI é um lugar de religião de matriz africana, é, é, é, muitos professores ao mesmo tempo que aplaude também fica em cima do muro e isso é o racismo e, e eee é ignorância. Os professores vê bem porque ajuda eles nas aulas mas tem um despeito porque poderia apoiar mais para mais alunos participarem.</p>
<p>Margareth Menezes</p>	<p>Sim, quando digo que faço parte do NEABI, tenho a plena certeza que vem em mente o talento e inteligência que núcleo desenvolve em cada um. A gente é reconhecida como uma potência que representa a cidade.</p>
<p>Larissa Luz</p>	<p>Bom, não muda tanto agora, porém no início sempre houve algumas conversas a partir daí, de pessoas que não entendiam sobre o que era o NEABI, o que é ser integrante do NEABI, mas hoje não, realmente hoje não tem, mas assim, que eu saiba, não tem olhar negativo. Acho que olham de forma positiva, porque não é algo que não seja orgulhável, as pessoas enxergam o que é ser NEABI, o que é ser integrante do NEABI, então acho que de forma positiva sim.</p>

Elza Soares	Mudou, porque as pessoas elas me reconheciam, como a menina do NEABI, a menina que fazia apresentações, que falava muito bem. E isso me deixou muito feliz de ver que eu tinha um reconhecimento na cidade, principalmente por alguns professores que aprovavam, que de certa forma, não posso dizer que apoiaram, mas reconheciam o devido valor do NEABI. E isso era gratificante.
Mariene de Castro	Mudou porque antes eu era muito tímida e quase não era notada e depois que eu comecei a recitar, éééé, as pessoas se assustaram (risos), mas foi fe um jeito positivo porque ninguém acreditava que seria eu. O NEABI fez isso comigo, eu ter voz, eu me expressar, eu ser eu como eu sou sem me esconder e ser a rainha do recital, né!
Sued Nunes	Eu acho que muda, porque tem muita gente que gosta do NEABI, gosta do que o NEABI faz, sabe que é importante, mas tem muita gente também que não acha, tem muita gente que tem preconceito com o povo do NEABI, falando que talvez o NEABI faça macumba, e por isso impede de muitas pessoas entrarem no NEABI. Mais positivo [...] Tem muita gente que olha pra gente como se não fosse nada, e pensa em nada da gente, mas aí eles veem que a gente participa de coisas, que a gente consegue transmitir mensagem através de dança, através de leitura, através de teatro.
Virgínia Rodrigues	Muitas das pessoas me conhecem através do NEABI. Tipo, ah, ela é do NEABI, ela é do núcleo de estudo afro-brasileiro, ela é daquele grupo. Ah! mas aquele [...], tem gente que fala, mas aquele grupo é de Macumba, pelos tipos de música que a gente dança, pelos tipos de recitais, mas não. Muitas das vezes as pessoas conhecem a gente através do NEABI, e isso é uma satisfação enorme. Eu tenho um prazer em falar, eu sou do NEABI, porque é uma coisa que ensina as pessoas.
15. O que o NEABI significa para você?	
Mateus Aleluia	É, é é [...] um quilombo (risos). Um lugar que a gente se acolhe e se protege da maldade. É uma escola para a vida, a gente não ganha nota, a gente ganha mais que nota, a gente ganha , é, é, como posso falar [...] a gente ganha dignidade e força, aprende e sai para o mundo. Pra mim o NEABI é assim. O NEABI respeita a gente e coloca a gente para ser responsável também pelas coisas. A gente aprende a não esperar, aprende a ir para a luta pela nossa raça, nossa cultura, nossos saberes que são lindos. Falar de sentimento é difícil para mim porque o NEABI é sentimento que eu não tenho muitas palavras bonitas como a senhora e o NEABI merecem. Significa quilombo vivo de amor e de luta também, e a senhora luta com a gente. É isso [...]
Carlinhos Brown	Eu serumo o NEABI como toda a minha trajetória de sucesso e visibilidade até aqui e daqui para o futuro. Meu refúgio e minha fortaleza que me acolhe como eu sou e me aponta os erros para eu melhorar
Margareth Menezes	LIBERTAÇÃO em caixa alta, no máximo volume e na vida real.
Larissa Luz	NEABI para mim significa família, porque é um núcleo que fez parte de certa forma da minha adolescência, não é apenas um lugar onde a gente faz ensaios ou dança, recital, é um lugar para a gente se conhecer, ajudar o outro, como forma também de interagir com alunos novos, alunos veteranos. Então, cada pessoa do NEABI tem o seu próprio pensamento, porém a gente é como se fosse uma família, cada um ajudando o outro, se é por exemplo no ensaio, cada um está ajudando o outro ali: - Faz desse jeito aqui, que vai ser melhor para você! Cada um ajudando o outro. Então o NEABI para mim, resumindo, é uma palavra, é família, sempre foi.

Elza Soares	O NEABI é um núcleo onde a gente aprende coisas que leva pra vida. Hoje eu posso dizer que alguns direitos que eu conheço foi por causa do NEABI. Eu já me identifico, hoje eu sei quem eu sou, por influência também do NEABI. Então assim, o NEABI foi pra mim como uma segunda casa, onde eu passei por muitos momentos bons, onde eu aprendi muitas coisas. E é isso, sem palavras, você pode escrever que meu coração só tem amor.
Mariene de Castro	Comunhão, família, força e refugio. No NEABI eu sei que eu posso tudo, tenho asas, eeee [...] é difícil de explicar, sabe? NEABI é sentimento, uma comunidade e uma escola para a vida inteira que nunca sairá de nós. Acho que respondi [...]
Sued Nunes	No momento eu não estou podendo participar de forma frequente, mas com certeza eu vou voltar toda a semana, porque o NEABI foi um ponto que me ajudou bastante em momentos difíceis, e eu consegui ainda permanecer no NEABI. Foi o que eu falei, que eu me senti útil pra alguma coisa no NEABI. A gente fazia o que? A gente não fazia nada. No NEABI não, a gente conseguia transmitir uma coisa boa “pras” pessoas, e vendo a gente fazendo, e as pessoas chamando a gente mais pra ter mais apresentação, e fazendo a gente se alimentar mais querendo participar do NEABI.
Virgínia Rodrigues	O NEABI, para mim, quando eu entrei, e até hoje, para mim, sempresignificou família. Porque a partir do momento que eu entrei no Neab, eu aprendi tanta coisa, que eu acho que se eu não tivesse entrado, eu não tinha aprendido até hoje. Porque são coisas que a gente passa na vida e a gente não percebe. Porque a gente faz racismo e a gente acha que não é racismo, mas é. E tipo, o NEABI, para mim, sempre foi, sempre vai ser família. A palavra que eu adoto no NEABI é família.

ANEXO II RESULTADO DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORA

ENTREVISTA COM EX-PROFESSORA DO NEABI	
1. Nome	Marise de Santana
2. Data de Nascimento:	29/12/1965 Idade: 57 anos
3. Grau de Instrução	Pós-Graduada
4. Quanto tempo atua da Educação?	31 anos
5. Como e quando você foi convidada para atuar no NEABI?	Bom, nesse período de 31 anos na educação, no ano de 2014, eu fui convidada. É uma área que eu me encontro, sabe? Já é uma área que eu defendo. Eu sou mulher preta e eu defendo muito essa área. E aí, como foi fundado esse NEABI em 2014, eu fui convidada pela diretora do NEABI. Conversou como prefeito na época e deu meu nome. E eu aceitei. E foi assim de uma “valia” enorme.
6. Você participou do processo de implantação do núcleo no município? Como ocorreu esse processo?	Bom, quando me convidou, a diretora do núcleo já tinha esse desejo, então eu já tinha, já [...] eu não entrei logo assim para fazer parte desse estudo. Depois que eu estava lá, é que a gente fazia algumas reuniões, porque eu pedia reuniões para me entender, para não ir assim de qualquer jeito e falar do núcleo. Já tinha estabelecido o núcleo. Aí, depois começaram a fazer a formação para fazer a [...] Fez a equipe ali, eram três.
7. Foram organizados grupos de estudos com professores da rede municipal para dialogar a implantação do núcleo?	Bom, a implantação do núcleo, não. Não teve esse diálogo, não. Depois do núcleo implantado, é aí que a gente teve essas reuniões. Com professores, alguns professores. Não era com toda a rede, com alguns professores. Não, com alguns professores. Muitas das vezes, reunia com coordenadores, porque desses coordenadores a gente fazia reuniões com eles para dar eles, levar para dentro da escola e falar sobre o assunto.
8. Foram organizados documentos pedagógicos para amparar as ações afirmativas do núcleo frente às demandas e peculiaridades do município?	Sim, sim. Era tudo na base de documentos, tudo na base de lei, tudo direitinho. Não foi uma coisa assim, solta, não. Tudo documentado mesmo.
9. Você considera importante o trabalho com a educação das relações étnico-raciais? Por quê?	Sim, sim. É como eu acabei de dizer, é um trabalho bonito, é um trabalho que nos leva a nos reconhecer nossa pertença como negros, como negras. E é daí que a gente vê nossa valorização ao aceitar a gente como é. Tanto eu, que já estou numa idade, não estou velha, mas estou em meia-idade, como esses jovens, crianças, a gente vê a diferença deles antes e o hoje, depois de um estudo desse, de se reconhecer sua cor de pele, seu cabelo, enfim. Eu acho isso muito interessante e é uma valorização enorme.
10. Houve formação inicial e continuada dos professores?	Sim, eu não lembro o nome, mas em Jequié, eu só lembro mesmo de uma professora, Marise de Santana, ela fez muita parte, ela abraçou a causa com a gente. E teve mais duas, teve uma dançarina, eu não lembro bem o nome dela, ela chegou a vir até a gente e fez esses encontros, com a gente, apoiou demais. Algumas pessoas lá do ODEERE, chegou uns três, eu creio que foi mais ou menos isso. Com o grupo do NEAB, sim. Com o grupo, sim.
11. Como acontecia o envolvimento dos professores e estudantes nas ações do NEABI?	Pronto, o que é que a gente fazia? Nós fazíamos reuniões e de repente a gente tinha um movimento que a gente fazia exposições, fizemos muitas exposições, ali na Casa da Cultura, onde ali eles iam ver com fotos, com boner, com banner, com bonecas pretas, com coisas assim de origem africana. E aí a gente trazia ele, desfile também, tivemos desfiles dos jovens, e a gente também desfilava junto, aniversário da cidade já fez esse desfile, levamos esse pessoal para a Jequié, e lá no ODEERE também, teve desfile também desse jovem, e foi coisas assim, e a gente fez.

12. Quais as dificuldades para execução das atividades propostas pelo NEABI? Se sim, por parte de quem?

Ah, foram muitas. Sim, isso foi um embate muito grande, muita dificuldade. Dificuldade era essa, que a gente ia até as escolas, e não todos, mas a maioria. A gente não era bem aceito, a gente achava que era uma coisa qualquer, não dava muita importância no que a gente estava falando ali, achava que era coisa de nossa cabeça, coisa de preto, e a gente não era aceito não, era assim, uma dificuldade terrível, materiais que deixava para trabalhar, inclusive nós tivemos um material que foi, por recurso próprio da prefeitura, nós tínhamos livros didáticos, livros didáticos, mas livros que a maioria dos professores, ou seja, coordenadores, nem abria para aqueles alunos ali, era coisa de preto e ficava lá no canto, e a gente xerocava as atividades, só queriam fazer trabalho, é a consciência, dia da consciência negra, sendo que a gente queria que seria um trabalho contínuo, e a gente não conseguia fazer esse trabalho, só queria fazer esse trabalho no dia, pintura de negro, de escravo, só vindo aquela pintura dos negros nas correntes, e quando a gente levava para o outro lado, o saci tinha que ser aquele gorro na cabeça, a gente tentou desconstruir até o gorro do saci, mas a gente não conseguia, e assim já foi muita dificuldade, de verdade.

13. Qual legado você acredita ter deixado na participação direta no núcleo?

Nós deixamos legados, porque muitos daquele jovem da época, tem até hoje, no NEABI de hoje, ainda tem aquele fruto, aquela sementinha lá, por isso que eu fico feliz, tem a sementinha lá que foi desse tempo, e hoje, eu por exemplo, já estou falando por mim, que foi daí que realmente eu me reconheci como mulher negra, e isso eu levei para a família, levei para os meus trabalhos, meus alunos, e eu deixei um legado bom de mulher negra, e eu tenho certeza que aqueles que também me ouviram direitinho, eu sei que tem essa mesma noção que eu tenho hoje.

14. Como você descreve as atividades desenvolvidas atualmente?

Ah, sou apaixonada! Falar do NEABI, o antes e o hoje, o antes foi porque foi criado e eu estava lá, e o NEABI e hoje eu sou apaixonada. Quando bate ali qualquer coisinha assim, eu só não estou lá, se eu tiver mesmo a trabalho, mas eu sou apaixonada pelo NEABI. O trabalho do NEABI hoje é nota 10, 10 porque não pode dar mais, é aqueles meninos se reconhecendo, aquele jovem recitando, e é uma coisa assim incrível, só quem conhece e vê que vai saber descrever o que é o NEABI.

15. Qual a importância de espaço como o NEABI para Itiruçu?

A existência do NEABI é isso, é conceito que está aí, nunca acabou e ele não acaba, mas esse NEABI tem "abrido" os olhos, como eu acabei de dizer, de muitos, principalmente desse jovem e criança, que a gente tem que começar com eles desde pequenininho, para não acontecer o que acontece hoje, nos dias de hoje, a gente tem que pegar a base dos pequenininhos, do maternal e ir levando. E esse espaço hoje deu essa [...], como é que eu falo mesmo [...], essa fortaleza de reconhecimento. Então o NEABI hoje é preciso ser enxergado, ele é preciso ter seu espaço para cada dia ele crescer mais, se expandir, porque é isso que o NEABI merece e desse jeito, eu não vou dizer que vai acabar o racismo, o preconceito não vai acabar, mas a gente, como os negros na sociedade, vai saber se defender e se reconhecer na sociedade.

ANEXI III RESULTADO DAS ENTREVISTAS COM SECRETÁRIAS DE EDUCAÇÃO

ENTREVISTA COM SECRETÁRIA ATUAL E EX-SECRETÁRIO/A DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITIRUÇU	
01. Nome	
Chica Xavier	Taís Araújo
02. Data de Nascimento/ Idade	
01 de setembro de 1982/ 39 anos	26 de fevereiro de 1979/ 44 anos
03. Grau de Instrução	
Licenciada em História	Licenciada em Geografia
04. Quanto tempo atua da Educação?	
21 anos	21 anos
05. Você considera que as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura, tem possibilitado a construção de uma educação antirracista em nosso município? Que esta Secretaria tem realizado nesse sentido?	
Chica Xavier	Sim. Possibilitado, sim. Os resultados nem sempre são os que a gente almeja, mas tem possibilitado e mostrado esse lado da educação antirracista no nosso município. Eu penso que a implantação do NEABI é uma atitude interessante de valorização do negro no nosso município. E eu penso que, como eu tenho contato com os alunos teus do NEABI em sala de aula, [...] então eles têm se apropriado de alguns termos que antes eles não tinham, de algumas ações e de alguns feitos do NEAB que eu considero muito importantes para a vida deles e na vida da sociedade em tudo.
Taís Araújo	Ainda acho muito tímida, mas já há um avanço, depois da criação e dos estudos dentro do núcleo do NEAB, chegando até as escolas, também através das aulas de história, onde se trata do assunto, mas ainda é muito tímido. A secretaria tem promovido debates, encontros, estudos, e tem buscado, cada dia mais, que essa temática chegue até nossos alunos, desde a idade de creche, as férias finais e o ensino fundamental.
06. Você participou do processo de implantação do NEABI no município? Como ocorreu esse processo? Existem registros?	
Chica Xavier	Você participou processo de implantação do NEAB no município? Como ocorreu esse processo e se existem registros? Sim, primeira pergunta. A segunda, como ocorreu esse processo? Vou organizar aqui na minha mente todos os fatos e se existem registros, o registro de implantação no diário, né? A gente tem o decreto de implantação do NEAB. E como ocorreu, vou organizando aqui na minha mente, tá? A secretaria da época acolheu. A secretaria da época acolhe. Não foi ação da secretaria, a secretaria acolheu e foi indicação da professora Raquel Oliveira na época. Que trouxe para a gente com indicação, por conta de outros

	estudos dela. E aí ela trouxe para a gente, apresentou o projeto e a secretaria acolhe.
Taís Araújo	Participei indiretamente, ouvi falar, mas não diretamente, não tenho nenhum conhecimento de registros e ouvia, mas não tenho propriedade para responder. Só de ouvir falar, nunca participei.
07. Foram organizados grupos de estudos com professores da rede municipal para dialogar a implantação do núcleo? Houve formação inicial e continuada dos professores?	
Chica Xavier	Na época que eu estive, eu estive pouco tempo na Secretaria, eu acho que foram dois anos, não sei se foram dois anos. Aí o maior período que eu estive foi o período de estudos, de levando informações, aí teve implantação, aí precisava de mais estudos ainda, então assim, essa resposta do professor para mim, eu não tive muita, por conta do tempo que foi implantado, dos estudos, de tudo isso, e depois eu saí.
Taís Araújo	Eu, nunca participei se houve, eu não fiz parte.
08. Foram organizados documentos pedagógicos para amparar as ações afirmativas do núcleo frente às demandas e peculiaridades do município?	
Chica Xavier	Sim. O decreto de implantação e planejamentos nas escolas.
Taís Araújo	Assumir a Secretaria de Educação, desde o período de transição, eu nunca tive acesso, exceto a publicação do diário oficial, que é de domínio público, a nenhum documento que me desse respaldo para falar do assunto.
09. No que tange ao PME e ao Currículo Municipal, quais ações são fixadas para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais?	
Chica Xavier	A criação do NEABI por si já é uma ação
Taís Araújo	O primeiro é o Fio a Fio, que vai tratar dessa temática, assim como o Nobre Afro, no segundo semestre. Eles abrangem toda a rede, eles são trabalhados nas unidades escolares, com os coordenadores junto aos professores e os alunos, em rodas de conversa, entre outras ações, e existe a culminância desse projeto também envolvendo toda a rede.
10. Você considera importante o trabalho com a educação das relações étnico-raciais? Por quê?	
Chica Xavier	Sou uma mulher negra né! Tenho uma filha e vou ensinando a ela. Ela pergunta: Tu é preta? Eu sou marrom. Eu sempre vou dando material didático para ela colorir de tons marrons, pretos, para não ficar aquela coisa do lápis cor de pele, que é rosa e ela não se vê. Então é muito importante desde pequeninos já se verem. Quantos só se descobrem pretos quando adultos né? Como professora de história, o livro não traz outras histórias, fica muito oculto e restrito a escravidão. Então o trabalho do NEABI é fundamental.
Taís Araújo	Sim, fundamental para um resgate, acho essencial, porque eram temas que não vinham sendo discutidos e hoje nós temos a preocupação de discutir desde a educação infantil até a série de finais do Fundamental II. Não pode ser mais um tema oculto e escondido, porque faz parte do nosso cotidiano e faz parte da nossa formatação do povo brasileiro. Se nós somos um povo miscigenado, cabe a nós tratarmos de todas as raças, todas as cores, todas as etnias
11. Como acontecia/acontece o envolvimento dos professores e estudantes nas ações do NEABI?	
Chica Xavier	Já foi, já se tentou implantar em sala de aula, né? Falando sobre como se fosse uma eletiva, que é o nome usado hoje, né? Nas disciplinas outras. Antes a gente utilizava como a cidadania, essas questões. Então

	<p>a gente tentou se trabalhar. Aí depois não conseguiu, de fato, trabalhar. Porque para a implantação precisaria de outras coisas, de elementos, de outras atitudes. Que não foram feitas na época, exatamente. Então acabou não conseguindo. E também acho que foi uma questão que dificultou com essa questão do não conhecimento por parte de todos nós envolvidos, dos professores. Porque assim, é mais fácil a gente trabalhar com aquilo que a gente já conhece, né? E apesar de nós, a maioria sermos negros, parece que a gente ainda não conhece muita coisa, né? Sobre essa questão de como trabalhar, de fato, na sala de aula era algo novo. A gente está fazendo essa questão agora, de novo, com a questão do... E vai implantar de novo. A gente ia implantar na aula de arte. Aí de repente, não, “perai”, não tem ementa, não tem não sei o que, vamos parar um pouquinho. Então [...] é que a gente [...] isso porque agora, no ano passado... A gente dizia uma aula de artes e colocar uma aula de ser no componente de história. Aí depois me informaram que não pode cair naquela ideia do que a gente já trabalha. E como também é implantação, é mais complicado mesmo. Porque tem que ser pensado direitinho. Porque não pode ser conteúdos aleatórios. Porque, vamos imaginar, eu trabalho no sexto ano. O primeiro ano é tudo bonito, né? Porque eu vou trabalhar o conteúdo no sexto ano. Mas no próximo ano, eu tenho que ter a mente certa. Porque eu não posso repetir o conteúdo que eles já viram, né? Precisa ter toda uma orientação, um cuidado. Quando esse aluno, além de [...] porque a gente não tem quantidade de alunos suficientes para fechar a minha carga horária. Aí fechou também com arte. E aí foi informado desse novo componente.</p>
Taís Araújo	<p>No início, muito timidamente. Hoje, já sinto que abrangeu, acho o envolvimento mais significativo, ainda precisa, claro, abranger mais ainda, mas eu noto já um conhecimento maior por parte deles. A metodologia, a forma que chegou até eles, o engajamento da secretaria em colocar essa temática tão importante em evidência e a coordenação tenta levar ao máximo todas as informações e trabalhar isso nas unidades escolares. Quanto à questão de formação de professores, sim, inclusive todas as vezes que nós temos o PROFOCO, formação continuada para professores, nós deixamos reservado um momento de estudo desse tema e também dentro dos dois projetos, há sempre ações voltadas para a formação dos professores.</p>
<p>12. Quais as dificuldades para execução das atividades propostas pelo NEABI? Se sim, por parte de quem?</p>	
Chica Xavier	<p>É isso, porque, na verdade, eu nunca estudei, nem nunca me dediquei sempre. Na escola eu via sempre vocês em eventos, em movimentos, os meninos por aqui pela escola sempre, e os comentários que eu vi em sala de aula, e que eu valorizava muito o grupo, por conta da resposta dos meninos para mim. Você sabe que não era nem resposta de perguntas minhas, de indagações minhas, mas a resposta na postura deles. Então eles sempre faziam referência ao NEAB e tal, então, mas eu nunca estudei assim para saber a coisa do seu olhar. Eu via as meninas, teve uma época que o salão estava sendo ocupado, e os meninos estavam na salinha do Aé, e os meninos corriam por aqui, porque não tinha espaço para todo mundo dentro daquela minúcia sala, não tinha espaço para todo mundo, e aí ficava aqui por fora, não sei o que. Então a gente acabava vendo que o NEAB estava na escola, mas eu nunca me dediquei para falar assim, mas, Joana, eu preciso arranjar mais coisas, eu preciso arranjar isso daqui, eu nunca olhei. Entendeu? Foi esse olhar de ah! A gente precisa pelo menos de um prédio que seja</p>

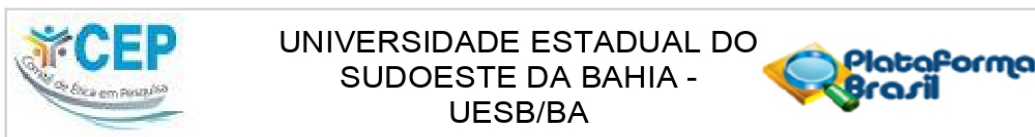
	só seu, para levar os meninos para lá. Então, mas te ouvindo agora, eu sei quais são as dificuldades maiores e quando o aluno me falou, mas para a gente nunca teve um espaço. Então ficava, vocês ficam meio que de lá para cá, né?
Taís Araújo	Temos dificuldades que já estamos tentando sanar, mas ainda existe como local próprio, prédio próprio para o NEAB funcionar, o qual está sendo já otimizado e também nos faltam as vezes recursos. A gente tem se empenhado para sanar essas dificuldades. É um conjunto, porque o investimento na educação ainda é tímido, hoje já mais avançado, então o poder público ainda tem dificuldades com algumas ações que são desconhecidas talvez, que não vê a total importância, mas como a Secretaria de Educação hoje tem essa visão, nós temos conseguido avançar nesse quesito.
13. Qual legado você acredita ter deixado na participação direta no núcleo?	
Chica Xavier	Se procurar documentos, está a minha assinatura, né? Por ser secretária na época. E, assim, como secretária na época, eu poderia dizer também que não queria. Assim, não seria louvado, nem lógico, nem normal, chegar e dizer não, isso não é interessante, não seria interessante. Mas poderia, né? E dizer não, e engavetar e nem mostrar ao executivo, nem nada. Então, tá bom, vou guardar, ou então fazer de conta que eu estava me interessando e não me interessar, ou então dizer logo: Não! Não quero! Não me interessa para essa implantação agora, e poderia fazer isso. Quando a gente fez, foi justamente pensando nessa questão, dessa valorização de nós negros. E, assim, não somente essa questão folclórica que se trabalha durante uma vida inteira em relação a nós, mas desse pertencimento, de conhecimento. Eu me lembro que a gente teve uma dificuldade, acho que ainda se tem uma dificuldade com grupos aqui do município que não se identificam como negros, mas não se identificam não por conta de que não querem se identificar, é pela falta de conhecimento. Porque quando se apresenta alguma coisa e fala assim ah, mas meus antepassados não foram escravos, mas não é, ou escravizados. Mas não. É porque não quer ter, é pela vergonha de ter, que parece que é vergonhoso ainda. Então eu acredito que hoje, isso, hoje o que eu falo é a partir do momento que foi implantado, que com todas as dificuldades que outros enfrentaram, que tu enfrenta também, mas como um aluno chega em casa e fala sobre essa questão, que acende a memória dos pais, e fala assim, não, ter sido escravizado, ter alguém escravizado na minha história não é vergonhoso, eu acho que já traz uma idade para a gente, que a gente vai ver lá no futuro, né? Mas eu acho que o ato de ter implantado, que não foi mérito meu, óbvio, mas também poderia ser um “desmérito” se existisse a palavra em português, eu acho que não existe, mas eu poderia não ter me importado na época e falado não, guardado. Então quando se implanta, eu acho que já é um início de dizer não, é necessário que faça isso de verdade, porque é a nossa história, é o nosso povo, somos nós, sou eu, eu sou negra. Eu ouvia falar e lia um pouco a respeito nos institutos federais, né? Geralmente os NEABs, o NEABI, já ouviu a pronúncia NEABI, institutos federais. Em universidades, não o contexto município. Quem traz essa proposta para a gente é a professora Raquel Oliveira, que sempre pesquisou a respeito e traz essa proposta para a gente, mostrando a possibilidade também de ser em municípios. Eu não tinha pensado nessa possibilidade na época. Então assim, ela que traz, o prefeito da época possivelmente não diria um não, mas também acolhe, vai lá e assine, faz o decreto, se compromete com algumas ações, então assim, porque quando fala legado parece que é uma coisa minha, mas não é. É isso,

	<p>assim, foi interessante para o município, eu acredito que sim, tem sua história, tem seu marco inicial. Hoje vocês porque um dia houve a lei. Se não tivesse tido a lei, poderia ter sido implantado outro governo agora, ou um dia que eu saia, alguém queria ter assinado, mas foi na época que eu estava. Então, se foi, foi. Então assim, hoje se faz porque um dia foi implantada uma lei. Então, mas quando fala legado [...]</p>
Taís Araújo	<p>Primeiro, a credibilidade e também quando a gente vê uma temática tão importante sendo excluída dos currículos, das discussões da educação, a gente fica imaginando como será a nossa sociedade se eles não enxergarem que essa é uma causa que precisa ser resolvida. [...] elas possam entender que a cor não difere, e sim a capacidade e os espaços, eles precisam ser reservados não para o branco, mas para todos, afinal todos são cidadãos brasileiros, então precisamos estar no embate, discutindo e levando essa temática da creche ao fundamental, como eu volto a dizer. Se eles não enxergarem que essa é uma causa que precisa estar pautada diariamente no nosso cotidiano escolar e também investir para que nossas crianças futuramente formem uma sociedade antirracista, onde O legado que a gente deixa em relação à nova formatação, ao apoio da Secretaria de Educação diretamente, uma vez que o NEABI está ligado à Secretaria de Educação, hoje nós temos professores, coordenação, nós temos estagiários e os próprios alunos que participam do Núcleo, eles têm um entendimento do que eles estão fazendo ali, eles participam de uma infinidade de atividades, tanto no nosso município, quanto nos municípios do Vale do Jiquiriçá, onde eles vão apresentar o resultado das suas pesquisas, dos seus trabalhos, dos seus estudos, e também hoje um avanço que eu vejo gigantesco é ter a oportunidade de participar da Semana da Pertença realizada pela própria Universidade, pela UESB, onde eles já se sentem à vontade até de participar de mesas, de momentos de oficina, com temáticas também que eles trazem de volta para a multiplicação nas suas unidades escolares, então eu vejo hoje um legado que é um avanço muito grande da nossa gestão para a gestão anterior.</p>
14. Como você descreve as atividades desenvolvidas atualmente?	
Chica Xavier	<p>Como eu te disse, eu nunca me envolvi tanto com o núcleo, a não ser a partir dos meus alunos e de conversas muito rápidas com coordenação, contigo no corredor e tal, mas assim, eu nunca me envolvi de fato. Mas me chama muita atenção por conta das falas dos meus alunos. E como em história a gente trabalha muito nessa questão do negro, aí eles sempre fazem uma referência ao NEABI, aí fazem referência a um poema que foi dito, aí fazem referência a um autor negro, alguém que defende, alguém que tinha uma causa que defendia. Então, como é a pergunta mesmo? Como você descreve a atividade? Eu penso que para os alunos, para os meus professores também, claro, mas para os alunos, nas minhas aulas de história, o NEAB conta muito. Porque soma, sabe? Quando a gente começa a trabalhar sobre os negros, e aí eles falam sobre essa valorização, sobre essa importância de nós nos vermos com os olhos que a sociedade não nos vê. Então, eu acho bem interessante. E eu acredito que, assim, vai se aperfeiçoando, né? E vai chegar um momento em que não será mais visto somente como um grupo da professora Gilvânia. E sim, da professora Gilvânia que trabalha no NEAB, e que os meninos se empenham. E eu acredito que isso será visto por todo mundo. Eu acho que já é visto pelos pais, já é visto por um grupo. Mas, como eu te falei, eu acho que a implantação do componente curricular vai trazer uma visibilidade maior para o grupo do NEABI,</p>

	<p>porque serão todos, não é somente alguns, são todos os alunos do município. Vai ser implantado desde o sexto? Sexto ou desde o primeiro? Então, eu acredito que a visibilidade, não a visibilidade de ser visto somente, mas de ser percebido, da importância e da importância deles. Porque já cumpre a lei de 2003 também, né? Então a gente consegue com mais facilidade.</p>
Taís Araújo	<p>Usando muito estudo, pesquisa, ludicidade, participação da comunidade escolar e também do entorno, porque hoje é convidado para fazer parte desses estudos, não só as pessoas que estão dentro do processo direto da educação, mas também aquelas notórias saber a valorização da cultura, a questão do estudo dos seus antepassados, a busca e o resgate por algo que nossos alunos tinham como desconhecido dentro da própria ancestralidade e também o desenvolvimento dos nossos alunos dentro das outras disciplinas, porque isso é notório e é discutido que os alunos que participam hoje diretamente do Núcleo de Estudo Afro-Indígena, Brasileiro Afro-Indígena, eles têm um potencial totalmente de referência dentro das atividades das outras disciplinas do nosso currículo na escola. Eles também têm uma participação muito direta na cultura do município, onde eles têm levado muito dos seus aprendizados dentro do Núcleo para outra cidade, como eu volto a dizer, do vale, da região e hoje até na própria universidade. E a gente ainda vai além, além da UESB, nós também temos a UEFS, a universidade que está com o Polo, do Pafol, dentro do nosso município, onde a coordenação, professores e alunos do Núcleo participam diretamente, já houve apresentação de trabalho, participação dentro da proposta, com participação dentro da proposta do Polo, do PARFOR, em aulas, em estudos, em atividades, isso também tem levado esses alunos a ter uma visão muito mais ampla do que seja da proposta do NEAB dentro do nosso município, dentro da nossa educação.</p>
15. Qual a importância de espaço como o NEABI para Itiruçu?	
Chica Xavier	<p>A gente está estudando agora, no nono ano, sobre a Primeira República. E a gente está estudando, falando aí, falando assim [...] ah, e aí, mais uma constituição onde negros, mulheres, indígenas, ficam excluídos ou, pelo menos, nem são citados na Constituição. E aí, os ministros trazem sempre alguma discussão em torno do, do NEABI. E parece redundante o que eu falo. Mas eu percebo, como professora, a importância do grupo. Percebo, não somente essa questão do eu negro. Mas eu, ser humano. Eu, gente, que tem pessoas [...] tem alguns alunos que lá, que não são da cor negra. A pele não é negra. Não é isso? Estão contigo, mas a cor da pele não é negra. Não, Não, não é. Então, mas esse [...] estão. E aí, não é somente aquele que se identifica como negro, que ele se sentia diminuído dentro da sociedade. Mas também os outros ditos morenos. E todos os outros nomes que se dão, né? Quando eu falo para eles, eu falo assim, eu sou negra. Não, professora, é morena. Porque a senhora não toma sol [...]. Eu falo assim, ah, é! A senhora toma um sol aí, porque não é tão preta, não? (Risos). Então, assim, mesmo esses que não se identificam um grupo no salão, e eu falei, gente, aí vocês vão falar e tal e tal. E alguns que ainda liam com o papel na cara, mas outros que já davam um passo à frente para dizer: É a minha vez de falar, sou eu que estou falando! Então, eu acho que soma muito. Obrigada pelo seu trabalho! Obrigada pela sua participação como professora comunitária. Uma das dificuldades que eu sei que você encontra, “em sala de aula, os alunos são obrigados”, entre aspas, a me ouvir, eu sou professora de História, eu estou falando ali que eles têm essa obrigação de ser o aluno</p>

	<p>que está prestando atenção, de estar participando. E um grupo de voluntários vai quem quer, eu acho que é muito mais difícil trabalhar com isso. Então, ter a disponibilidade e ter essa [...] Cadê Gilvânia agora? Cadê? Ele está aqui, está ali, está não sei aonde. E hoje, sem esse espaço seu, eu creio que deve ser muito difícil para você. Mas é o Senhor dando graça e coragem e força para enfrentar as dificuldades. Eu tenho percebido, minha visão de professora, tenho percebido a diferença que o NEABI e que você, eu falo você, eu sei que tem outras pessoas que trabalham com você, não é um trabalho só seu. Aí tu vai dizer igual a mim, não, é só eu. Mas tem outras pessoas que trabalham com você, mas hoje você é responsável pelo grupo do NEABI. Então, a gente tem muito a agradecer a você nessa conquista dos meninos, “destacante” de serviço, de autoestima, de autovalorização, de dizer: Não! Mas mesmo eu ter, na minha história alguém que deve ter sido escravizado, mas eu estou aqui hoje e é por conta disso. É a minha ancestralidade, a minha história, eu acho isso bem interessante. Parabéns, tá? Por seu trabalho como negro, mas eu percebo, neles, a importância como pessoa. Como gente de ser visto, o aluno pobre, que mesmo não sendo o negro, que a gente fala que é preto, pobre e tal, mas não é somente o negro na cor. Mas, assim, eu posso participar, eu consigo declamar. E essa é a questão. Eu sempre trago um texto, alguma coisa, a gente quem fala [...] Aí alguém vem e diz assim: professora, “fulana” do NEABI, tem mais facilidade em falar. “Ciclana” do NEABI, tem mais facilidade em falar. E assim, eles vão mesmo à frente e falam e dizem. Então, eu creio que é bem interessante para o nosso município. E soma muito na [...] em autoconhecimento. Mas também nessa autoestima. De dizer, eu sou percebida, eu sou aqui, eu consigo fazer. Alunos que, antes, liam com o papel na cara, e que hoje vão na frente e dão um passo à frente. Eu acho interessante esse dar um passo à frente. Uma vez eu coloquei uma atividade no salão e os alunos do NEABI davam um passo à frente com a cabeça erguida, dizendo, agora é a minha vez, eu consigo, eu tenho direito, eu posso, eu sou importante. Acho isso muito interessante, a segurança.</p>
Taís Araújo	<p>É descortinar que o preconceito existe, que a gente precisa tratar da temática com responsabilidade e entendimento de que nossos alunos precisam ter o conhecimento para que no futuro nossa sociedade seja uma sociedade menos, talvez, quem sabe, sem o racismo, que seria um sonho, mas talvez que tenha mais conhecimento de não cometer até involuntariamente atos racistas por falta de conhecimento. Então nós precisamos educar nossas crianças, ensiná-las, mostrar para elas o que o racismo existe, mas que ele não pode pendurar. Que nós possamos olhar para frente na educação do nosso município e ver que o NEAB, o Núcleo de Estudo Afro-Indígena, Brasileiro-Indígena, vem contribuir para que nossos jovens cheguem nos espaços e eles se sintam tão iguais e tão capazes quanto o branco que dominou até os dias atuais como a supremacia, deixando a cor falar diante da capacidade, das habilidades e da brilhante atuação de jovens que muitas vezes foram colocados de lado simplesmente por serem pretos.</p>

ANEXO IV PARECER DE APROVAÇÃO P DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO, ANTIRRACISMO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL: UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DE ITIRUÇU-

Pesquisador: GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58919022.9.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

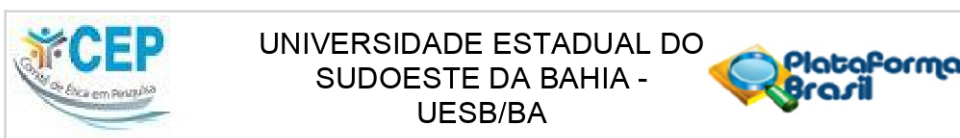
Número do Parecer: 5.530.878

Apresentação do Projeto:

Nas palavras da autora:

"Esta pesquisa tem como premissa analisar em que medida o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, pertencente à rede municipal de ensino de Itiruçu –BA, tem construído experiências educativas de enfrentamento ao racismo e possibilitado a construção de uma educação antirracista e decolonial em conformidade com a lei 10.639/2003, evidenciando e fomentando o trabalho pedagógico decolonial onde os NEABIs apresentam robustez para ações afirmativas, sendo poucos os casos de Núcleos construídos e vinculados à educação básica, destacando este, como o único NEABI da rede de ensino público municipal, no Território do Vale do Jiquiriça, tornando-se referência nas discussões para as relações étnico-raciais. (...) O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa (TRIVIÑOS, 2011; FLICK, 2009; MINAYO, 2010), uma vez lida com o universo de significados que os sujeitos elaboram e com suas subjetividades no tocante à educação para as relações étnico-raciais. Chizzotti (2008, p. 26) afirma que as pesquisas qualitativas não apresentam um único padrão "porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – suas concepções, seus valores, seus objetivos", de modo que a ideia de objetividade pretendida pelo positivismo é, no limite, impossível de ser atingida. Para a "coleta", produção dos dados utilizamos como técnica a entrevista, questionário e a análise documental (Decreto de criação NEABI e Plano Municipal de

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.878

Educação de ItiruçuBA). Utilizamos-nos da análise de conteúdo temática. Segundo Minayo (2010, p. 316), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação [no nosso caso, as entrevistas que realizamos com os sujeitos da pesquisa], cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado”. A análise temática desdobra-se, segundo Minayo (2010), em três fases: a primeira etapa, corresponde à pré-análise, que pode ser decomposta nas seguintes etapas: leitura flutuante, constituição do corpus e formulação e reformulação de hipóteses e objetivos. Constituirão sujeitos desta pesquisa: 03 (três) professoras, sendo esse o total de docentes que tiveram atuação direta no NEABI e 03 (três) secretários de educação do município (dois ex-secretários e o secretário de educação atual), que compuseram o processo de implantação do NEABI, para recuperar o histórico de constituição do núcleo e 08 estudantes, utilizando como critério de inclusão, alunos que ingressaram em 2017, ano de criação do grupo de estudos, e permanecem renovando suas matrículas no núcleo e participando efetivamente até os dias atuais, excluído os demais que iniciaram nesse mesmo ano e em anos posteriores, mas não permaneceram ou tiveram o fluxo fracionado. Será utilizado questionário para coletar dados mais específicos dos estudantes e entrevista constituída com roteiro de 15 perguntas por segmento.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar em que medida o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, pertencente à rede municipal de ensino de Itiruçu –BA, tem construído experiências educativas de enfrentamento ao racismo e possibilitado a construção de uma educação antirracista e decolonial em conformidade com a lei 10.639/2003

Objetivo Secundário:

Recuperar a história e a memória do NEABI de Itiruçu a partir da perspectiva dos membros fundadores e da atual coordenação deste Núcleo.

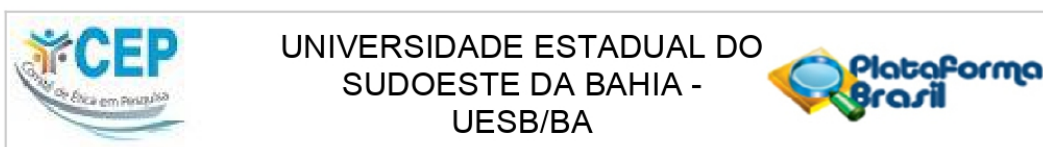
Identificar/mapear as ações/projetos desenvolvidos pelo NEABI de Itiruçu-BA, desde a sua criação, em 2015, até o presente momento.

Analisar como as ações/projetos têm contribuído para a construção de práticas educativas antirracistas e decoloniais.

Identificar os avanços e limites que o NEABI de Itiruçu tem enfrentado para a construção de uma educação antirracista no município de Itiruçu-BA.

Identificar e analisar a percepção dos estudantes atendidos pelo NEABI quanto à importância desse

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.878

Núcleo na sua formação e para a construção de suas identidades étnico-raciais. Identificar o que levou os estudantes a ingressarem e permanecerem no NEABI.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Um risco para a pesquisa pode ser o aspecto de algum participante desistir ou não aceitar colaborar e perder de vista a possibilidade de acrescentar elementos importantes à pesquisa. Para o participantes os riscos mínimos se referem apenas a possíveis desconfortos ao responder perguntas que envolvam memórias, sensações emocionais, já que a memória e trajetória de vida são exploradas, bem como questões que se referem às políticas públicas.

No TCLE informa as ações a serem desenvolvidas para reduzir/minimizar os possíveis riscos.

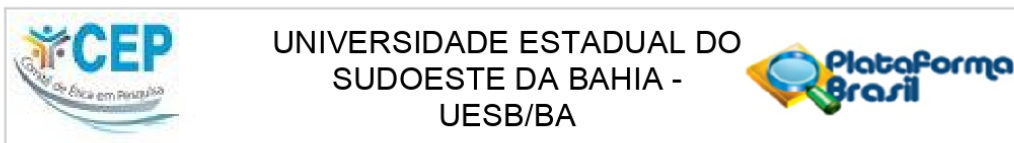
Benefícios:

Pouco são os casos de NEABI construídos e vinculados à educação básica, assim para a academia é uma oportunidade de acrescentar ao acervo, pesquisa sobre um NEABI Municipal com ações voltadas para a educação básica, sendo de relevância da pesquisa, o pelo fato de que este é o único NEABI da rede de ensino público municipal, no Território do Vale do Jiquiriça, tornando-se referência pelo trabalho que mobiliza e estimula as discussões para as relações étnico-raciais nos espaços socioeducativos. Esse lugar tem levado os estudantes a serem atores e protagonistas de sua própria história, e despertado na comunidade o interesse por revitalizar e evidenciar suas histórias e memórias que têm ligação direta com os legados afro-brasileiros e indígenas. Importante para a comunidade para reverberar ações afirmativas no contexto das leis 10639/03 e 11645/08, onde a pesquisa buscará fortalecer as discussões a respeito das relações étnico-raciais, decolonialidades, antirracismo e aspectos de fortalecimento das identidades. Oportunidade de registrar e contribuir na disseminação da história de constituição do NEABI de Itiruçu-BA, participar de uma pesquisa local no contexto de ações antirracistas, decolonial e identitária potencializando a possibilidade de várias vozes serem lidas e referenciadas por experiências compartilhadas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado ligado ao PPGREC (UESB), que tem por objetivo estudar o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, pertencente à rede municipal de ensino de Itiruçu-BA.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.878

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1) PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1800744.pdf (OK)
- 2) Gilvania.pdf (OK)
- 3) Projeto.pdf (Corrigido)
- 3) DECLARA_individual.pdf (não se aplica)
- 4) IMAGEM.pdf (OK)
- 5) TCLE.pdf (OK)
- 6) Coleta_Dados.pdf (OK)
- 7) COMPROMISSO.pdf (OK)
- 8) CRONOGRAMA.pdf (OK)
- 9) ROSTO.pdf (OK)

Recomendações:

Ver conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências éticas.

ATENÇÃO:

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

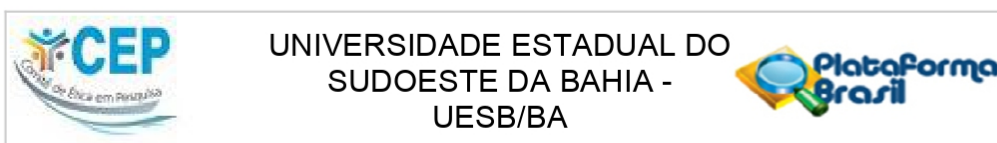
Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB autorizou a aprovação por ad referendum assim que as pendências fossem sanadas. Portanto, fica aprovado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1800744.pdf	13/06/2022 02:21:34		Aceito
Brochura Pesquisa	Gilvania.pdf	13/06/2022	GILVANIA OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.878

Brochura Pesquisa	Gilvania.pdf	02:20:49	DA PUREZA SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/04/2022 23:48:37	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
Outros	DECLARA_individual.pdf	05/04/2022 23:46:46	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
Outros	IMAGEM.pdf	05/04/2022 23:45:31	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/04/2022 23:44:08	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
Declaração de concordância	Coleta_Dados.pdf	05/04/2022 23:43:27	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	COMPRomisso.pdf	05/04/2022 23:43:09	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/04/2022 23:42:46	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	ROSTO.pdf	05/04/2022 23:38:29	GILVANIA OLIVEIRA DA PUREZA SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 15 de Julho de 2022

Assinado por:
Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
 (Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezeinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br